



Câmara Municipal
de Oeiras

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2020

ATA N°. 11/2020

ÍNDICE

1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS

2 - APROVAÇÃO DE ATAS

3 - SITUAÇÃO FINANCEIRA

4 - ASSUNTOS DO C.A. DOS SIMAS

5 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR CARLOS MORGADO

6 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA MARLENE RODRIGUES

7 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR PEDRO PATACHO

8 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA JOANA BAPTISTA

9 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR NUNO NETO

10 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA TERESA BACELAR

11 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR JOAQUIM RAPOSO

12 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA HELOÍSA APOLÓNIA

13 - INFORMAÇÕES - SR. VICE-PRESIDENTE

14 - INFORMAÇÕES - SR. PRESIDENTE

15 - RESPOSTAS ÀS INTERVENÇÕES DOS SRS. VEREADORES

16 - ATRIBUIÇÃO DE VOTO DE LOUVOR AOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE, POLÍCIAS, BOMBEIROS, PROTEÇÃO CIVIL, OPERACIONAIS DO AMBIENTE E INSTITUIÇÕES SOCIAIS

17 - ATRIBUIÇÃO DE VOTO DE PESAR PELAS VÍTIMAS DESTA PANDEMIA

18 - PROPOSTA N°. 246/20 - DGEV - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS VERDES DA ZONA OEIRAS ORIENTAL SUL - AJUSTAMENTO À MINUTA

DO CONTRATO A CELEBRAR - RATIFICAÇÃO

- 19 - PROPOSTA Nº. 248/20 - GCAJ - PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO PARA A CEDÊNCIA DE QUATRO VEÍCULOS AUTOMÓVEIS ASSENTES NAS REGRAS DO CONTRATO DE COMODATO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE OEIRAS E A POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA**
- 20 - PROPOSTA Nº. 249/20 - DVM - DECISÃO DE CONTRATAR NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, PARA AQUISIÇÃO DE 3 VARREDORAS**
- 21 - PROPOSTA Nº. 250/20 - DOM - Pº. 2019/78-DGEP - RETIFICAÇÃO DO VALOR DOS TRABALHOS COMPLEMENTARES NºS 1 E 2, DA EMPREITADA “REORDENAMENTO DO CRUZAMENTO DA RUA OEIRAS DO PIAUÍ COM A AV. DR. FRANCISCO SÁ CARNEIRO E AV. DO ULTRAMAR”, APROVADOS PELA PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO 61/2020 - RATIFICAÇÃO DO ATO PRATICADO PELO SR. PRESIDENTE**
- 22 - PROPOSTA Nº. 251/20 - SIMAS - 2ª. ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DE 2020 - PPI, ORÇAMENTO DAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL**
- 23 - PROPOSTA Nº. 252/20 - SIMAS - AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E ENCARGOS POSTAIS DE EXPEDIÇÃO DE OBJETOS POSTAIS ORIGINÁRIOS NO “PRINTING & FINISHING”, COM A EMPRESA CTT - CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.**
- 24 - PROPOSTA Nº. 253/20 - SIMAS - ABERTURA DO PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO PARA A EXECUÇÃO DA EMPREITADA DESTINADA À CONSTRUÇÃO DO NOVO RESERVATÓRIO DO ALTO DE SANTA CATARINA, NO CONCELHO DE OEIRAS**
- 25 - PROPOSTA Nº. 254/20 - SIMAS - CP 19150/2019 - SUSPENSÃO DO ATO DE**



Câmara Municipal
de Oeiras

CONSIGNAÇÃO RELATIVO À EMPREITADA DE “SUBSTITUIÇÃO DE CONDUTAS E RAMAIS EXISTENTES NA AVENIDA CAMILO CASTELO BRANCO, RUA ANDRADE CORVO, PRACETA CONDE ARNOSO E RUA TRINDADE COELHO, NA FREGUESIA DAS ÁGUAS LIVRES, NO CONCELHO DA AMADORA”

- 26 - PROPOSTA Nº. 255/20 - SIMAS - CP 19160/2019 - SUSPENSÃO DO ATO DE CONSIGNAÇÃO RELATIVO À “EMPREITADA DE SUBSTITUIÇÃO DE CONDUTAS E RAMAIS EXISTENTES NA AVENIDA EDUARDO JORGE E RUAS ADJACENTES, NA FREGUESIA DA FALAGUEIRA-VENDA NOVA, NO CONCELHO DA AMADORA”**
- 27 - PROPOSTA Nº. 256/20 - SIMAS - CP 19157/2019 - SUSPENSÃO DO ATO DE CONSIGNAÇÃO RELATIVO À EMPREITADA DE “SUBSTITUIÇÃO DE CONDUTAS E RAMAIS EXISTENTES NA ZMC DA FÁBRICA DAS GABARDINES - SUL, FREGUESIA DA VENTEIRA, NO CONCELHO DA AMADORA”**
- 28 - PROPOSTA Nº. 257/20 - SIMAS - ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS VERDES DAS INSTALAÇÕES DOS SIMAS, NOS CONCELHOS DE OEIRAS E AMADORA - ANOS DE 2020-2023**
- 29 - PROPOSTA Nº. 258/20 - DPOC - RATIFICAÇÃO DA 9ª. ALTERAÇÃO PERMUTATIVA DE 2020**
- 30 - PROPOSTA Nº. 259/20 - DPS - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS EDUCACIONAIS ANO LETIVO 2019-2020 - 1ª. TRANCHE (JANEIRO A ABRIL DE 2020)**
- 31 - PROPOSTA Nº. 260/20 - DP - AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE CONCESSÃO DO DIREITO DE USO PRIVATIVO DE ESPAÇO PÚBLICO, PARA A INSTALAÇÃO DE 42 PONTOS DE CARREGAMENTO DE BATERIAS DE VEÍCULOS ELÉTRICOS, EM LOCAIS PÚBLICOS DE ACESSO PÚBLICO NO CONCELHO DE**

**OEIRAS, ENTRE O MUNICÍPIO DE OEIRAS E AS ENTIDADES “GALP POWER, S.A.”
E “MOBILECTRIC, LDA”**

- 32 - PROPOSTA Nº. 261/20 - DRU - Pº. 07/DRU/2020 - “REQUALIFICAÇÃO DA PRACETA
DIONISIO MATIAS” - APROVAÇÃO DE ALTERAÇÃO DE COMPOSIÇÃO DE JÚRI**
- 33 - PROPOSTA Nº. 262/20 - GAF - RATIFICAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO -
DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - PAGAMENTO DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS**
- 34 - PROPOSTA Nº. 263/20 - DGRU - ADJUDICAÇÃO E APROVAÇÃO DA MINUTA
CONTRATUAL RELATIVA AO PROCEDIMENTO POR AJUSTE DIRETO, NO
ÂMBITO DO ACORDO-QUADRO/18/2019, PROMOVIDO PELA CENTRAL NACIONAL
DE COMPRAS MUNICIPAIS, PARA AQUISIÇÃO DE 1590 ECOPONTOS DO TIPO
“CYCLEA”**
- 35 - PROPOSTA Nº. 264/20 - DD - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS
PARA DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS/INICIATIVAS PONTUAIS NO ÂMBITO
DO REGULAMENTO DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO DE OEIRAS
(RAAD) - 2020**
- 36 - PROPOSTA Nº. 265/20 - DDPE - PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O
MUNICÍPIO DE OEIRAS E A ESCOLA SECUNDÁRIA QUINTA DO MARQUÊS E OS
AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DE PAÇO DE ARCOS, SÃO BRUNO E S. JULIÃO
DA BARRA, NO ÂMBITO DOS CLUBES CIÊNCIA VIVA**
- 37 - PROPOSTA Nº. 266/20 - DP - AUTORIZAÇÃO PARA ISENÇÃO DE PAGAMENTO DOS
VALORES MENSAIS PAGOS PELAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DEDICADAS
ÀS ATIVIDADES DE RESTAURAÇÃO E BEBIDAS OU HOTELARIA, EM ESPAÇOS
PARA FINS NÃO HABITACIONAIS MUNICIPAIS**
- 38 - PROPOSTA Nº. 267/20 - PCM - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA
ÀS ASSOCIAÇÕES HUMANITÁRIAS DE BOMBEIROS DO CONCELHO DE OEIRAS**



NO ÂMBITO DE AÇÕES DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIOS

- 39 - PROPOSTA Nº. 268/20 - DOM - Pº. 2020/52 - DGEP - DECISÃO DE CONTRATAR, ADOÇÃO DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO E APROVAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO “PARQUE DE ESTACIONAMENTO DA QUINTA DA NORA, EM CARNAXIDE”**
- 40 - PROPOSTA Nº. 269/20 - DPCHM - EMPREITADA “61/DH/2018 - REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DO PARQUE URBANO DA QUINTA DA POLITEIRA - BARCARENA”. RETIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE PROCEDIMENTO E ANÚNCIO APROVADO PELA PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº. 186/2020, DE 18 DE MARÇO**
- 41 - PROPOSTA Nº. 270/20 - DACTPH - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA ÀS ASSOCIAÇÕES CULTURAIS, PARA APOIO À ATIVIDADE CULTURAL REGULAR DE 2020 - 1ª. FASE**
- 42 - PROPOSTA Nº. 271/20 - DRU - Pº. 30 DRU/19 - INFRAESTRUTURAS FASE 5, LECEIA - APROVAÇÃO DE RELATÓRIO FINAL E ADJUDICAÇÃO RELATIVA AO CONCURSO PÚBLICO PARA A EMPREITADA**
- 43 - PROPOSTA Nº. 272/20 - DDS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA PARA APOIO AOS ORGANISMOS JUVENIS 2020 -**
- 44 - PROPOSTA Nº. 273/20 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À CRESCER-ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O DIREITO DOS MENORES E DA FAMÍLIA “CASA DO PARQUE”, PARA MANUTENÇÃO DE DESPESAS FACE AO ATUAL CONTEXTO DE PANDEMIA COVID-19: -----**
- 45 - PROPOSTA Nº. 274/20 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE APOIO EXTRAORDINÁRIO À JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE CARNAXIDE E QUEIJAS PARA REFORÇO DE RESPOSTA ALIMENTAR NO CONTEXTO DA PANDEMIA COVID-19**

- 46 - PROPOSTA Nº. 275/20 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO PREVENIR PARA DESENVOLVIMENTO DOS PROGRAMAS “CRESCER A BRINCAR” E “NINO E NINA - PROGRAMA DE COMPETÊNCIAS” NO ANO LETIVO DE 2019/2020**
- 47 - PROPOSTA Nº. 276/20 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA ANTÓNIO NAVARRO, Nº. 6, 4N, UNIDADE RESIDENCIAL MADRE MARIA CLARA**
- 48 - PROPOSTA Nº. 277/20 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA DR. OLIVEIRA MARTINS, Nº. 38, PISO 0B, BAIRRO MOINHO DAS ROLAS**
- 49 - PROPOSTA Nº. 278/20 - DGHS - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA AV^a. DOS CAVALEIROS, Nº. 24, 3^º. B, BAIRRO OUTURELA/PORTELA**
- 50 - PROPOSTA Nº. 279/20 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA AV^a. DOS CAVALEIROS, Nº. 26, R/C C, BAIRRO OUTURELA/PORTELA, EM CARNAXIDE**
- 51 - PROPOSTA Nº. 280/20 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA TOMÁS LEAL DA CÂMARA, Nº. 16, R/C ESQ^º., BAIRRO QUINTA DA POLITEIRA**
- 52 - PROPOSTA Nº. 281/20 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NO LARGO MESTRE DE SANTA AUTA, Nº. 7, 1^º. ESQ^º., BAIRRO QUINTA DA POLITEIRA**
- 53 - PROPOSTA Nº. 282/20 - DGA - APROVAÇÃO DE MINUTA DE PROTOCOLO DE GESTÃO EM 2020 DAS ÁGUAS BALNEARES A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE OEIRAS E A ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE LISBOA**
- 54 - PROPOSTA Nº 283/20 - DEM - Pº. 2019/94-DEM - APROVAÇÃO DE REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA RELATIVA À CONSTRUÇÃO DO FÓRUM MUNICIPAL, EM OEIRAS”**
- 55 - PROPOSTA Nº 284/20 - DC - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO CULTURAL SETE SÓIS SETE LUAS**
- 56 - PROPOSTA Nº 285/20 - DDPE - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO IBET PARA O DESENVOLVIMENTO DE TESTES SEROLÓGICOS - COVID-19**



Câmara Municipal
de Oeiras

**57 - PROPOSTA N° 286/20 - DCA - ATRIBUIÇÃO DA COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À
ACADEMIA DE MÚSICA FLOR DA MURTA PARA CELEBRAÇÃO DO FIPO - III
FESTIVAL INTERNACIONAL DE PIANO DE OEIRAS**

**58 - PROPOSTA N° 287/20 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À
EMDIIP PARA CRIAÇÃO DE BOLSA DE TERAPIAS PARA CRIANÇAS COM
NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS**

**59 - PROPOSTA N° 288/20 - DCS - APOIO EXTRAORDINÁRIO A ENTIDADES COM
RESPOSTA DE APOIO ALIMENTAR NO ÂMBITO DO PLANO MUNICIPAL DE
APOIO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE (COVID-19)**

**60 - PROPOSTA N° 289/20 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA A
ENTIDADES PARCEIRAS PARA REFORÇO DE VERBAS NO ÂMBITO DO FUNDO DE
EMERGÊNCIA SOCIAL**

**61 - PROPOSTA N°. 290/20 - DCS - APOIO EXTRAORDINÁRIO A ENTIDADES COM
RESPOSTA DE APOIO ALIMENTAR (REFEIÇÕES CONFECIONADAS) NO ÂMBITO
DO PLANO MUNICIPAL DE APOIO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE
VULNERABILIDADE -COVID-19**

**62 - PROPOSTA N°. 291/20 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE APOIO AO APETRECHAMENTO DA
COZINHA DA FUNDAÇÃO OBRA SOCIAL DAS RELIGIOSAS DOMINICANAS
IRLANDESAS - CENTRO SAGRADA FAMÍLIA, NO ÂMBITO DO PLANO
MUNICIPAL DE APOIO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE
(COVID-19)**

63 - MARCAÇÃO DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

64 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO



Câmara Municipal
de Oeiras

----- ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2020 -----

----- ATA NÚMERO ONZE/DOIS MIL E VINTE -----

----- Aos dezasseis dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte, nesta Vila de Oeiras, reuniu em videoconferência, através da Plataforma Ciscowebex, a Câmara Municipal de Oeiras, sob a Presidência do Senhor Presidente Doutor Isaltino Afonso Moraes estando presentes os Senhores Vice-Presidente Doutor Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves e Vereadores Carlos Alberto Ferreira Morgado, Doutora Joana Micaela Salvador Baptista, Joaquim Moreira Raposo, Professor Doutor Pedro Manuel Freire Patacho, Doutor Ângelo Cipriano da Cunha Fialho e Pereira, Doutora Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar, Doutora Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia, Professora Doutora Marlene Braz Rodrigues e Doutor Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto.-----

1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- Às quinze horas e trinta e quatro minutos, o **Senhor Presidente** declarou aberta a reunião e submeteu à votação a respetiva ordem de trabalhos que foi aprovada, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia.-----

2 - APROVAÇÃO DE ATAS: -----

----- O **Senhor Presidente** submeteu à votação a ata número oito, de dois mil e vinte, de quatro de março, previamente distribuída pelo que foi dispensada a sua leitura, tendo-se verificado a sua aprovação, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo e Ângelo Pereira.-----

----- Não participou na votação a Senhora Vereadora Heloísa Apolónia por não ter estado

presente na reunião, nos termos do artigo trigésimo quarto, número três, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----

----- E ata número nove, de dois mil e vinte, de dezembro de março, previamente distribuída pelo que foi dispensada a sua leitura, tendo-se verificado a sua aprovação, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues e Ângelo Pereira. -----

----- Não participaram na votação os Senhores Vereadores Joaquim Raposo e Heloísa Apolónia, por não ter estado presente na reunião, nos termos do artigo trigésimo quarto, número três, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----

3 - SITUAÇÃO FINANCEIRA: -----

----- Foi presente o balancete de tesouraria, relativo ao período de treze de abril de dois mil e vinte a dezasseis de abril de dois mil e vinte, tendo o **Senhor Presidente** informado da disponibilidade orçamental, previsão de tesouraria, compromissos em aberto e execução do orçamento de dois mil e vinte, constatando-se um saldo orçamental positivo de cento e dezasseis milhões cento e oitenta e dois mil quatrocentos e trinta e três euros. -----

4 - ASSUNTOS DO C.A. DOS SIMAS: -----

----- Conforme artigo quinquagésimo segundo, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, a Câmara tomou conhecimento dos principais assuntos tratados nas reuniões do Conselho de Administração dos SIMAS - Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos Municípios de Oeiras e Amadora realizadas nos passados dias vinte e três de março e seis de abril, os quais são: -----

----- Reunião de vinte e três de março: -----

----- “- Informações: -----

----- Tomou conhecimento do Balancete do Movimento de Tesouraria à data de dezembro



de março de dois mil e vinte. -----

----- Constituição do Grupo de Trabalho - Gestão de Conteúdos Edifício ÁguaVida (Adiada no Conselho de Administração de dois de março de dois mil e vinte e de dezasseis de março de dois mil e vinte) - Adiada. -----

----- Tomou conhecimento dos Relatórios de Formação dois mil e dezoito e dois mil e dezanove. -----

----- Informação da DAAJ relativa à elaboração de proposta de deliberação a submeter ao Conselho de Administração para efeito de assunção pelos SIMAS da responsabilidade pela gestão e manutenção das Estações Elevatórias localizadas nas praias do Concelho de Oeiras - O Conselho de Administração tomou conhecimento da informação e determinou que é irrelevante a questão do domínio público, ou privado, ou domínio jurídico ou outros domínios. -----

----- Do que se trata é que os SIMAS assegurem a gestão destes equipamentos devendo para o efeito ter a concordância do Porto de Lisboa. -----

----- Propostas de deliberação: -----

----- Regularizações contabilísticas: Dívida e Imobilizado Corpóreo - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

----- Abertura de procedimento por concurso público para a celebração de acordo quadro para execução da empreitada destinada à reparação de colapsos de coletores e ramais, substituição de tampas e reparação de caixas de visita, nas redes de águas residuais e pluviais, no Concelho da Amadora (anos de dois mil e vinte/dois mil e vinte e um), pelo preço base de trezentos e quarenta e três mil quinhentos e quarenta e quatro euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, a desenvolver num prazo máximo de trezentos e sessenta dias, prevendo-se que a mesma decorra entre outubro dois mil e vinte e outubro dois mil e vinte e um - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

----- Abertura de procedimento por concurso público para a prestação de serviços de

seguros ramo não vida, de “responsabilidade civil”, pelo período de um ano, com o preço base de cento e quarenta mil euros, isento de IVA, a decorrer nos anos de dois mil e vinte e de dois mil e vinte e um - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

----- Abertura de procedimento, por concurso público, destinado ao fornecimento contínuo de material codificado em armazém de Economato, pelo preço base de dezasseis mil euros, acrescido de IVA, pelo prazo de execução de seis meses, sendo que a despesa se prevê ser efetuada no decorrer do ano de dois mil e vinte - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

----- Abertura de procedimento, por ajuste direto no âmbito dos critérios materiais, destinado à prestação de serviços de seguro ramo não vida na modalidade de responsabilidade civil (de exploração, incluindo laboração de máquinas), à entidade Seguradora “AIG Europe, Sociedade Anónima”, pelo período de trinta dias, passível de ser renovado por cinco iguais períodos, até ao inicio da vigência do procedimento que se encontra a decorrer, pelo preço base de quarenta e cinco mil euros, isento de IVA, com um valor mensal de sete mil e quinhentos euros, igualmente isento de IVA - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

----- Concurso público, com adjudicação por lotes, destinado ao fornecimento contínuo de materiais de armazém, pelo período de vinte meses - Revogação da decisão de contratar e abertura novo procedimento - Abertura de procedimento pré contratual por concurso público pelo preço base quatrocentos e quarenta e quatro mil e oitocentos euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, pelo prazo de vinte meses - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto.” -----

----- Reunião de seis de abril: -----

----- “- Informações: -----

----- Tomou conhecimento do Balancete do Movimento de Tesouraria; -----

----- Constituição do Grupo de Trabalho - Gestão de Conteúdos Edifício ÁguaVida (Adiada no Conselho de Administração de dois de março de dois mil e vinte, de dezasseis de março de dois mil e vinte e de vinte e três de março de dois mil e vinte) - Adiada; -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Pedido da UDRA (União Desportiva e Recreativa de Algés) de anulação de faturas - O Conselho de Administração tomou conhecimento do pedido da UDRA (União Desportiva e Recreativa de Algés) e determinou que os SIMAS deverão considerar o consumo médio do Clube e, considerando também, a coincidência com a obra Municipal, o excedente deverá ser faturado à Câmara Municipal de Oeiras; -----

----- Tomou conhecimento da nomeação dos SIMAS - Prémios Human Resources dois mil e vinte; -----

----- NORCEP - Construção do novo edifício dos Serviços Técnicos dos SIMAS de Oeiras e Amadora, Leceia - O Conselho de Administração tomou conhecimento da informação subscrita pela Chefe da Divisão da DGIE relativa ao Resumo Técnico da Obra, e determinou a consulta a três empresas especializadas de consultoria na área de fiscalização, construção e projeto, no sentido de validarem uma eventual compensação à NORCEP; -----

----- Prestação de Serviços- Valência do sector apoio cidadão vulnerável (SACV) - O Conselho de Administração tomou conhecimento e aprovou, por unanimidade, a celebração de um contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença, com a licenciada Ana Lúcia Figueiredo Dias, nos exatos termos da proposta; -----

----- O Conselho de Administração tomou conhecimento da relação de Ordens de Pagamento anuladas a nível do ERP e dos movimentos contabilísticos; -----

----- Abertura do procedimento por ajuste direto para a aquisição de serviços operacionais na modalidade de contrato de tarefa com convite ao Senhor Sobhi Sheiko, para a aquisição de serviços operacionais, pelo preço base de cinco mil setenta e cinco euros e dezasseis céntimos, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, correspondente ao somatório da retribuição mensal equivalente ao salário mínimo, acrescido do subsídio de almoço e o proporcional ao subsídio de Férias e de Natal (seiscentos e trinta e cinco euros e sete céntimos mais quatro euros e setenta e sete céntimos vezes vinte e dois dias mais cento e cinco euros e oitenta e cinco céntimos igual a

oitocentos e quarenta e cinco euros e oitenta e seis cêntimos), para um prazo de execução de seis meses - O Conselho de Administração tomou conhecimento do despacho de autorização do Senhor Diretor Delegado;

ERP - Opções de gestão - O Conselho de Administração tomou conhecimento da informação do DDGO e aprovou, por unanimidade, a proposta do Senhor Diretor Delegado, determinando proceder à abertura de imediato de um concurso público.

Propostas de deliberação:

Foi aprovada, por unanimidade, a segunda Alteração ao Orçamento de dois mil e vinte - PPI, Orçamento das Despesas Correntes e de Capital.

CTT - Correios de Portugal - Encargos postais de expedição de objetos postais originários no “Printing & Finishing” - Autorização - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto.

Abertura de procedimento por ajuste direto para a aquisição e instalação de equipamento de climatização e alteração da insuflação do ar da sala de reserva do novo edifício de Leceia, com consulta à empresa “Mitramolap Climatização, Unipessoal, Limitada”, pelo preço base de dezasseis mil quinhentos e sessenta e quatro euros e setenta e nove cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com um prazo de execução de trinta dias - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto.

Abertura de procedimento por concurso público para a empreitada destinada à construção do novo reservatório do Alto de Santa Catarina, no Concelho de Oeiras, pelo preço base de dois milhões quinhentos e vinte mil duzentos e setenta e um euros e vinte e cinco cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, a executar no prazo máximo de quinhentos e quarenta dias, prevendo-se que a mesma decorra no ano de dois mil e vinte, dois mil e vinte e um e dois mil e vinte e dois - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto.

Empreitada de “Substituição de condutas e ramais existentes na Avenida Camilo



Castelo Branco, Rua Andrade Corvo, Praceta Conde Arnoso e Rua Trindade Coelho, na freguesia das Águas Livres, no Concelho da Amadora" - Concurso público dezanove mil cento e cinquenta, de dois mil e dezanove - Foi aprovada, por unanimidade, a Suspensão do Ato de Consignação. -----

----- Empreitada de "Substituição de condutas e ramais existentes na Avenida Eduardo Jorge e ruas adjacentes, na Freguesia da Falagueira-Venda Nova, no Concelho da Amadora" - Concurso público dezanove mil cento e sessenta, de dois mil e dezanove - Foi aprovada, por unanimidade, a Suspensão do Ato de Consignação. -----

----- Empreitada de "Substituição de condutas e ramais existentes na ZMC da Fábrica das Gabardines - Sul, Freguesia da Venteira, no Concelho da Amadora" - Concurso público dezanove mil cento e cinquenta e sete, de dois mil e dezanove - Foi aprovada, por unanimidade, a Suspensão do Ato de Consignação. -----

----- Abertura de procedimento por concurso público, com publicidade internacional, para a prestação de serviços destinados à manutenção dos espaços verdes das instalações dos SIMAS, nos Concelhos de Oeiras e Amadora - anos de dois mil e vinte-dois mil e vinte e três, pelo preço base de trezentos e vinte mil euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, com início em novembro de dois mil e vinte, para um prazo de execução de um ano, prevendo-se a possibilidade de renovação anual nos dois anos seguintes - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto. -----

----- Abertura de procedimento por concurso público, para a aquisição de uma plataforma elevatória para o novo edifício dos Serviços Técnicos dos SIMAS de Oeiras e Amadora, em Leceia, pelo preço base de vinte sete mil euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, sendo vinte e quatro mil euros destinados à aquisição do equipamento e formação dos trabalhadores dos SIMAS, com prazo de entrega de trinta dias, e três mil euros ao contrato de manutenção pelo período de três anos - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto. -----

-----Empreitada para intervenção nos vãos de fachada e na cobertura do Edifício Sede dos SIMAS, em Oeiras - Concurso público dezanove mil cento e catorze, de dois mil e dezanove - Ratificação do Ato de Levantamento da Suspensão dos Trabalhos - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto.-----

-----Abertura de procedimento por ajuste direto, em funções de critérios materiais para aquisição de serviços destinados à manutenção do produto informático “Aquaperformance”, pelo preço base de vinte e dois mil e quinhentos euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, para um prazo de execução a decorrer durante o ano de dois mil e vinte - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto.-----

-----Procedimento por ajuste direto, em função de critérios materiais, para a prestação de serviços destinados a seguros Ramo Não Vida na modalidade de Responsabilidade Civil (de exploração, incluindo laboração de máquinas), com consulta à empresa seguradora AIG Europe, Sociedade Anónima, com o preço base de setenta mil e duzentos euros, isento de IVA, correspondente a um valor mensal de onze mil e setecentos euros, pelo prazo de um mês, com possibilidade de renovação até ao limite máximo de mais cinco meses, com a execução a ocorrer integralmente no ano de dois mil e vinte - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto.” -----

5 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR CARLOS MORGADO: -----

-----O Senhor Vereador Carlos Morgado prestou à Câmara as seguintes informações: - -----“Começo por cumprimentar os restantes colegas do Executivo, assim como as restantes pessoas que estão a assistir a esta reunião por videoconferência, esperando e desejando que estejam todos de boa saúde.-----

-----Antes de dizer aquilo que me vai na alma, gostaria de questionar o Senhor Vice-Presidente se já houve resposta por parte da Direção-Geral de Saúde à carta desta Câmara Municipal sobre a discrepancia dos números relacionados com o COVID-Dezanove no nosso Concelho. -----



----- Gostaria de saber qual o ponto de situação nos lares do nosso Concelho e, finalmente, quanto ao ponto de situação dos colaboradores do Município afetados pelo coronavírus, pergunto se se mantém o que está na intranet, cuja última atualização foi feita em vinte e seis de março findo. -----

----- Estamos a atravessar momentos difíceis, estamos a passar por um tempo de incertezas, estamos a viver um tempo em que não sabemos que caminho nos espera. -----

----- Estamos numa altura em que os líderes estão a ser postos à prova, uns com uma presença mais assertiva que outros, mas todos a demonstrarem muitas hesitações na indicação da direção adequada. -----

----- Ninguém estava preparado para lidar com esta pandemia. -----

----- Quando muita gente receava os sistemas de mísseis e antimísseis, bombas nucleares, os exércitos, esqueceram-se que o perigo podia ter origem num simples ser, que nem ser vivo é, e que num ápice pôs uma grande parte da população mundial em casa, indiferente a todo esse armamento. -----

----- Tenho pena de o afirmar no contexto da pandemia que nos assola mas, mais uma vez, não posso deixar de manifestar o meu enorme orgulho em ser Português. -----

----- É curioso verificar esta dicotomia. -----

----- Por um lado, somos conhecidos como um povo triste e pessimista que reina na desordem e indisciplina; por outro lado e fazendo jus aos Descobrimentos, somos o povo da luta, da conquista, da resistência e da resiliência. Somos sofridos e destemidos. -----

----- Falando apenas nos tempos mais recentes, dou aqui nota de algumas situações que ilustram bem estas caracterizações: refiro-me á crise financeira de dois mil e oito, que foi resolvida com um enorme sacrifício, sendo que também não podemos esquecer organizações de eventos que, pela sua excelência e pela extraordinária projeção que tiveram a nível internacional, nos envideceram, como por exemplo, a Expo Noventa e oito e o Campeonato da Europa de

Futebol de dois mil e quatro. -----

-----Com maior ou menor dificuldade, sempre ultrapassamos as várias crises e não há-se ser agora que irá acontecer o inverso com esta pandemia. -----

-----Quando chega a altura da verdade somos um povo que arregaça as mangas e faz das tripas coração para honrar e dignificar a nossa Nação. -----

-----E, mais uma vez, esta situação está a verificar-se sendo, inclusive, motivo de vários elogios além-fronteiras. -----

-----Estamos a ser um exemplo para o Mundo e isto, repito, faz com que sinta um grande orgulho em ser Português. -----

-----Orgulho por verificar que os governantes do nosso País e, neste caso, também os do nosso Concelho, tudo têm feito para resolver esta situação anómala, apoiando os mais fragilizados. -----

-----Aliás, no que respeita a esta Câmara Municipal isto comprova-se através de uma proposta de deliberação que consta da agenda da reunião de hoje que prevê a isenção do pagamento de mensalidades às micro e pequenas empresas dedicadas à restauração e hotelaria que estão em espaços municipais. -----

-----Orgulho por constatar a postura responsável e colaborativa demonstrada pela Oposição no nosso Parlamento na ajuda ao nosso Governo, situação similar que se tem passado também no nosso Concelho. Aliás, o exemplo nacional foi, inclusive, objeto de elogios por parte do primeiro-Ministro Espanhol, Pedro Sanchez, o qual convidou a sua Oposição a seguir o exemplo do presidente do Partido Social Democrata, Rui Rio, que fez um discurso emotivo a desejar boa sorte e a oferecer a sua colaboração na luta contra o COVID-Dezanove. -----

-----Orgulho por ter assistido ao extraordinário testemunho de coragem, esperança e amor ao próximo, a uma intervenção humana, tocante, emocionante e profunda que o General Ramalho Eanes, numa entrevista concedida á RTP Um nos deixou, numa autêntica aula de



cidadania e de apologia do bem comum. -----

----- Permitam-me realçar algumas passagens da sua entrevista: -----

----- a primeira "... Nós, os velhos, temos de pensar que a nossa situação é igual à dos outros e se alguma coisa há é a obrigação suplementar de dizer aos outros que isto já aconteceu, que se ultrapassou, que esta crise vai ser ultrapassada. -----

----- Nós, os velhos, vamos ser os primeiros a dar o exemplo. -----

----- Não saímos de casa, respeitemos os conselhos médicos e mais: quando chegarmos ao hospital, se for necessário oferecemos o nosso ventilador ao homem que tem mulher e filhos." ---

----- a segunda "... Quando o COVID-Dezanove desaparecer e deixar um rasto de crise, vamos precisar de um Estado que não pode ser um Estado mínimo, um Estado que olhe para o País para lá da conjuntura dos ciclos eleitorais." -----

----- a terceira "... Esta batalha é uma batalha de todos e só podemos vencer se todos nos empenharmos, se todos a conhecermos, se todos fizermos aquilo que se impõe fazer. -----

----- E a primeira coisa que esta batalha nos exige é que sejamos unidos. Que percebemos, de uma vez por todas, que somos falíveis e muito frágeis, é uma batalha de todos e estou convencido que a vamos vencer." -----

----- e finalmente "... A vida é uma passagem. O amor está em todo o lado, em todas as alturas, em todas as situações e aquele que vai morrer, se sentir esse amor, sente-se mais apoiado." - -----

----- Não estivéssemos nós a falar de alguém digno e íntegro que devotou toda a sua vida ao Exército, à Cidadania e à Democracia. -----

----- Numa palavra só: aos outros. -----

----- Orgulho por verificar que aqui e além-fronteiras o trabalho dos nossos profissionais de saúde está a ser bastante elogiado, veja-se o exemplo do Primeiro-ministro Britânico, Boris Johnson, que agradeceu o extraordinário trabalho e competência do enfermeiro português, Luís

Pitarma. ---Orgulho pela forma como na imprensa internacional é elogiado o modo exemplar como Portugal tem feito frente ao COVID-Dezanove, citando aqui uma passagem no El País: ---

----- “... Numa altura em que o Mundo está boquiaberto a olhar para o norte, suíços, britânicos, holandeses ou alemães, poderiam aproveitar para aprender alguma coisa com Portugal, o País do sul e latino onde o vírus avança controladamente.” -----

-----Orgulho pela extraordinária onda de solidariedade que se vive no nosso País em que todos querem ajudar, uns mais outros menos, de uma forma anónima ou indiscreta. -----

-----Orgulho, mais uma vez, na nossa população que, com um comportamento deveras exemplar, tem contribuído de uma forma decisiva para os números que se registam no nosso Concelho. - -----

-----Orgulho, mais uma vez, em todos aqueles que estão na linha da frente a combater a COVID-Dezanove - profissionais de saúde, polícias, bombeiros, proteção civil, operacionais do ambiente e instituições sociais. -----

-----Concluindo, acho que todas as homenagens que possamos fazer a todas estas pessoas e instituições serão sempre poucas, mas considerando o seu relevante trabalho na linha da frente será, para já, da mais elementar justiça apresentar uma proposta de louvor a estas pessoas e instituições. -----

-----Por outro lado, pese embora não se tenha verificado nenhum óbito resultante do coronavírus no nosso Concelho pelo conhecimento que tenho, não podemos esquecer as centenas de pessoas que já foram vítimas desta pandemia, pelo que proponho a aprovação de um voto de pesar. -----

-----Aqui fica o testemunho de alguém que tem um enorme orgulho em ser português e em ser de Oeiras, e que á semelhança do que aconteceu no pós das anteriores crises, tem uma enorme esperança que possamos ter um Mundo melhor, mais desenvolvido, mais fraterno e solidário, porque, mais do que nunca, precisaremos todos uns dos outros. -----



----- Finalmente, e porque se aproxima uma data marcante na nossa história - Vinte e Cinco de Abril - gostaria de perguntar ao Senhor Vice-Presidente se já se pensou em fazer algo comemorativo desta data. -----

----- Todos sabemos que neste contexto não poderá ser realizada a Sessão Solene nos moldes habituais, nem será prudente, no atual Estado de Emergência, fazer uma sessão, mesmo que seja com um número mais reduzido de deputados. -----

----- Contudo, acho que deveríamos assinalar esta data marcante de uma forma simbólica, realizando uma sessão comemorativa sendo transmitida nas redes sociais à semelhança do que já acontece, normalmente, com as Assembleias Municipais.” -----

6 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA MARLENE RODRIGUES: -----

----- A **Senhora Vereadora Marlene Rodrigues** deu início ao seu período de informações da seguinte forma: -----

----- “Quero destacar a forma positiva como a Câmara se organizou de forma atempada para enfrentar esta pandemia, tal como já foi referido anteriormente. -----

----- A instância que foi criada para coordenar o planeamento e a operacionalização das medidas para enfrentar o combate à COVID-Dezanove, o Gabinete de Crise, tem tido um papel importante nas diferentes áreas, no ambiente, proteção civil, polícia municipal, educação, no trabalho dos dois mil computadores para alunos que não têm capacidade económica, a formação dos profissionais no tele-ensino tem sido fundamental nesta etapa que agora vivemos, bem como, a saúde, os testes, o material de proteção médica e para outros profissionais de saúde, os centros de rastreio, o trabalho na habitação, nomeadamente nos bairros municipais e também todo o trabalho na ação social. -----

----- Nunca é demais reconhecer a rapidez com que se elaborou e se pôs em marcha as medidas de atuação, é um trabalho que tem sido reconhecido por diversas vezes e por diversos Vereadores. -----

-----Ainda assim, devemos sempre melhorar o que de bom fizemos e que poderemos ainda fazer melhor e aí deveria de haver esforços de informação do que se tem feito através do Gabinete de Crise, através não de elementos muito esmiuçados, mas quantitativos que requerem um esforço por parte dos Serviços e cristaliza muitas vezes a atuação desses mesmos Serviços, mas através de relatórios síntese que fossem distribuídos a todos os Vereadores com ou sem pelouro.-----

-----Isto porque, qualquer um de nós pode ser questionado por municíipes sobre determinadas situações, isso já me aconteceu e não detinha informação, tive que estar a telefonar a colegas e a funcionários para tentar esclarecer a situação.-----

-----Apesar de todos estes esforços que a Câmara tem vindo a encetar e na linha do que o Senhor Vereador Carlos Morgado aqui trouxe, queria evidenciar o movimento de voluntariado e todo um trabalho que existe através da participação cívica dos municíipes que surge espontaneamente a nível nacional e local e isto é tão importante, porque dado o desequilíbrio emocional e social que a crise desencadeia, causam uma incapacidade temporária das pessoas para sair da situação em que se encontram e do reportório que tinham habitualmente, o que explica uma ação que tem de ser imediata para esta situação excepcional, implica uma intervenção que vá ao encontro das pessoas que se encontram em choque, completamente paralisadas na expressão das suas necessidades, elas não conseguem expressar essas necessidades, diria que existe quase uma não reação num primeiro momento.-----

-----Para os casos silenciosos e não expressos, quero enaltecer a participação cívica nacional e local em termos de voluntariado que procura ajudar estes casos através das redes entreajuda, das redes de vizinhança, porque quem está mais perto é que consegue expressar as suas necessidades.-----

-----Estas redes de vizinhança e o trabalho de várias instituições locais têm sido fundamentais, bem como, a ajuda dos cidadãos e cidadãs anónimas que não precisam de



Câmara Municipal
de Oeiras

fotografias para apresentar no dia seguinte, que prescindem de rendas, aumentam os encargos alimentares para chegar a quem silenciosamente e sem voz precisa imediatamente de satisfazer as suas necessidades básicas. -----

----- Sobre a questão do voluntariado gostaria de saber, relativamente ao despacho quatro mil quatrocentos e sessenta-A, de dois mil e vinte, de treze de abril, se está prevista alguma deslocação de funcionários, de técnicos da Câmara Municipal de Oeiras para o exercício de funções, claro com o seu consentimento, em respostas sociais que deles necessitem, nas pessoas mais vulneráveis, nos lares, nas medidas residenciais. -----

----- Uma outra questão relativa à violência doméstica, felizmente as CPCJ - Comissões de Proteção de Crianças e Jovens abriram e foi uma notícia muito importante, porém o decréscimo de denúncias e queixas de violência doméstica a nível nacional está a ser menor, relativamente ao período análogo de dois mil e dezanove. -----

----- Sabemos que este decréscimo esconde situações de violência doméstica que a curto prazo poderão explodir, coloco a questão se existe algum acompanhamento, ou pensa-se efetuar alguma coisa, relativamente às famílias de risco, cujos filhos estão em meio natural de vida, não estou a falar nas crianças institucionalizadas, uma vez que as CPCJ irão retomar o trabalho. -----

----- Ao nível da violência doméstica e aos maus tratos dos ascendentes e a toda uma violência nas relações de intimidade, se existem medidas ou há algum número por parte das entidades parceiras da rede social para algum trabalho com vista a denunciar e monitorizar estes casos ainda que os mesmos estejam em confinamento. -----

----- A Espanha utilizou um código na farmácia em que a vítima chega lá e diz, COVID-Dezanove ou algo semelhante e despoleta-se imediatamente um policiamento mais próximo dessas situações e um conjunto de atuações. -----

----- Uma outra situação tem a ver com o desemprego/pobreza, ele está aí e isso é incontornável, é assustador e temos que fazer um esforço sobre-humano para que ele não seja

maciço, tanto mais que sem os rendimentos familiares não há consumo e sem ele não há dinâmica económica, muito menos crescimento económico, tudo isto tem de ser feito a uma velocidade muito grande, para que a suspensão social e económica deixe de existir. -----

-----Para além das medidas que já existem, se irão ser pensadas políticas locais de substituição de rendimentos com procedimentos simplificados para uma retoma da vida social e económica das famílias mais carenciadas?-----

-----Esta questão não tem que ver propriamente com uma posição da minha parte em que deve a Câmara Municipal de Oeiras substituir-se ao Governo e tão só haver uma prevenção de uma possível pandemia de vulnerabilidades económicas e sociais.-----

-----Desta forma há alguma informação qualitativa, quantitativa dos trabalhadores, munícipes, desempregados ou com contratos suspensos que residam aqui?-----

-----Há algum pré avaliação da situação dos setores por exemplo do retalho, da restauração e de outras profissões?-----

-----Um outro assunto diz respeito à preparação da retoma económica que está agora a ser pensada e discutida, há muito trabalho que tem de ser feito nesta área a nível nacional e local, a minha questão é muito mais micro e tem que ver com o que está a acontecer à cultura que tanto tem que ver com o poder autárquico, que medidas estão a ser pensadas para a cultura, turismo, grandes eventos, que foram tão castigados nesta pandemia sanitária.-----

-----Por último, sobre a higiene e segurança no trabalho na fase de transição do confinamento, do teletrabalho para o retorno gradual do trabalho presencial, o que está a ser pensado em termos do espaço laboral e da higienização desse mesmo espaço?-----

-----Que fases ou etapas estão a ser pensadas gradualmente para o retorno ao trabalho presencial e quais os Serviços que irão para a frente?-----

-----O que fazer com trabalhadores que estão confinados ao sótão, como por exemplo no Palácio onde estão em espaços reduzidos, com muita gente?"-----



7 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR PEDRO PATACHO:

----- O Senhor Vereador Pedro Patacho prestou à Câmara as seguintes informações: -----

----- “Em primeiro lugar gostava, sem exceção, de dar aos meus colegas Vereadores, ao Senhor Presidente, aos Serviços da Câmara Municipal que estão sobre a sua responsabilidade, os parabéns pelo desempenho, pelo trabalho e pela dedicação com que nestas semanas e ao longo de todos estes dias se têm empenhado no combate a esta crise e na implementação célere das medidas que se impõem. -----

----- Relativamente a informações gostava de dar conta ao Executivo Municipal daquilo que foi o trabalho que se fez num tempo muito exíguo, mas que se conseguiu fazer para conseguirmos dar aquele, que consideramos ser o necessário apoio que se impunha à nossa comunidade escolar, com o objetivo de reduzir as desigualdades e garantir a igualdade de oportunidades, no acesso a meios tecnológicos para que todas as crianças e alunos do nosso Concelho consigam acompanhar os projetos de ensino à distância e os seus agrupamentos de escola nesta circunstância excepcional que nós vivemos, se viram forçados a ter que implementar.

----- Sempre foi e continua a ser nossa preocupação que nenhum aluno fique para trás, sempre foi e continua a ser nossa intenção termos os melhores alunos do País, neste Concelho e saber bem que a redistribuição de recursos não toca a todos da mesma forma e, por isso mesmo, aos poderes públicos compete uma ação firme determinada na redução das desigualdades e na garantia de igualdades de oportunidades no acesso aos meios para todos poderem participar plenamente na vida social e, neste caso em particular, no projeto de educação pública no nosso Concelho. -----

----- Solicitámos às escolas para que, através dos diretores de turma e dos professores do Primeiro Ciclo fossem identificados os alunos que não tinham equipamento tecnológico, procedeu-se a essa identificação e chegámos à conclusão que havia perto de dois mil alunos e cerca de três dezenas de professores, sem acesso à internet e equipamento tecnológico.

Desencadearam-se os procedimentos para garantir os recursos tecnológicos a estas pessoas. -----

-----Foi rápido porque uma boa parte deles já estavam disponíveis, são computadores, “tablets” e “routers”, estes foram agora adquiridos, mas computadores e tablets já estavam nas escolas no contexto do projeto de inovação pedagógica “Mochila Leve” tinham sido fornecidos às turmas e aos professores no contexto da diversidade de recursos educativos que foi garantido para fazer um trabalho diferenciador.-----

-----Tratou-se agora de agarrar nessa grande quantidade de dispositivos que já estavam nas escolas e distribuí-los equitativamente por quem precisava, mas não foi apenas isto, foi muito mais do que isto, porque preparou-se em parceria com a Altice e com a Cisco todo um programa global de apoio aos projetos de ensino à distância nos agrupamentos.-----

-----Selecionou-se uma aplicação a Cisco “Webex” que é a que se está a utilizar para fazer esta reunião e garantiram-se vinte mil licenças para todo o universo de alunos do ensino básico e secundário do Concelho e respetivos professores, garantiu-se essas licenças para que pudessem ter este aplicativo para criar salas de aula virtuais seguras, com garantia de proteção dos dados pessoais dos utilizadores, com garantia de proteção dos dados de voz e de imagem, com total segurança para os utilizadores.-----

-----Para além disso, foram construídos guiões de apoio, quer para os alunos, quer para os professores, com o apoio de uma equipa de professores dos vários agrupamentos de escolas e sobre a coordenação do Departamento de Educação da Câmara Municipal foram criados dois números verdes, um para famílias e outro para professores, que são geridos pela Altice e pela Cisco com equipas dedicadas de apoio técnico para resolução de problemas pontuais e foi também garantida uma formação de noventa minutos para todos os professores do Concelho, para que possam resolver dúvidas que tenham e ficarem assim habilitados para utilização da Cisco “Webex”, como nós temos aqui a utilizar nesta reunião.-----

-----Foi um trabalho hercúleo que se fez num tempo “record” só possível com o



empenhamento de todos, mas permitam-me destacar e dar os parabéns ao trabalho exemplar que a DITIC, na pessoa do seu diretor, o doutor José Barreira Martins, cumprimento toda a equipa do Departamento e também do Departamento de Educação na pessoa da doutora Maria Paula Rodrigues endereço cumprimentos a toda a equipa do referido Departamento, foi um trabalho exemplar, colaborativo entre duas unidades orgânicas para conseguir pôr este dispositivo de apoio à comunidade escolar de pé. -----

----- Foi um trabalho complexo e estamos a falar de um universo de vinte mil alunos, com muitos intervenientes, há sempre lapsos que acontecem e, por isso mesmo, tomamos a iniciativa de nos aprovisionar com mais alguns “tabletes” adicionais que serão entre cem a trezentos para vir a resolver algumas situações que surjam agora, está em curso a distribuição dos equipamentos, muitos já foram distribuídos, mas continua ainda esta semana, está a ser feita pelos agrupamentos de escolas e terminará no início da próxima. -----

----- Adicionalmente e porque as assistentes operacionais das escolas estão neste momento em casa e porque estamos a antecipar que o regresso às aulas não vai ser propriamente um regresso à normalidade, vai ser um regresso a um novo normal com que a comunidade escolar vai ter que aprender a conviver e será particularmente exigente para as nossas assistentes operacionais, porque depois de confinamento, o regresso à escola vai exigir uma atenção acrescida, um cuidado adicional, uma capacidade suplementar de acompanhamento, ao que se vai adicionar a necessidade do cumprimento das medidas excecionais de segurança, que certamente serão emanadas em tempo devido pelo Ministério da Educação aquando do regresso à escola. -----

----- Por tudo isto, entendemos também que esta era uma oportunidade, uma vez que as assistentes operacionais agora estão a maior parte delas em casa, garantir-lhes uma formação contínua, precisamente de as melhor preparar para este regresso às aulas que vai exigir da sua atividade profissional um empenho, uma atenção, uma dedicação, um cuidado suplementar, num contexto que será de um novo normal com medidas novas, para além daquelas que estavam

habitadas. -----

-----Também neste contexto já se começou a trabalhar com os diretores de agrupamentos de escolas de Oeiras no desenho de possíveis cenários de antecipação do que pode vir a ser o regresso à escola a partir do próximo dia quatro ou cinco de maio, para os alunos do décimo primeiro e do décimo segundo ano com medidas excepcionalíssimas de segurança que estes alunos e professores que com eles trabalharem terão que cumprir.-----

-----Isso pode vir a exigir algumas intervenções no espaço escolar, algum apoio suplementar da parte da autarquia aos agrupamentos de escolas e quer este regresso a quatro de maio, quer em função do que aí acontecer, o regresso às aulas no início do próximo ano letivo tem um trabalho de antecipação que já está a ser feito, de traçar cenários possíveis e eventuais intervenções e apoios que se poderão colocar como uma necessidade.-----

-----Esta antecipação é útil, não obstante, tenhamos que aguardar aquilo que será as orientações do Ministério da Educação à medida que o tempo vai avançando. -----

-----Relativamente a este trabalho que foi feito de preparação do início do terceiro período escolar eram as informações que queriam prestar.-----

-----Continua através do Departamento de Educação e do contrato de fornecimento de refeições escolares, a ser garantido o serviço e fornecimento de refeições, quer aos alunos carenciados, que solicitam essas refeições, de acordo com os normativos do Governo, quer aos trabalhadores essenciais, como seja da Polícia Municipal, Bombeiros, PSP, Centros de Saúde, Juntas de Freguesia e dos SIMAS, continuam a ser fornecidas refeições a estes trabalhadores que diariamente saem para o trabalho e para a rua enfrentando o perigo do contágio, é também algo que está a ser feito pelo Departamento de Educação e tem estado a correr bem e temos aferido diariamente a forma como as coisas estão a decorrer.”-----

8 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA JOANA BAPTISTA: -----

-----A Senhora Vereadora Joana Baptista informou a Câmara do seguinte: -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- “No dia oito de abril em reunião do Conselho Municipal de Segurança foi ativado o Plano Municipal de Emergência e o Plano de Operações Municipal. -----

----- Desde o dia quatro de abril, que o posto de comando, sala de operações funciona vinte e quatro horas e é onde se encontram todas as ocorrências do COVID-Dezanove georreferenciadas. -----

----- Aproveito para agradecer a articulação que o Coronel Paulo Oliveira tem tido, designadamente, com a Polícia Municipal, com a Polícia de Segurança Pública e com as sete Corporações de Bombeiros, com a Direção-Geral de Saúde, com a Ação Social, todas as entidades envolvidas na sinalização de todos os casos que existem no Concelho de Oeiras. -----

----- Aproveito para assinalar uma ação que me parece importante e que ocorre, não em espaço público, mas em propriedade privada e tem sido uma atividade importante desencadeada pelas sete corporações de bombeiros, sempre que existe um caso de COVID-Dezanove detetado e assinalado, que acaba por causar alarme nos moradores, as corporações de bombeiros são acionadas e é feita desinfeção/higienização nas partes comuns dos prédios e nas entradas dos mesmos. -----

----- No que diz respeito à Polícia Municipal mantêm-se as ações de sensibilização à população e patrulhamento em todo o território com a passagem da mensagem do Executivo no sentido dos munícipes ficarem em casa. -----

----- Tem havido também uma ação de policiamento devidamente concertada com a Polícia de Segurança Pública, quanto às medidas impostas aos estabelecimentos de restauração ou bebidas, porque tinham-se verificado alguns incumprimentos nas áreas próximas dos estabelecimentos, houve esta necessidade de concertação entre estas duas entidades fiscalizadoras. -----

----- De realçar que entre o dia nove e treze deste mês, período da Páscoa, foi encerrado o Passeio Marítimo, sendo que nunca teve nenhum condicionamento, nestes dias a sua circulação

esteve condicionada e a razão subjacente para tal foi o Decreto-Lei número dois-B, que solicitava à Polícia de Segurança Pública e também em colaboração com a Polícia Municipal, no sentido de todas as entradas no Concelho estarem devidamente fiscalizadas, quem entrava e quem saía do Concelho de Oeiras era objeto de uma ação de fiscalização, ação esta que não foi distinta noutras concelhos, a partir de catorze de abril foi reaberto.

-----No que respeita ao Departamento de Obras o País não para e Oeiras muito menos, pelo que no dia oito de abril acompanhada pelo Senhor Presidente e pelo Senhor Vereador Pedro Patacho visitámos algumas obras em curso, nomeadamente, a empreitada da Rua Oeiras do Piauí, uma obra que está a cargo da empresa Protecnil, está em muito bom ritmo e prevê-se a sua finalização dentro de um mês.

-----Também passámos pela empreitada do viaduto da Quinta da Fonte que já devia ter terminado no final do ano passado, mas não obstante este incumprimento do prazo contratual, o certo é que a betonagem foi feita na semana passada e também se prevê o seu término dentro de um mês.

-----Visitámos o parque de estacionamento e o arranjo paisagísticos que está a ser feito na Rua Salete Tavares, foi uma obra que me deixou bastante agradada, estavam a ser feitas as plantações na semana passada e o resultado desta obra vai ser certamente do agrado dos moradores que residem na proximidade, é uma obra que ainda vai terminar este mês.

-----Também visitámos a obra na Avenida Carolina Michaelis, em Linda-a-Velha que está a cargo da empresa Sibafil e que termina no mês de julho, também está em bom ritmo.

-----Procedemos à visita de duas escolas em Carnaxide, obras há muito desejadas, a Tomás Ribeiro a cargo da empresa Ernesto Ribeiro que termina no final de maio e a Escola Amélia Vieira Luís a cargo da empresa Canas, Sociedade Anónima, que termina ainda este mês.

-----São intervenções especialmente nos espaços exteriores das escolas e em que muito vão dignificar estes equipamentos.



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Informar ainda de uma empreitada que estava suspensa e que retomou esta semana, o estacionamento da Escola Secundária de Miraflores, a cargo da empresa Constradas e se continuar no bom ritmo dentro de sessenta dias terminará. -----

----- A Ciclovia Empresarial, não visitámos a semana passada, mas tem sido alvo de constantes visitas minhas, está a cargo da empresa Protecnil e também está a muito bom ritmo, de realçar que é uma empresa que está a apostar fortemente no Concelho de Oeiras, tem cerca de quatro a cinco obras adjudicadas, tem colocado todos os recursos humanos em todas estas obras, não tem cessado os seus esforços. -----

----- Já terminou a empreitada nas duas rotundas da Cidade de Futebol, logo que termine esta pandemia espero que seja inaugurada com a presença do Senhor Presidente e restante Executivo. -----

----- São duas obras, que em muito me deixa um orgulho, é uma entrada do Concelho que ficou muito significada por via destes dois equipamentos. -----

----- Existem quatro obras que tinham subjacente a aplicação de penalidades contratuais, obras essas cujo valor não tinha ido a reunião de Câmara porque são abaixo dos trezentos mil euros, mas em virtude de não se ter aplicado qualquer multa quero dar conhecimento. -----

----- Temos a Rotunda Miratejo que fica próximo do Bairro Joaquim Matias, uma obra a cargo da empresa Armando Cunha. -----

----- A multa por violação do prazo contratual ascendia a um montante de onze mil quatrocentos e setenta e um euros e o meu despacho foi neste sentido:-----

----- “No decorrer de anteriores empreitadas a cargo da Armando Cunha, Sociedade Anónima, não existe registo de antecedentes quanto a atrasos ou a outros problemas imputáveis ao empreiteiro registados em obras. -----

----- Por outro lado, com base na informação prestada pelo Senhor Diretor do Departamento e Obras, o atraso verificado nesta empreitada não colocou em causa a normal

circulação de veículos no local.” -----

----- Neste sentido propus e o Senhor Presidente aceitou a não aplicação da multa. -----

----- No caso da rotunda de Leceia que está a cargo da empresa Sibafil o meu despacho foi neste sentido: -----

----- “O empreiteiro responsável por esta obra tem presentemente a seu cargo a empreitada de requalificação da Avenida Carolina Michaelis, em Linda-a-Velha. -----

----- O desenvolvimento desta obra em meio urbano solidificado é de total importância para o Município, principalmente agora face à atual conjuntura que obriga muitos munícipes a permanecerem em casa. -----

----- Neste contexto não é do interesse do Município qualquer forma de possível destabilização do empreiteiro. -----

----- Recorda-se que se comprometeu com o prazo da empreitada que atualmente está a decorrer, finais do mês de junho, início do mês de julho. -----

----- Assim deverá este assunto ser-me apresentado de novo para objeto de despacho quando estiver concluída a empreitada da Avenida Carolina Michaelis, neste caso em concreto foi a suspensão.” -----

----- Uma empreitada de colocação de betuminoso no Tagusparque, mas tendo em atenção a conjectura atual, não é objetivo do Município contribuir para este momento difícil para as empresas, acrescentar dificuldades de tesouraria às empresas que connosco trabalham. -----

----- Por outro lado, tem que se ter em conta o histórico da empresa que está a efetuar estes trabalhos e de acordo com informação prestada pelo Diretor de Departamento de Obras tem sido cumpridora em anteriores empreitadas realizadas para o Município. -----

----- Esta empresa passa por um período de dificuldades ao nível de pessoal infetado com Coronavírus, o que levou ao pedido de suspensão de duas empreitadas de pavimentação em Carnaxide, Queijas e Porto Salvo, neste caso o perdão da multa ascende ao montante de



dezasseis mil euros. -----

----- Por fim, a passagem superior sul do Parque dos Poetas a cargo da Protecnil obrigou a uma complicada logística e operacionalização decorrente da solução construtiva escolhida pelo empreiteiro e validada pelos Serviços do Município de forma a minimizar os constrangimentos à população. -----

----- Todo o tabuleiro veio da Marinha Grande para Oeiras numa só secção, o que levou a muitos constrangimentos em termos de logística e, designadamente, em termos burocráticos. -----

----- Neste contexto importará recordar que a estrutura foi pré-fabricada em estaleiro na zona oeste e, posteriormente transportada para Oeiras, o que obrigou a autorizações especiais de transporte e de outras entidades as quais levantaram inúmeros obstáculos, acarretando atrasos significativos na obtenção dessas autorizações. -----

----- A solução de pré-fabricação foi benéfica para o Município, pois obviou os trabalhos a realizar na via pública com menores constrangimentos e riscos para a população, dado que apenas foi realizada “in situ” a montagem da estrutura. -----

----- A necessidade de interdição ao tráfego foi apenas de duas semanas. -----

----- O atraso verificado na conclusão dos trabalhos não acarretou prejuízos para terceiros ou para o Município. -----

----- Por outro lado, no decorrer de anteriores empreitadas a cargo do adjudicatário, não existem registos quanto a atrasos ou outros problemas imputáveis ao empreiteiro registados em obra, neste sentido entendemos não aplicar a multa de trinta e cinco mil euros. -----

----- Por fim, realçar que a Divisão de Viaturas e Máquinas mantém a higienização e desinfeção diária da nossa frota municipal, do Combus, dos táxis, dos carros da polícia, bombeiros e carros de agências funerárias. -----

----- No âmbito da limpeza urbana mantém-se em articulação com as corporações dos bombeiros, juntas de freguesia e com a nossa administração direta, a desinfeção de todo o espaço

público com utilização de lixívia. -----

-----No tocante à deservagem dos passeios e beiradas foi desenvolvido um concurso público internacional, os contratos, entretanto serão em breve enviados ao Tribunal de Contas, contudo, temos a administração direta da Câmara alicerçada com “outsourcing” das juntas de freguesia. -----

-----Ao nível dos espaços verdes, o concurso público internacional mantém-se no foro judicial com exceção do lote seis, em que avançamos com o ajuste direto à Hidurbe, Sociedade Anónima, aguardamos a celebração de contrato, presentemente temos a administração direta da Câmara com o apoio de algumas juntas de freguesia ao nível do “outsourcing”. -----

-----Na próxima reunião comprometo-me a trazer a adjudicação no que respeita ao concurso público internacional para a manutenção do património arbóreo e a remessa para o Tribunal de Contas. -----

-----Trata-se de um procedimento muito importante, designadamente a partir do mês de setembro e outubro, onde prevemos que este “outsourcing” ajude a auxiliar a administração direta, no que respeita à manutenção das árvores e são muitas. -----

-----Outra ação muito importante desempenhada pela Divisão de Gestão Ambiental que está relacionada com as limpezas que estão em curso nas ribeiras de Algés e de Barcarena, na ribeira de Barcarena estamos no troço entre os viveiros e a Fábrica da Pólvora e na ribeira de Algés estamos no troço entre a zona industrial de Alfragide e o Parque Urbano de Miraflores. -----

-----Por último, reforçar que ao nível da recolha há um reforço da higienização dos equipamentos de deposição de resíduos e desinfecção das tampas, estão neste momento a ser realizados dois circuitos de recolha exclusiva a instalações de entidades de risco de contaminação. -----

-----Outra ação também importante, no início da próxima semana, dia vinte de abril, proceder-se-á à substituição total do parque de contentores de setecentos e setenta litros,



começando pela freguesia de Algés.-----

----- Neste momento também está a ser concluída a instalação de paliçadas para deposição dos verdes. -----

----- Como se pode ver ao nível dos serviços que tutelo, Oeiras não está a parar e continua a um bom ritmo.”-----

9 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR NUNO NETO:-----

----- O Senhor Vereador Nuno Neto informou a Câmara do seguinte: -----

----- “Entrou em funcionamento desde o dia vinte e um de março a linha interna COVID-Dezanove. -----

----- Essa linha tem cinco valências, destina-se ao despiste de sintomas, ao apoio social a funcionários, apoio psicológico também destinado, inicialmente, a funcionários, apoio a dúvidas sociais e atendimento pela Divisão de Gestão de Pessoas em dúvidas relacionadas com questões de trabalho, remunerações ou modalidades de trabalho. -----

----- Esta linha veio a revelar-se muito importante, tão importante que foi alargando o seu âmbito a outras entidades, neste momento presta apoio não só aos funcionários do Município de Oeiras, mas também à Polícia de Segurança Pública, a todas as Corporações de Bombeiros, a todos os funcionários das Juntas de Freguesia, dos SIMAS, da Oeiras Viva, da Parques Tejo, da Município, dos Serviços Estrangeiros e Fronteiras, a JCM que é uma empresa prestadora de limpeza no Município, aos trabalhadores do Hospital Prisão de Caxias, a todos os profissionais de saúde que vivam ou trabalhem no Concelho e em lares do Concelho. -----

----- Esta linha na área do despiste de sintomas faz o despiste e encaminhamento para a realização do teste. -----

----- Na área do apoio social faz o atendimento e dá resposta imediata a todas as necessidades de apoio social e estamos a falar de carência económica e não só, muitas vezes quando se sai de casa com todos os problemas que isso acarreta, a entrega de alimentos, de

medicamentos, bens de primeira necessidade, o apoio psicológico e temos psicólogos que fazem o atendimento “on-line” e via telefone, o que veio a revelar-se um meio importante de dedicação aos trabalhadores nesta fase de confinamento. -----

----- Ao nível dos recursos humanos para além dos trabalhadores que estão em regime presencial de trabalho, temos cento e setenta e cinco trabalhadores ausentes por estarem englobados em grupo de risco, trabalhadores enquadrados em regime de apoio excepcional à família, setenta e nove, trabalhadores em teletrabalho, seiscentos e oitenta e três, trabalhadores em isolamento profilático, catorze, trabalhadores com doença COVID confirmada, cinco. -----

----- Quanto aos números da evolução epidemiológica dentro do quadro de funcionários e entidades acompanhantes, tivemos até agora o total de cinquenta e sete casos suspeitos, quarenta e dois dos quais dentro do Município, até agora oito casos confirmados, quatro deles dentro dos trabalhadores do Município.-----

----- Neste momento não temos nenhum trabalhador internado, mas vinte e quatro trabalhadores em vigilância.-----

----- Dos casos suspeitos vinte e quatro realizaram testes, são casos confirmados, ou seja, apesar de manterem a necessidade de quarentena profilática fizeram teste e deu negativo, estamos a aguardar a evolução ou não da doença. -----

----- Já houve dois casos preocupantes e que mereceram internamento em unidades de cuidados intensivos, respiração através de ventilador, mas felizmente já se encontram nas suas casas e em situação de recuperado.-----

----- Portugal tem os números de infetados e de mortes que têm sido anunciados pelas autoridades da Direção-Geral de Saúde e pela Senhora Ministra da Saúde e em termos de números absolutos tem sido apontado como um caso de relativa tranquilidade, no entanto, se nós formos interpretar aqueles números verificamos que estamos com uma taxa de mil e setecentos infetados por milhão de habitantes, ou seja, temos uma taxa de infetados por milhão de



habitantes próximo de Itália, Estados Unidos ou França ao dia trinta e oito de infeção e temos uma taxa de cinquenta mortos por milhão de habitantes, ou seja, estamos ao dia trinta e oito de infeção no sétimo lugar no “ranking” de infeção. -----

----- Apesar de se prever o levantamento do confinamento é de evitar concentrações como o treze de maio, após o Estado de Emergência o número não vai ser o mesmo, o regresso à normalidade vai ser moderado, mantendo a necessidade de manutenção de algumas regras de distanciamento e isolamento social. -----

----- O regresso ao trabalho presencial será faseado, respeitará algumas regras, nomeadamente no âmbito da proteção para os trabalhadores e estamos a falar de equipamentos de proteção individual, mas também estão a ser analisadas algumas medidas como o desfasamento de horários, a reorganização de espaços, o regresso faseado do teletrabalho para trabalho presencial e se muitas das coisas trazidas por esta pandemia são muito más, também é verdade que no meio de todo o caos instalado há que saber retirar algumas lições do que se está a viver e algumas delas vão passar por perceber e é esse trabalho que está a ser feito e são essas medidas que estão a ser equacionadas. -----

----- Vamos tentar perceber como, quando se vai voltar ao trabalho presencial, mas também perceber quais as atividades que não serão todas as atividades do funcionário, nem serão todos os funcionários, muitas delas que são realizadas nesta Câmara Municipal por muitos funcionários podem ser realizadas através de teletrabalho. -----

----- O regresso ao trabalho presencial será faseado e programado para evitar concentração de pessoas no mesmo espaço para evitar possíveis focos de contaminação ao longo dos próximos dias. -----

----- Em termos de materiais de proteção individual estamos em condições de fornecer o material a todos os funcionários municipais e estamos a fazê-lo, mas também estamos e conforme o que tem sido noticiado, a providenciar materiais de proteção individual para todas as

entidades da área social em equipamentos de idosos, de infância, onde fazem a entrega de bens essenciais e também aos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras que estão a trabalhar, aos trabalhadores da Prisão Hospital de Caxias e aos presos que ali estão instalados, à Direção-Geral dos Serviços Prisionais, às Juntas de Freguesia, aos polícias e bombeiros. -----

----- Todo o universo de pessoas e entidades que estão no terreno a trabalhar dentro do Município de Oeiras ou para o Município de Oeiras têm material de proteção à medida que ele vai chegando gradualmente, o necessário para que se sintam protegidos o que explica que a gravidade de infetados no Concelho não seja tão alta à semelhança de outros do País. -----

----- O nosso trabalho tem sido muito intenso, estamos a tentar manter na medida do possível todas as atividades regulares do Município, ao nível dos recursos humanos mantendo as consultas de medicina curativa e preventiva, a entrega de receituário, de medicamentos, a medicina do trabalho, a manter a formação que adaptámos para a formação “on-line”, mas também tem sido um desafio grande ao nível da gestão de pessoas, porque estas novas modalidades de trabalho, que tivemos necessidade de implementar no Município, tem que nos fazer ver o quadro municipal de forma diferente e responder também de uma forma diferente e adequada a todas as necessidades. -----

----- Para além desta atividade regular, tem havido uma atividade intensa no acompanhamento permanente e próximo a todos os funcionários do Município e numa esfera muito alargada a pessoas que estão ao serviço do Município de Oeiras, com toda a proteção necessária para a sua atividade. -----

----- Também temos tido a preocupação de acompanhar as entidades privadas que trabalham no Município e que de alguma forma ou de forma total têm visto a sua atividade económica reduzida ou mesmo parada por impedimento legal, ou devido ao confinamento domiciliário, daí apresentar hoje a proposta de isenção de pagamento de renda a espaços de restauração ou bebidas que se vêm impedidas de trabalhar e que têm a sua atividade económica



Câmara Municipal
de Oeiras

reduzida de tal forma que vêm em perigo a sua subsistência. -----

----- Esta foi uma das formas que a Câmara Municipal vê em apoiar estas atividades económicas, a par de outras que têm sido anunciadas e que são do conhecimento geral.” -----

10 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA TERESA BACELAR: -----

----- A Senhora Vereadora Teresa Bacelar prestou à Câmara as seguintes informações:-

----- “Gostaria de informar relativamente ao número de casos em Oeiras, que finalmente temos os números atualizados, todas as noites a Delegada de Saúde manda um relatório. -----

----- Ontem à noite tínhamos cento e setenta e nove casos e três óbitos em Oeiras, um caso mais antigo que era uma senhora que foi para o hospital duas vezes e acabou por ser infetada e nunca chegou a sair de lá e faleceu na segunda-feira e outra ontem, todos os casos têm mais de oitenta anos. -----

----- Relativamente à situação dos lares, gostava de informar que tem sido um trabalho concertado e de grande articulação, o Senhor Diretor de Departamento de Desenvolvimento Social e o Senhor Coronel da Polícia Municipal foram visitar todos os lares há mais de um mês e a partir daí são feitos contactos de dois em dois dias com todos os lares. -----

----- Realmente é um privilégio e as pessoas que nós temos à frente, não só os lares solidários, mas também os privados e mesmo os sem alvará, estão a ser contemplados em todos esses contactos. -----

----- De dois em dois dias são contactadas cerca de setenta pessoas, sejam idosos, crianças com deficiência ou incapacidade. -----

----- Posso dizer que até ao momento temos quatro trabalhadores infetados e cinco utentes num universo de setenta equipamentos. -----

----- Como disse a Senhora Vereadora Joana Baptista, nós temos o mesmo protocolo, cada vez que aparece alguém infetado é feito o teste a todas as pessoas e o lar ou unidade residencial é desinfetado e feita uma imobilização. -----

-----Relativamente a todos os idosos do Concelho, todos os idosos dos bairros municipais foram contactados telefonicamente e todas as pessoas com teleassistência foram visitadas. -----

-----Temos recebido imensos pedidos pela nossa linha de emergência para que sejam respondidos pelo banco de voluntariado.-----

-----Gostava só de acrescentar relativamente à CPCJ, que o trabalho nunca foi interrompido e continua a funcionar normalmente, inclusivamente atendimento presencial de situações mais complicadas.-----

-----A Casa da Maria, na PSP de Oeiras continua a funcionar para apoio às vítimas de violência doméstica.”-----

11 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR JOAQUIM RAPOSO: -----

-----O Senhor Vereador Joaquim Raposo prestou à Câmara as seguintes informações: -

-----“Partilho da grande parte do que foram as intervenções em relação ao empenho dos Serviços da Câmara dentro das suas competências e dentro daquilo que não são as suas competências, o que me orgulha, todos, sem fazer nenhuma exceção, isso prova que os autarcas são os mais empenhados, mais determinados e os que mais se preocupam com a população e também demonstra, contrariamente à opinião pública, que durante muito tempo correu, que os funcionários públicos são maus funcionários.-----

-----Isso demonstra que nós temos bons ou melhores funcionários que o privado, pena é que muita gente da opinião pública e aqueles que têm obrigação de fazer legislação e controlar a própria legislação só valorizem alguns aspetos.-----

-----Banaliza-se muito pelo menos duas entidades, os bombeiros quando há incêndios e o pessoal que trabalha na higiene urbana e, nestes momentos, caso contrário, não entendem que merecem essa valorização.-----

-----Por isso, acho que é altura de haver aqui um sentimento e da parte que me compete, só fiz uma vez, mas irei fazer mais vezes, de valorizar no sentido de repor aquilo que no passado



esses funcionários tinham, nomeadamente nos funcionários que andam na rua todos os dias, num trabalho duro, difícil, inseguro e de alto risco, o pessoal que recolhe o lixo está sujeito a todos os problemas numa altura destas, muito mais do que no outro tempo, portanto, é mais que justo propor um subsídio solidário de risco. -----

----- Quem neste momento não valoriza e não reconhece que esses funcionários ganham tão mal e não tenham essa compensação parece-me de facto que apenas fazemos palavras bonitas e depois o vento as leva. -----

----- Penso que na grande parte dos meus colegas aqui da Câmara não são as palavras bonitas, o mais importante é aquilo que sentem na sua prática, e a prática que eles têm preza muito a memória, muitos têm que ter memória, porque o futuro vai continuar, aliás o futuro começa já daqui a duas ou três semanas, como se nada tivesse acontecido, não é bem assim, nada será igual ao passado, por isso, temos de conviver com esta diferença, mas aquilo que eu espero é que esse futuro, pelo menos, mantenha este espírito de solidariedade que existe, não em torno de qualquer partido político, mas em torno daquilo que é os tons da bandeira nacional, eu acho que temos de fazer este esforço, estes momentos mostram-nos que há questões que nos preocupamos e entramos em conflito, que não tem importância nenhuma, por isso, temos de abandonar essas pequenas questões de quem apoia quem. -----

----- Uma palavra de grande apreço e reconhecimento a todos os que estão no âmbito das suas funções e competências a travar esta batalha, por isso, Oeiras não podia ficar atrás, porque o espírito de um autarca é sempre o mesmo espírito independentemente dos partidos que representam.-----

----- Eu acho que há questões que superam as expectativas, porque ninguém estava preparado para isto, nenhuma previsão previa isso, mais dez incêndios, um prédio caiu, um tremor de terra, se fosse uma coisa desta dimensão nós estaríamos, de facto, preparados, por isso, o espírito daquilo que é este desenrascar que o povo português tem, está à vista, e têm-se feito

bem e não tendo muitas vezes os meios. -----

-----Como o Senhor Vereador Carlos Morgado disse, tenho orgulho de ser português, mas como tudo na vida, há alturas que temos o ego lá em cima e alturas que temos o ego em baixo, eu acho que é bom termos o ego mais em cima sempre, esta maneira de olhar para o momento e dizer que tudo isto acabou, eu acho que não é assim, há indicadores e vamos ver indicadores futuros em relação ao que as pessoas já começam a pensar, isto agora já está acabado e amanhã já estamos normais, mas não é. -----

-----Sobre o que vamos fazer no dia Vinte e Cinco de Abril, com toda a franqueza eu acho que não podemos fazer, não vamos fazer aquilo que aconselhamos aos outros para não fazerem, há bocado a Assembleia da República mostrou que vai fazer uma sessão solene com tanta gente, é um exemplo que as pessoas dizem, se vão fazer com tanta gente é sinal que as coisas não estão mal e podemos fazer ajuntamentos, reuniões e encontros de amigos. Eu acho que podemos fazer o Vinte e Cinco de Abril com cautela, ponderação, alguma tolerância e nada de excessos. -----

-----Em relação às questões da educação, o trabalho feito pela educação não foi nada que eu não esperasse que o Senhor Vereador Pedro Patacho o fizesse, é óbvio que podia estar mais avançado, não em relação ao trabalho deste Executivo, mas em relação a um conjunto de infraestruturas que este Município não tinha feito no passado, por isso, foi preciso recuperar tudo aquilo que foi perdido e que muitos municípios já tinham avançado, nomeadamente com o sistema de atribuição das novas tecnologias e que permite o acesso a toda a gente e só agora é que se começou a estabelecer um conjunto de ligações com todas as escolas do Concelho, que vai permitir dar uma resposta diferente, mesmo em relação a esta questão da educação e aos sistemas novos que estão previstos a serem feitos. -----

-----Senhor Vereador Pedro Patacho, lembro-me de na altura ter dito que era melhor investirmos e dar mais “tablets” aos alunos, na altura do Projeto Mochila Leve, era um “tablet”



para dois alunos, mas era suposto darmos um “tablet” para cada aluno, neste momento já tínhamos essa questão feita, mas como mais vale tarde do que nunca, pensei que não fosse necessário, mas demonstra que há uma estratégia nesse aspeto de não deixar ninguém para trás.--

----- Senhor Vereador Pedro Patacho os meus agradecimentos e estou certo que o Concelho de Oeiras em relação às questões de educação estará à altura dos novos desafios.” -----

12 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA HELOÍSA APOLÓNIA:-----

----- A **Senhora Vereadora Heloísa Apolónia** informou a Câmara do seguinte:-----

----- “Sobre as questões de adaptação, se assim se pode chamar, à situação que nós vivemos, o que tinha para levantar sobre matéria de educação, fundamentalmente das desigualdades que reinam por várias famílias, tendo em conta a sua condição económica, os equipamentos que podem ter em casa para terem acesso ao ensino “online”, nesta matéria as questões que eu tinha para colocar o Senhor Vereador Pedro Patacho respondeu cabalmente, de maneira que vou passar esta questão à frente, de qualquer modo fica registada a preocupação que a CDU tinha para levantar.-----

----- Gostava de saber em relação aos trabalhadores que procedem à recolha de resíduos, se nesta altura têm equipamento reforçado. -----

----- A questão do subsídio de risco a CDU defende há muito tempo e defende-o ativamente com propostas concretas apresentadas e infelizmente rejeitadas. -----

----- Tem sido visível o crescente uso, a utilização algo massiva, se assim se pode dizer, de máscaras e de luvas, nessa matéria, contudo, verifica-se um comportamento bastante desadequado por parte de muitos cidadãos, que é a utilização desse material descartável com a sua deposição final indevida na rua.-----

----- Gostava de saber se essa realidade está a ser visível no território de Oeiras. -----

----- Há outra questão que preocupa muito a CDU e que já levantei na reunião passada, tem a ver já com os efeitos concretos que se vão prolongar durante muito tempo e infelizmente

vão existir mesmo depois do fim da declaração do Estado de Emergência, talvez por anos, que consiste na hecatombe que cai sobre as micro, pequenas e médias empresas que têm uma vulnerabilidade muito diferente das grandes empresas.-----

-----Estas micro, pequenas e médias e empresas necessitam de um suporte das entidades públicas, dos poderes públicos que lhes deve ser dado, pergunto para além da questão das rendas se estão pensadas mais medidas de apoio em concreto a estas empresas no Concelho de Oeiras.--

-----Gostava de saber em que medida é que a Câmara Municipal está a acompanhar esta situação, que chegou em termos de denúncia ao Gabinete da CDU e que diz respeito à empresa Naipe D'Emoções que faz a exploração do Mercado de Algés, a qual está a promover um despedimento massivo, se a Câmara está a acompanhar esta situação, se já houve algum diálogo com a empresa, se têm algum esclarecimento que pudessem dar em relação a esta situação.-----

-----Também gostava de saber como é que a Câmara Municipal de Oeiras está a acompanhar a questão do desemprego com que muitos dos nossos concidadãos se estão a confrontar e que decorre de situações da não atividade a que foram forçadas as pequenas e médias empresas.-----

-----Pergunto se já há alguma noção da dimensão que por esta altura decorre no Concelho de Oeiras em termos do acréscimo dos números do desemprego.-----

-----Em relação à cultura e este é um setor que tem sido muito fustigado de subfinanciamento recorrente, designadamente por parte do Poder Central, se já estão pensadas, neste momento, medidas de reforço de apoio à cultura, porque é um setor que está sujeito a uma vulnerabilidade muito grande e não há à vista a possibilidade de relançamento da sua atividade em termos de normalidade, daí ser um sector que se encontra com dificuldades muito particulares e muito acentuadas.-----

-----Em relação à COVID-Dezanove a Senhora Vereadora Teresa Bacelar e o Senhor Vereador Nuno Neto responderam a questões que eu gostava de colocar, designadamente em



relação aos números avançados de infetados e mortes, no entanto, gostava de saber se poderiam dar uma informação mais particularizada em relação às faixas etárias. -----

----- Percebemos que as três mortes ocorridas são de senhoras de idade superior a oitenta anos, mas em relação a número de infetados podemos ter uma informação mais particularizada no que toca às idades das pessoas mais afetadas. -----

----- Solicito ao Senhor Vereador Nuno Neto se pode enviar por e-mail os números dos trabalhadores infetados na Câmara Municipal de Oeiras, quando prestou essa informação não consegui tomar nota de todos e gostava de ter o quadro completo. -----

----- Por último, gostaria de saber o que é que está pensado, no que diz respeito às comemorações do Vinte e Cinco de Abril, sendo que na perspetiva da CDU deve de haver comemoração do Vinte e Cinco de Abril, mas face às circunstâncias como é que o vamos fazer?"

13 - INFORMAÇÕES - SR. VICE-PRESIDENTE: -----

----- O Senhor Vice-Presidente prestou à Câmara as seguintes informações: -----

----- "Permitam-me discordar de algumas coisas que foram ditas, que nada disto era previsível. -----

----- Não é verdade. Era previsível. -----

----- Há vários estudos sobre o aparecimento do novo Coronavírus, investigação que foi realizada em alguns Estados, não estou a falar contra o Governo, é uma coisa internacional, é o corte na investigação e no trabalho da parte do Estado. -----

----- Os Senhores Vereadores Carlos Morgado e Joaquim Raposo falaram de uma coisa muito importante, que é o apreço e o reconhecimento dos funcionários e dos autarcas, como agora está a ser objeto, mas é interessante como é que só nos recordamos dos essenciais, quando temos que voltar às origens e perceber o que é que é essencial, e o essencial é a vida, é tratar da limpeza urbana, dos mais frágeis, ter Bombeiros, Polícia, Proteção Civil, Médicos, Funcionários da Recolha do Lixo, pessoas que fazem as tarefas menores e que tantas vezes são

desconsideradas e nos últimos anos vimos o protesto destas classes profissionais, em busca de reconhecimento e de justo rendimento e durante todos estes anos sucessivamente, estas classes foram desfavorecidas e até perderam alguns privilégios, como se receber horas extraordinárias fosse privilégio. -----

-----Polícias a dormir em camaratas nas esquadras sem nenhuma condições, sem rendimentos condignos para sustentar as suas famílias, a luta dos professores por um rendimento mais justo e todas estas profissões não tiveram o justo reconhecimento nos últimos anos, estamos a pedir-lhes coisas extraordinárias, ou seja, estamos a pedir aos professores que estejam em casa a cuidar dos filhos e ao mesmo tempo dar aulas aos nossos filhos, estamos a pedir aos cantoneiros do lixo que andem na rua e se sujeitem ao contágio, o mesmo acontecendo com os Polícias que há uns meses atrás protestavam nas ruas da nossa capital, assim como pedimos aos médicos e enfermeiros que façam um esforço sobre-humano para salvar a vida, principalmente dos mais velhos.-----

-----Médicos e enfermeiros que na última década tiveram que emigrar e muitos deles, até um deles, já ajudou a salvar a vida de um governante europeu. -----

-----O Senhor Vereador Carlos Morgado frisou a intervenção do General Ramalho Eanes, sobre o Estado necessário, quando nos últimos anos andámos a discutir o que era o Estado mínimo, o Estado máximo, a conflitar uns com os outros, sem percebermos que não há Estado nenhum, o que existe é um Estado necessário, que nos assegure a todos condições de vida e que assegure a algumas classes condições de vida e a sua dignidade.-----

-----Há uns meses atrás alguém pedia a privatização do Serviço Nacional de Saúde, mas agora vêm pedir o reforço de meios, eram as mesmas pessoas que não queriam que fossem funcionários do Estado, mas agora aparecem publicamente, ninguém faça a justa interpretação das suas palavras, porque isto foi dito a alguns meses atrás e é bom que nós não esqueçamos, porque ao contrário do que muita gente anda a dizer, estes tempos vão passar e o General



Ramalho Eanes disse que nós já passamos por isto, ninguém se lembra da Gripe Espanhola, lembrar-se-ão os mais antigos, algumas das recomendações do distanciamento social também foram postas em prática através do conselho do Ricardo Jorge. -----

----- A verdade é que esta geração está a enfrentar uma pandemia que as nossas gerações não conheciam, mas estamos a enfrentá-la, felizmente, com outros meios. -----

----- Na área da saúde com o trabalho dos investigadores, com a cooperação internacional, porque é ela que nos vai ajudar a encontrar a cura. -----

----- Estamos a ver uma atuação histórica em algumas áreas essenciais, que permite que cada um possa estar a trabalhar no seu gabinete, ou na sua casa, confortavelmente, com as áreas de suporte que é possível hoje, e são essas áreas que estão a fazer parte da atuação histórica. -----

----- Em relação à educação não se conseguia fazer o que se está a fazer se não tivesse havido um trabalho apurado nos últimos anos de modernização das práticas de ensino à distância e da introdução das tecnologias no ensino, porque não foi a primeira vez que, nem eu, nem o Vereador Pedro Patacho, falámos com a Cisco e com a Altice, reunimos diversas vezes com eles e posso garantir que eles andaram muito mais devagar do que nós, nós tínhamos muita pressa de fazer coisas, e não foi por nós que isto não andou mais depressa. -----

----- O Senhor Presidente constituiu um Grupo de Trabalho das Smart Cities para combater o que o Senhor Vereador Joaquim Raposo vinha dizendo e está para breve esse primeiro anel dessa rede ótica que vai ser instalada no Concelho e serão instrumentos do Município, não neste momento, mas num momento similar, ou na normalidade que se vai construir, porque vai ser importante e tenho dito muitas vezes, se a rede da fibra ótica existente cair, nós, Estado, não temos uma rede onde nos apoiar, porque não o fizemos e é importante que aprendamos com as lições no tempo que estamos a viver e perceber que vamos precisar de ter essa infraestrutura para nos dar segurança, para não ficarmos cegos, as nossas escolas não podem ficar cegas, as esquadras da Polícia não podem ficar cegas, a Proteção Civil, a Câmara e assim

sucessivamente, mas isso só é possível introduzindo essa lógica de mais Estado, que até agora não havia, porque havia os privados e funcionavam bem os Serviços. -----

----- O Estado desarmou-se ao longo destes anos e terá de se armar, porque tomou consciência da fraqueza das suas necessidades futuras. -----

----- Gostaria de elogiar o trabalho e a cooperação entre o Departamento Educação e o Departamento de Inovação e Tecnologia e Sistemas de Telecomunicação, porque isto que está à vista só foi possível, porque houve muito trabalho de confiança e colaboração mútua que permitiu pôr isto em prática, mas que vem de há dois anos, trabalhando sucessivamente e criando estas respostas, por isso, quem está de parabéns é sobretudo os técnicos e dirigentes desses Departamentos, porque nós limitamo-nos a dar orientações, e eles fazem um trabalho muito apurado e devem ser respeitados por todos nós. -----

----- Gostaria de agradecer as palavras da Senhora Vereadora Marlene Rodrigues que falou do trabalho de coordenação do Grupo de Crise, que o Senhor Presidente me pôs a coordenar, e se muito foi feito, a verdade é porque há muita coordenação. -----

----- Todos os dias reunimos às nove horas e trinta minutos, mantivemos o mesmo horário e a mesma disciplina, mesmo quando há pouco para dizer, porque de um dia para o outro pouca informação temos para dar, mas é importante que estejamos presentes e mantenhamos este hábito para poder partilhar e implementar as soluções que o Senhor Presidente emana.” -----

14 - INFORMAÇÕES - SR. PRESIDENTE:

----- O **Senhor Presidente** prestou à Câmara as seguintes informações: -----

----- “Quando se fizer a história da pandemia, nessa altura, se saberá bem qual foi o papel das autarquias locais neste processo, como se pode ver por todo o País, nos contactos que temos ao nível da AML, e só nessa altura se saberá que o papel das Autarquias Locais foi determinante no combate a esta pandemia. -----

----- Da parte do Município de Oeiras gostaria de enfatizar a confiança que os autarcas,



Membros da Assembleia Municipal têm depositado nos órgãos próprios durante este processo, porque é gratificante e permite uma confiança extraordinária, porque quando temos que tomar decisões urgentes, decisões que não podem esperar para que uma necessidade se satisfaça, por dois, três, quatro dias ou uma semana, para que órgãos próprios ratifiquem ou aprovem e sabemos que isso vai acontecer, porque há um grande consenso e a Câmara Municipal tudo deverá fazer para acudir a tempo aquilo que são as necessidades decorrentes da pandemia e refiro-me às necessidades sociais que surgem neste contexto. -----

----- Podemos dividir a intervenção da Câmara em duas dimensões: -----

----- Por um lado, o trabalho que estamos a fazer no sentido de apoiar o Serviço Nacional de Saúde. Em circunstâncias normais a Direção-Geral de Saúde, ou o Ministério da Saúde estariam em condições de satisfazer as necessidades dos profissionais de saúde, quer na rede hospitalar, quer ao nível dos Serviços de Saúde, mas a verdade é que ninguém estava preparado para isto. -----

----- Ninguém que tenha responsabilidades no terreno pode dizer que estava preparado. A magnitude e a forma como se pretendeu combatê-la exige esforços, exige meios, exige disponibilidades pessoais que as pessoas não estavam preparadas, por isso quando fazemos a avaliação das medidas que somos obrigados a tomar e que se trata de constatações, trata-se de informação e não propriamente de críticas a este ou aquele, ou a esta ou aquela instituição, porque não é este o momento oportuno para isso, mesmo em relação à Assembleia da República, aos Partidos, de uma forma geral há um grande consenso relativamente a esta matéria, visto ser uma fase em que se deve criar todas as condições para que o Governo faça o seu melhor. -----

----- Não tenho dúvidas que o Governo está a tentar fazer o seu melhor, mas não chega a todo o lado. -----

----- Desde muito cedo que tomámos algumas medidas, que mais tarde vieram a ser adotadas pelo Governo, ou por organismos da Administração Central. -----

-----A nossa primeira preocupação desde o início foi para com os idosos, até porque sabíamos no estrangeiro, nos países afetados pela pandemia o que tinha acontecido e quem estava a sofrer mais com a COVID-Dezanove.-----

-----A Vereadora Teresa Bacelar e o Vereador Nuno Neto abordaram essas questões, mas nunca é demais falar que tomamos medidas e implementamos uma logística no Concelho que envolveu os Centros de Saúde, os Bombeiros, a Polícia de Segurança Pública, os Serviços Camarários, particularmente a Proteção Civil, Polícia Municipal e Departamento de Ambiente, para além de outros Serviços da Câmara, mas tudo isto só funciona se lhes for dado um suporte logístico, um suporte legal e um suporte de procedimentos sem os quais nada pode acontecer.----

-----É importante chamarmos a atenção para a dedicação de todos os funcionários do Município e do esforço que muitos funcionários têm vindo a fazer, que nos deixa orgulhosos.----

-----Tentamos criar condições, porque sabíamos que isso ia acontecer, que tivessem que ficar isolados, ou pernoitar, para não irem para perto das famílias com o perigo de contaminação, reservamos hotéis para diferente tipo de clientela, já temos médicos e enfermeiros, a dormir em hotéis e outros profissionais da saúde, bombeiros, funcionários da Câmara, polícias, etc., podem usufruir destas condições se tiverem que estar em isolamento.-----

-----Temos um serviço de refeições para quem carece de apoio.-----

-----Com as instituições de solidariedade social, muito cedo, foi montado este dispositivo, e de uma forma geral têm estado a responder, porque já servimos dezoito mil refeições, umas através das cantinas das escolas, outras através das cozinhas das instituições de solidariedade social.-----

-----Onde nós temos mais dificuldades é na aquisição dos EPI - Equipamentos de Proteção Individual. Até ao momento conseguimos satisfazer as necessidades mais prementes de hospitais, mesmo o Hospital São Francisco Xavier, Hospital São João de Deus, e Hospital Santa Cruz, Centros de Saúde, Lares da Terceira Idade, a todos eles foram distribuídos EPI.-----



----- Para o Serviço Nacional de Saúde contribuímos com ventiladores e outro tipo de equipamento médico. -----

----- Os municípios, de uma forma geral também se estão a portar bem, com o civismo que as circunstâncias exigem, mas tem havido uma resposta notável. -----

----- Farei chegar aos Senhores Vereadores uma informação exaustiva sobre tudo isto, porque seria fastidioso no período de informações da reunião de Câmara enunciar tudo o que foi feito. -----

----- Temos tido a atitude que tudo o que seja possível adquirir de proteção, nós adquirimos, e há encomendas substâncias que têm vindo a chegar. -----

----- É importante frisar o papel da AML, quando dizemos que isto vai mudar, não acredito, mas era bom que algumas coisas mudassem, e ao nível da AML foi possível fazer uma coisa que até hoje não tinha sido possível e se não fosse esta situação também não teria sido possível, ou seja, no âmbito da AML, cada um dos Municípios receber o que seriam as suas necessidades e numa espécie de Central de Compras da AML fazer encomendas de equipamento para todos os Municípios. -----

----- A AML soube assumir também nesta matéria. -----

----- Hoje de manhã participei numa videoconferência com os Presidentes da AML e o Secretário de Estado Duarte Cordeiro, que é uma espécie de Governador da Região de Lisboa e Vale do Tejo. -----

----- Foram nomeados cinco Secretários de Estado e se o Governo decidiu nomear um Coordenador para a Proteção Civil das cinco regiões, é porque o próprio Governo reconheceu que havia problemas de coordenação e ouvindo os diferentes Presidentes de Câmara, o que é comum a todos é a vontade de contribuir para a resolução do problema, mesmo aqueles Presidentes de Câmara que tinham com frequência uma posição fechada, relativamente aquilo que são as competências do Governo e as competências da Administração Local, hoje entendem

que não é o momento para estar a discutir isso, há um grande consenso em considerar que se os Municípios podem resolver, então que resolvam, independentemente de quem é a competência. -

-----Nem todos os Municípios adotam as mesmas medidas, na área da educação, não diria que há divergências, mas há leituras diferentes ao nível dos Municípios, até porque nem todos têm a mesma capacidade financeira.-----

-----No caso de Oeiras, tendo a capacidade financeira que temos, faz todo o sentido resolvemos as necessidades das pessoas, há alguns que têm vontade de o fazer mas não têm recursos financeiros, de modo que ouvi hoje Presidentes de Câmara, para combater as desigualdades sociais e ao mesmo tempo favorecer a igualdades de oportunidades, relativamente às crianças e jovens, que não têm computador e ferramentas tecnológicas e podem ficar prejudicadas devido a esse facto, a solicitar que o Ministério da Educação faça chegar a todas as crianças equipamentos informáticos, que permitam assistir às aulas no ensino à distância.-----

-----Nós seguimos outro caminho, porque não é apenas uma questão de capacidade financeira, mas porque já víhamos trabalhando nesse sentido, no âmbito na nossa política na área da educação, no âmbito do Projeto Oeiras Educa, com maior incidência e esforço há dois anos, no sentido de reforçar a capacidade das escolas, por isso não foi difícil, como poderá ser para outros Municípios.-----

-----Oeiras teve uma antecipação clara ao que o Governo vai fazer, até porque não se sabe o que ele vai fazer.-----

-----Há dificuldades de Município para Município e não devemos estar a dizer o que cada um faz e se outro faz mais, porque na verdade cada um faz aquilo que pode e é importante que não haja protagonismos exacerbados, porque cada um quer vestir a camisola e é fundamental que os Municípios estejam unidos na política de combate à pandemia.-----

-----Cada Município tem que definir as suas prioridades e se elas forem de encontro às competências do Estado, se nós substituímos é porque pretendemos antecipar um determinado



Câmara Municipal
de Oeiras

benefício que o Estado mais tarde poderia dar. -----

----- É o caso da educação, não se perde nada estarmos a distribuir ferramentas aos alunos, mesmo que daqui a um ano o Governo diga que têm um programa que vão satisfazer com computadores ou tablets todos os alunos. -----

----- Há quem dê a sugestão a recursos comunitários para a aquisição deste equipamento. -

----- Isto faz vir ao de cima o melhor e o pior e neste momento temos que elogiar aqueles que se dedicam e que se superam para ajudar. -----

----- Mas também há alguns egoísmos e a coordenação, mesmo a nível local é difícil pelo facto do Município de Oeiras ter capacidade financeira para resolver necessidades decorrentes da pandemia, designadamente sociais, para além dos equipamentos de saúde, sabemos que os lares têm determinados utentes em situações normais, da Segurança Social, os bombeiros, têm no âmbito da Administração Interna, do Ministério da Saúde, conforme os transportes de doentes, ou das atividades que desenvolvem e curiosamente hoje na videoconferência coloquei a questão, pois estavam todos legitimamente preocupados com os testes a realizar nos lares, como sabem já fizemos uma aquisição de dez mil testes, para além dos que estão a ser feitos em Algés, e na Fundição de Oeiras, mas damos prioridades aos lares da terceira idade, mas decorrente desta situação o simples facto de um cuidador, porque está infetado, ou porque esteve em contacto com um infetado, fica ansioso e angustiado e vai para casa, se não for imediatamente substituído vai-se refletir nos cuidados prestados aos idosos, porque os lares funcionam com os funcionários estritamente necessários, não têm excedentes, imaginem o que é faltarem dois, três ou quatro cuidadores na mesma instituição, isso vai ter um impacto extraordinário nos cuidados primários, de modo que foi uma das questões que pensamos desde início e na última reunião a Câmara aprovou um subsídio na ordem dos quatrocentos mil euros, para financiar substituições de funcionários nos lares de terceira idade ou suportar o acréscimo de custos de funcionários que pudesse fazer horas extraordinárias, a nossa preocupação foi garantir que os cuidados a idosos

em lar não sofressem qualquer diminuição qualitativa, sobretudo do ponto de vista da higiene pessoal. -----

----- Vamos resolvendo as necessidades que vamos tendo conhecimento, mas tivemos o cuidado de informar todas as instituições, quer através das Juntas de Freguesia, quer pelas redes sociais, quer pelos contactos pessoais, pois foram feitas visitas a todas as instituições, colocamos vídeos na página do Município, emitimos comunicados dizendo que a Câmara Municipal de Oeiras está disponível para satisfazer todas as necessidades. Se há uma necessidade urgente ela não pode decorrer de uma qualquer campanha solidária que uma qualquer instituição faça para daqui a um mês ser satisfeita. -----

----- Se seis famílias carecem de um cabaz para o seu sustento esse cabaz tem que ser entregue no momento, não pode ser dali a um mês. -----

----- Se uma instituição que está a fazer confeção de cantina social, seja suportada pela Câmara ou não, se o fogão avaria e não tem conserto, é preciso comprar um fogão, não faz sentido que uma outra instituição faça uma campanha apelando aos cidadãos para entregar um donativo para se comprar um fogão, que só chegará dali a uns meses e quando chegar já não faz falta. -----

----- Isto vem a propósito da coordenação, da importância de coordenar tempestivamente tudo o que acontece no território. -----

----- Vou dar um exemplo concreto e como a Câmara tem que atuar de imediato. -----

----- Por muito que nos esforcemos há sempre coisas que não funcionam, por isso dou orientações aos dirigentes e aos Vereadores que não fiquem no gabinete, devem ir ao terreno, estar junto das instituições, porque só assim conseguimos ter conhecimento daquilo que se passa.

----- Recebi um e-mail do Centro da Sagrada Família que diz o seguinte: -----

----- "Partilhamos convosco o apelo do Rotary Club de Algés: -----

----- É nestas alturas de grandes dificuldades que a sociedade tem de dar resposta pronta



aos que mais sofrem os efeitos colaterais desta Pandemia da COVID-Dezanove. -----

----- Na União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo há muitas pessoas que sofrem com esta situação de quarentena e de isolamento social. -----

----- A população envelhecida precisa de apoio e de proteção, contudo o desemprego e as dificuldades financeiras começam a fazer sentir-se na Freguesia. -----

----- As Instituições que trabalham nesta área, entre as quais o Centro Sagrada Família, estão já em campo com voluntários a fazer entrega de alimentos e bens essenciais, assim como refeições confeccionadas para que, mesmo sozinhas e com dificuldades, estas pessoas não se sintam desamparadas, mas sim protegidas com algum conforto. -----

----- É necessário garantir algumas necessidades (higiene, alimentos, materiais de proteção individual...) para que os voluntários possam fazer o seu trabalho em segurança, quer para eles, quer para as pessoas a quem dão o apoio. No caso do Centro Sagrada Família, as necessidades são: -----

----- Bens alimentares para confeção de quinhentas refeições diárias: carne, peixe, legumes, mercearias e frutas; -----

----- Equipamentos de proteção individual: máscaras, luvas, toucas, proteções de sapatos e batas/aventais descartáveis; -----

----- Equipamento de cozinha: Fogão industrial e Basculante de noventa litros. -----

----- E para garantir este apoio é imprescindível a vossa ajuda. -----

----- O Rotary Club de Algés está a coordenar uma angariação de fundos e bens para, em conjunto com a União de Freguesias, poder articular a sua entrega às Instituições que estão no terreno a prestar apoio. -----

----- Este vírus não escolhe, raça, religião, classe social, nem mesmo idade. Ajude-nos a ajudar quem precisa. -----

----- Vamos mostrar que somos uma Sociedade Solidária e que não abandonamos os que

mais fragilizados ficam por causa desta Pandemia que está a mudar o Mundo.-----

-----Se é para mudar o Mundo e a Sociedade, então que mude para melhor.-----

-----Só juntos podemos ultrapassar esta Crise.”-----

-----As quinhentas refeições diárias já são pagas pela Câmara Municipal, não pode pagar as refeições e os géneros alimentícios e não faz sentido que uma instituição que está a trabalhar em parceria com a Câmara Municipal, a receber refeições pagas pela Câmara Municipal, a serem distribuídas por voluntário que a Câmara arranjou, se diga que estão em campo com voluntários a distribuir alimentos e bens essenciais, mas que têm uma carência para quinhentas refeições.-----

-----Há aqui qualquer coisa que está errada.-----

-----Na sequência deste e-mail produzi um despacho, porque não poderia tolerar esta situação, que diz o seguinte:-----

-----“À Senhora Vereadora Doutora Teresa Bacelar para esclarecer junto da instituição este assunto que considero de extrema gravidade, e assim é importante esclarecer a instituição que a Câmara Municipal dispõe de fundos próprios para satisfazer todas as necessidades das IPSS que estão envolvidas no apoio à população mais frágil do Concelho.-----

-----Significa isto que, não se justificando redundâncias, para não se verificarem duplicações de apoios, no caso concreto da Sagrada Família, com os apoios da Segurança Social vocacionados para situações de normalidade, a Câmara Municipal financia as refeições que o CSF fornece às pessoas em situação de carência que são assinaladas.-----

-----Também em relação ao equipamento de cozinha estranha-se que o mesmo, se faz falta, não tenha sido solicitado. Também em equipamento a Câmara Municipal financia.-----

-----Em conclusão, do apelo formulado, os únicos bens que a Câmara não pode fornecer nas quantidades, eventualmente necessárias, são os EPI, porque lamentavelmente não abundam no mercado.-----

-----Determino o esclarecimento imediato desta situação, porquanto continuo a entender



que no Município de Oeiras ninguém, mesmo ninguém, pode passar qualquer necessidade decorrente da pandemia que nos assola e que determina um combate de todos.-----

----- O Senhor Chefe de Gabinete dê conhecimento deste meu despacho.”-----

----- Na sequência do envio para o Rotary Clube de Algés, recebi o seguinte e-mail: -----

----- “O Rotary Club de Algés vem por esta via esclarecer, após ter recebido o Despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Doutor Isaltino Morais, que a iniciativa solidária que lançou foi feita depois de termos sido contactados por algumas instituições do Concelho a dar-nos conta de um conjunto de necessidades, a sua grande maioria tratou-se de pedidos de EPI e aquelas em mais concreto que foram descritas no e-mail do Centro da Sagrada Família (CSF) remetido para os seus parceiros sociais. -----

----- O Rotary Club de Algés antes de lançar esta sua iniciativa teve o cuidado de convidar Presidente da União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada-Dafundo, Doutor Rui Teixeira para a sua reunião do passado dia sete de abril realizada na Plataforma Zoom, o Presidente da Direção dos Bombeiros de Algés, Senhor Abílio Fatela, estava a Diretora do CSF, Doutora Amélia Borges que também acumula a função de Presidente do Rotary Club de Algés, em regime de voluntariado durante este ano rotário e também se encontrava online o Presidente da Direção da APOIO - Associação de Solidariedade Social, Doutor João Corage, ele também rotário, sendo conhecido o importante papel do Rotary Club de Algés na gestão desta última instituição há mais de trinta anos.-----

----- Ouvidas todas estas entidades e face às necessidades que nos foram indicadas, decidimos avançar com o apoio às mesmas com esta iniciativa solidária com toda a boa-fé e em estreito espírito de parceria com estas instituições como tem sido sempre a ação deste Clube de Rotary no Concelho de Oeiras há já quarenta e dois anos e não tivemos indicação de nenhuma delas que a Câmara Municipal de Oeiras estava a suprir todas as necessidades das IPSS do Concelho, caso contrário teríamos ajustado a nossa disponibilidade e capacidade.-----

-----Face ao exposto, informamos que vamos notificar as Instituições que todas as necessidades que tinham para lá dos EPI que devem contactar a Câmara Municipal de Oeiras uma vez que existe forma de suprir as suas necessidades de forma direta e vamos continuar a nossa iniciativa solidária somente para EPI dado já termos encomendas feitas, aguardamos a sua entrega com brevidade. Iremos pedir igualmente que o CSF esclareça junto dos parceiros sociais o conteúdo do seu e-mail, dado que a Câmara Municipal de Oeiras tem disponibilidade para ajudar, evitando-se redundâncias. -----

-----No referente ao material de EPI que verificamos ser uma necessidade partilhada e que temos encomendas feitas e que aguardamos a sua entrega, agradecemos que a Câmara Municipal de Oeiras tenha a gentileza de nos indicar de que forma pretende articular este apoio complementar que o Rotary Club de Algés coloca à disposição das entidades do concelho deixando o e-mail do Clube rotaryclubalges arroba gmail ponto com e o meu telemóvel.” -----

-----Estar o Comandante de uma Associação de Bombeiros, estar o Presidente da Junta da União de Freguesias, da Associação Apoio e desencadear uma campanha solidária e não dizerem nada à Câmara Municipal, que podia ter resolvido de imediato estas situações, é incompreensível. -----

-----Isto teve resposta do Presidente da Câmara dirigida à Presidente do Rotary Clube de Algés: -----

-----“Tenho em atenção o vosso e-mail de nove de abril de dois mil e vinte replicado pela Direção do CSF, “Apelo para ajudar a população da União de Freguesias de Algés. Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo” e o de dez de abril dirigido ao meu Chefe de Gabinete. -----

-----Em primeiro lugar quero relevar o papel do Rotary Clube que ao longo dos anos sempre desenvolveu uma excelente articulação e parceria com o Município de Oeiras, designadamente no âmbito da Associação Apoio. -----

-----Não tenho por isso qualquer dúvida sobre as retas intenções no lançamento de um



Câmara Municipal de Oeiras



apelo à solidariedade dos cidadãos para com as instituições, no caso, da área da União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo. -----

----- Dá-se a circunstância que, desde o início da Pandemia COVID-Dezanove, a Câmara Municipal de Oeiras entendeu que não haveria razões que justificassem a ausência de apoio a qualquer pessoa ou família com fundamento em escassez de fundos financeiros. -----

----- Se haveria ou há pessoas em dificuldades, elas não poderiam esperar por qualquer ação decorrente de ações solidárias que sempre demoram algum tempo. -----

----- Foi por isso, com surpresa que tomei conhecimento de dificuldades no Centro Sagrada Família, porquanto a Câmara com ela havia estabelecido acordo para a confeção de refeições e apoio às famílias carenciadas ou pessoas em isolamento. -----

----- Aliás, as orientações transmitidas a todas as Instituições, desde Bombeiros às IPSS, passando pelas Freguesias e Polícias, foram no sentido de, qualquer situação de carência ou necessidade em alimentação confeccionada, géneros ou medicamentos, deveria ser comunicada de imediato ao dispositivo da Proteção Civil Municipal instalado, que, com urgência providenciará as aquisições e subsídios adequados a cada situação.-----

----- Obviamente, que esta posição da Câmara visa o apoio tempestivo a quem precisa, sem delongas de atendimento.-----

----- Naturalmente que neste contexto, a disponibilidade de voluntários é fundamental para permitir o máximo de rotação entre eles, no sentido de contribuir para evitar maiores perigos de contágio. -----

----- Mais surpreendido fiquei, quando apesar de toda a informação disponível sobre as orientações da Câmara e da logística instalada referem no vosso e-mail a reunião que tiveram, conjunta, com o Presidente da União de Freguesias, com o Presidente da Associação de Bombeiros, do Presidente da APOIO e a responsável pelo CSF e, nenhum desses responsáveis ter abordado sequer a política do Município já referenciada.-----

-----Assim, se o CSF carece de fogão, congelador ou bens alimentares para cabazes a vinte e cinco famílias ou qualquer outro equipamento vai aguardar-se o desenvolvimento de uma campanha para que esses bens sejam adquiridos ou doados, não se sabendo quando?-----

-----Face à gravidade da situação não é essa, não foi essa, a atitude da Câmara Municipal.

-----Pretendemos atuação imediata e o que solicitamos às instituições do Concelho é que façam chegar, mal tenham conhecimento, a informação de que disponham sobre necessidades da nossa população, para que as mesmas sejam prontamente atendidas.-----

-----É assim que, por exemplo o CSF irá ser contemplado ainda esta semana com os fundos suficientes para aquisição de: Fogão industrial, armário frigorífico de congelação, fritadeira basculante elétrica e marmita elétrica de cento e cinquenta litros, tudo no montante de dezasseis mil euros.-----

-----Tivesse a Câmara tido conhecimento tempestivo ou informada pela Instituição e este equipamento estaria já a laborar. -----

-----Temos de encarar esta situação de pandemia como uma situação excepcional que exige uma definição clara de prioridades.-----

-----Nesta hora difícil, o que esperamos das Instituições é atenção ao que se passa à sua volta e informar a Proteção Civil, o Departamento de Desenvolvimento Social ou o meu Gabinete, de todos os casos que considerem carecer de apoio.-----

-----Como já tive oportunidade de referir, há uma área onde a Câmara Municipal não conseguiu ainda a resposta que gostaria de dar a todos os que no terreno enfrentam e combatem na defesa dos mais fracos os efeitos desta pandemia: Os EPI. -----

-----Não por falta de recursos financeiros para os adquirir, mas por carência desses bens no mercado.-----

-----Sabemos que no futuro haverá abundância, mas até lá, o esforço de todos é muito importante. -----



----- Certo da vossa compreensão e reconhecido pelo vosso trabalho e disponibilidade, creia-me com a maior consideração.” -----

----- Há uma necessidade de estarmos atentos e coordenar tudo o que acontece, mas por outro lado também há aqui uma dose de oportunismo e é bom que se diga. Se a Câmara contacta uma instituição para fazer quinhentas refeições, não faz sentido que essa instituição vá desenvolver ações de solidariedade para angariar géneros alimentícios para essas refeições, tanto mais que enquanto nas escolas se paga três euros por refeição, ali paga-se cinco euros por refeição, mas se fosse sete euros pagávamos na mesma, porque era o que a instituição considerou que devíamos pagar. -----

----- Se a Câmara não tivesse possibilidade seria a primeira a fazer um apelo, aliás que o fizemos para conseguir ter maior rotação de voluntários e menor possibilidade de contágio, e neste momento já ultrapassamos os duzentos. -----

----- O que tem que ser comprado hoje não pode esperar, alguém tem que arranjar o dinheiro. -----

----- Foi por esta razão que hoje disse ao Secretário de Estado que enquanto os Municípios disponibilizam toda a informação, é importante que o Governo também disponibilize toda a informação aos Municípios, nomeadamente equipamentos de proteção para os hospitais e centros de saúde, para não haver duplicações. -----

----- Isto é tão importante que ainda anteontem recebemos um apelo urgente de uma enfermeira do Hospital São Francisco Xavier a dizer que estavam em risco permanente, porque lidavam com os doentes sem qualquer equipamento de proteção. -----

----- Pedi à Vereadora Teresa Bacelar que falasse com a Administração do Hospital e esta começou por dizer que essas questões já não se verificavam, mas acabou por dizer se fosse algum equipamento não era má ideia. -----

----- O Secretário de Estado hoje disse que o Primeiro-ministro teria tido uma reunião

com o Presidente da Câmara de Lisboa, ontem e terá dito que já era altura dos Municípios se encarregam de distribuir os EPI por diferentes instituições locais e pelos lares, mas já não se justificava que estivessem a distribuir EPI pelas instituições da Administração Central, porque o Governo já tinha condições de satisfazer essa necessidade. -----

-----Se assim for já não é preciso enviar material para os hospitais e centros de saúde e dá-nos uma folga maior em matéria de equipamentos.” -----

15 - RESPOSTAS ÀS INTERVENÇÕES DOS SRS. VEREADORES:-----

-----Antes de dar resposta às intervenções dos Vereadores o **Senhor Presidente** deu a palavra ao **Senhor Vereador Nuno Neto** que esclareceu o seguinte: -----

-----“Acabei de enviar os quadros com os números para a Senhora Vereadora Heloísa Apolónia. É uma das vantagens de estarmos a trabalhar no gabinete. -----

-----O equipamento de todos os nossos profissionais que estão, quer na recolha de lixo, quer na limpeza urbana, foi reforçado ao nível de equipamentos de proteção individual, estou a falar de luvas, viseiras, máscaras, etc., mas foi também reformulado em termos de quantidade de fardamento, porque foi comprado fardamento adequado para aquilo que vivemos hoje. -----

-----O fardamento em tecido que era habitual foi substituído por fardamento que permita que seja desinfetado e higienizado diariamente para impedir qualquer tipo de contágio. -----

-----As luvas do trabalho foram reforçadas em quantidade que permita que todos os dias depois do trabalho sejam higienizadas. -----

-----Estão a ser distribuídos quatro pares de forma a poderem trocar e higienizar e desinfetar todo o equipamento. -----

-----Uma questão que tem sido nacionalmente debatida é a questão do subsídio de insalubridade e risco. -----

-----A Câmara Municipal de Oeiras suportado em alguns pareceres jurídicos entendeu sempre, não havendo regulamentação da Lei, mantém-se em vigor a Lei anterior e nas situações



Câmara Municipal
de Oeiras

que já tinham enquadramento legal para pagamento desse subsídio, ou seja, todos os funcionários que contactam com resíduos urbanos, não tendo havido alteração das circunstâncias e não estando regulamentada a Lei, aplica-se a Lei em vigor e nunca a Câmara de Oeiras interrompeu o pagamento do subsídio de insalubridade e risco, porque foi esse o entendimento ao longo dos anos.” -----

----- O Senhor Presidente esclareceu o seguinte: -----

----- “Sobre a questão da Senhora Vereadora Marlene Rodrigues das pessoas terem dificuldade em expressar as suas necessidades, quem está mais perto é que deve expressá-las, já falei nisso, pois é fundamentais as instituições que estão no terreno, seja Bombeiros, Polícia, Juntas de Freguesia, IPSS, Clubes Desportivos, Coletividades Culturais, devem fazer chegar a quem de direito. -----

----- Sobre as necessidades básicas a Câmara assumiu por inteiro essa satisfação, pelo menos do ponto de vista financeiro. -----

----- Se estaria prevista a deslocação de funcionários para trabalho de voluntariado, até agora não foi necessário, mas se for caso disso, também o farão. -----

----- Neste momento estamos a distribuir pelos hospitais, centros de saúde, juntas de freguesia, cabazes de fruta. Os funcionários operacionais têm três horas de trabalho extraordinário e têm um vale para compra de géneros alimentícios, para colmatar o esforço que têm estado a desenvolver. -----

----- Quanto ao desemprego, neste momento, não estão feitas as contas, só estão feitas as contas do ”lay off”, mas brevemente teremos a informação do impacto da pandemia, sendo certo que os que irão sofrer mais, é sempre assim, serão aqueles que trabalham em pequenas e médias empresas, é nessa área que está a haver mais despedimentos, refiro-me a restaurantes, mini mercados, lavandarias, etc.. -----

----- A Câmara Municipal não pode, porque nem a lei o permite, atribuir subsídios de

desemprego, aí é o Governo, mas a Câmara Municipal está atenta a essa situação e dar apoio no âmbito social a essas pessoas, para pagar a renda, a luz elétrica, etc., é para isso que serve o FES - Fundo de Emergência Social. -----

-----No que diz respeito à cultura, no nosso Município, tudo o que são coletividades culturais, desportivas, sociais, etc., os subsídios a atribuir às instituições seguem como se decorresse com normalidade as suas atividades e deu instruções para esses subsídios serem atribuídos até junho. -----

-----Quanto à cultura propriamente dita, os grandes eventos, estamos dependentes da decisão do Governo, a Direção-Geral de Saúde é que dirá quando poderá haver grandes eventos.

-----O “Alive”, neste momento, não sei se se irá realizar, assim como o “Comic Con”.-----

-----O Estado de Emergência deve ser prolongado até ao dia dezasseis de maio, de modo que se aguarda nessa altura que o Governo dê orientações sobre essa matéria. -----

-----Quanto às restantes iniciativas culturais estão a ser adiadas, e o Concerto da Páscoa que era ser feito agora, será em setembro e outras serão realizadas “on-line”, como aconteceu com o evento “Ovos da Páscoa”. -----

-----A pandemia não nos obrigou a desistir da “Capital da Cultura” e a candidatura será apresentada em dois mil e vinte e sete. -----

-----Relativamente ao processo educativo e à forma como está a decorrer, resta-me felicitar os Serviços envolvidos, a Educação, o DITIC, os Diretores de Agrupamentos, etc..-----

-----Esta área exige grande informação e o Vereador Pedro Patacho não falou nisso, mas também aqui surge algum oportunismo, temos que estar atentos e foi feito o levantamento das necessidades pelos diferentes agrupamentos escolares, chegou-se à conclusão que havia mil e novecentas crianças com necessidades de equipamento informático, mas a verdade é que as avós passaram a ligar para o meu telefone a pedir computadores para os netos, porque um tinha cinco anos e ninguém lhe disse nada, outra tinha duas crianças, mas só deram um computador, de



modo que por este andar são mais uns trezentos. -----

----- Sobre a capacidade de resposta aos muitos municípios, a capacidade de resposta tem sido dada face à situação económica da Câmara, face ao pedido de alimentação, medicamentos, etc.. -----

----- O vírus é democrático, porque tanto atinge ricos como pobres, mas as consequências não são, porque quem vai sofrer mais são os desempregados, as pequenas e médias empresas, eventualmente os idosos e as pessoas mais isoladas, e em relação a essas teremos que tomar medidas e, muitas das medidas que tomamos em consequência da pandemia vamos ter que as prolongar durante mais algum tempo. -----

----- Sobre o mercado de Algés não me chegou nenhuma informação. -----

----- Sobre as mortes ocorridas no Concelho as duas senhoras, qualquer delas com mais de noventa anos, contraíram o Coronavírus, uma no hospital e outra numa clínica. -----

----- Gostaria de chamar a atenção do despacho quarenta e dois, de dois mil e vinte, onde chamo a atenção dos funcionários da Câmara que o Plano de Atividades deve ser cumprido e se a percentagem de execução for grande é sinal que se conseguiu dar mais qualidade de vida à população. -----

----- É altura de se produzir mais, pois sempre que se faça alguma coisa no território, não é só para Oeiras, porque vai implicar com a questão do emprego, e um dos índices que o Município de Oeiras pode dar é se os engenheiros e arquitetos pensarem que se tiverem o projeto feito, ele é lançado em obra rapidamente e mais depressa as empresas podem trabalhar e criar emprego, porque não adianta o Governo abrir uma linhas de crédito para os empreiteiros e para os construtores se depois no terreno não houver execução, por isso é necessário que haja trabalho, porque se não houver trabalho, não há emprego. -----

----- No caso de Oeiras entre dois mil e vinte e dois mil e vinte e um pode pôr no terreno cento e vinte milhões de euros de investimento, se somarem a isto todos os Municípios do País,

serão milhares de milhões de euros.-----

-----Se todos pensarmos para além das fronteiras do Concelho, estamos a pensar na economia nacional e damos um contributo extraordinário ao fomento da economia, é preciso sairmos da concha, pensar de forma mais ampla e pensar que o que estamos a fazer é para o País e os heróis do próximo tempo serão aqueles que conseguirem pôr o País a trabalhar. -----

-----Qual vai ser a reação psicológica das pessoas ninguém sabe, porque há pessoas que nunca tiveram que ficar em casa, e podem estar com depressão por causa disso, imaginem numa prisão, compararam isto à guerra quando nunca foram à guerra, pode ser que saia uma coisa muito positiva disto, que as pessoas queiram empenhar-se, produzir, fazer com que a economia funcione e que nos respeitemos mais uns aos outros, provavelmente esta situação da pandemia está a mostrar às pessoas como as pessoas são muito importantes e que a cooperação é importante, porque somos seres sociáveis e talvez se passe do isolamento ao cooperativismo. -----

-----Recebi um requerimento da Assembleia Municipal, do deputado Jorge Rato, sobre as medidas tomadas pela Câmara. Parece que eu estava a adivinhar, mandei preparar uma informação, que quero que esteja pronta na próxima segunda-feira, para dar conhecimento à Assembleia Municipal de todas as medidas e sua concretização.-----

-----A Senhora Presidente da Assembleia Municipal também questiona a realização das comemorações do Vinte e Cinco de Abril.-----

-----Ainda não tinha avançado com nada porque estava à espera para ver o que iria fazer a Assembleia da República e como a Assembleia da República já disse o que vai fazer uma cerimónia com trezentas pessoas, gostaria de ouvir os Senhores Vereadores.”-----

-----A **Senhora Vereadora Heloísa Apolónia** disse o seguinte:-----

-----“Não tenho um modelo de comemoração pensado, mas por uma posição de princípio acho que devemos comemorar o dia Vinte e Cinco de Abril.-----

-----Mas face ao que se vive temos que comemorar de uma forma restrita, mas na



Câmara Municipal
de Oeiras

perspetiva da CDU o mais aberta possível, sendo divulgada através das redes sociais e de diversas plataformas para podermos passar a mensagem e partilhar essa comemoração com os munícipes de Oeiras, por isso ela deverá ser bastante divulgada, mas o formato exatamente não pensei nele, mas desta reunião o mesmo deverá sair. -----

----- Deverá haver intervenções de todos os partidos políticos representados, tal como é costume. -----

----- Há alguns formatos da comemoração que não se devia perder, nem se devia destruir, face aquilo que estamos a atravessar neste momento, no entanto, há particularidades que é preciso ter em conta, não se pode ter um aglomerado de pessoas, por isso é preciso pensar quais são os mecanismos que temos ao nosso dispor para chegar ao maior número de pessoas a mensagem da importância do Vinte e Cinco de Abril e o que ainda hoje temos tanto por descobrir de abril e face ao que vivemos a mensagem será muito particularizada.” -----

----- **O Senhor Vereador Nuno Neto** disse o seguinte: -----

----- “Em relação ao Mercado de Algés, aproveitei para fazer um telefonema e posso esclarecer que o concessionário do Mercado informou-me que tem uma responsabilidade mensal com salários e encargos sociais, que ronda os cento e vinte mil euros, apesar disso apenas decretou o “lay off” parcial de seis pessoas, que vigorará a partir do dia dezassete de abril, o quadro de efetivos mantém-se, porque mantiveram o serviço de refeições em regime de “take away” e entregas pela “Uber”, mas como é normal nestas atividades reforçaram o quadro de pessoal para o verão com o pessoal temporário e como não irá haver verão esse pessoal foi dispensado. -----

----- Quanto às comemorações do Vinte e Cinco de Abril não tenho nenhum modelo definido, mas devemos dar o exemplo e respeitar todas as regras que atualmente se impõem. -----

----- Devemos comemorar o Vinte e Cinco de Abril, por ser uma data importante, mas não em eventos presenciais e a sugestão da Vereadora Heloísa Apolónia de se assinalar a data com

eventos através das redes sociais seria uma forma de chegar à generalidade dos nossos municípios sem violar qualquer regra do Estado de Emergência.” -----

-----A **Senhora Vereadora Teresa Bacelar** disse o seguinte: -----

-----“Concordo que o Vinte e Cinco de Abril deve ser comemorado, mas não presencialmente.” -----

-----A **Senhora Vereadora Joana Baptista** observou o seguinte: -----

-----“O Vinte e Cinco de Abril pela sua simbologia deve ser comemorado com o hastear das bandeiras, que normalmente acontece nos Paços do Concelho, naturalmente com menos presenças, dispensava-se a parada dos Bombeiros e da Polícia Municipal e um número reduzido dos músicos da Banda Municipal, porque neste tipo de comemorações deve haver sempre um momento musical. -----

-----No tocante à cerimónia que acontece no Auditório Municipal da Biblioteca, entendo que devem estar presentes os líderes de bancada, o Executivo, contudo o público não deve estar presente. -----

-----Hoje socorremo-nos das tecnologias de informação, por isso a população poderá assistir a esta cerimónia através das redes sociais.” -----

-----O **Senhor Vice-Presidente** referiu o seguinte: -----

-----“Não tenho opinião fechada sobre isto, mas devíamos olhar para a forma como a Igreja Católica comemorou a ressurreição de Cristo e se a Igreja Católica conseguiu comemorar com distanciamento, sem ninguém e ainda assim com dignidade, podemos fazer o mesmo. -----

-----A exemplo do que disse o Vereador Nuno Neto devemos ter noção do exemplo que estamos a dar. Não podemos pedir às pessoas para estarem em casa e depois fazermos cerimónias, independentemente deste dia ser o dia fundador da democracia portuguesa e dever ser comemorado. -----

-----No caso de haver deverá ser muito singela e meramente representativa da evocação



do dia. -----

----- O Governo português tomou certas medidas e a atitude do povo permitiu que se tomassem essas decisões e que elas fossem cumpridas, por isso devemos ter isso presente, ou seja, que tenha o recolhimento que a todas as pessoas está a ser solicitado.” -----

----- **O Senhor Vereador Pedro Patacho** disse o seguinte: -----

----- “A data Vinte e Cinco de Abril tem que ser assinalada. -----

----- Mal fora que não fosse comemorado no tempo em que nós vivemos e que fomos privados de muitas liberdades, por isso entendo que deve ser feito. -----

----- Partilho das dúvidas do Vice-Presidente relativamente ao modelo da cerimónia. -----

----- Achei muito feliz o que se passou no Vaticano. -----

----- Ouvi atentamente a Vereadora Joana Baptista e acho que deve haver a presença, mesmo que espartana de uma banda, mas nas palavras do Vice-Presidente deve ser algo singelo, educativo e restrito. -----

----- Deve-se privilegiar a difusão daquilo que se vier a fazer através dos canais digitais ficando assim acessível à população, o que deve ser antecedido de uma ação de comunicação com alguma robustez para anunciar à população que a data não deixará de ser comemorada, nos moldes X e Y e que a população está convidada a assistir através do canal Z (seja o que for). -----

----- O Senhor Presidente de Câmara, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal e os líderes de bancada onde farão as suas intervenções, filmadas e transmitidas pelos canais digitais, é algo a ver, porque se forem só eles poderão estar no mesmo espaço com o distanciamento obrigatório. -----

----- Não deve deixar de haver o hastear das bandeiras, mas deve ser tudo muito contido, restrito, meramente evocativo, para não dar sinais equivocados à população, pois quando se está a pedir à população que fique em casa, uma série de pessoas se juntam num local para ouvir a banda tocar, não me parece justo”. -----

-----A Senhora Vereadora Marlene Rodrigues observou o seguinte:-----

-----“Acho que o Vereador Pedro Patacho conseguiu conjugar duas linhas diferentes e penso que é a proposta mais sensata.-----

-----Nesse sentido, quem me conhece sabe que para mim se deve comemorar o Vinte e Cinco de Abril hoje e sempre e não podia deixar de concordar.-----

-----A acrescer ao que foi dito, poderíamos aproveitar o Departamento de Cultura com algum momento musical, senão a banda alguma expressão artística, em suporte digital, que está a acontecer muito em todo o País, para dar um outro realce.”-----

-----O Senhor Vereador Carlos Morgado aludiu o seguinte:-----

-----“Na minha intervenção inicial tive oportunidade de colocar a questão, em relação a esta matéria, porque acreditava que o Senhor Presidente estaria a pensar fazer alguma coisa nesta data.-----

-----Referi na altura que no atual contexto não poderíamos sinalizar a sessão solene nos moldes habituais, mas também disse que não seria prudente, no atual estado de emergência, e pelas razões que já foram evocadas pelos vários Vereadores, nós como responsáveis apelamos às pessoas para não saírem de casa e depois organizar eventos, mesmo com um número reduzido de pessoas, acho que não será prudente.-----

-----Já foi realçado o exemplo da Assembleia da República, não acredito que esteja lá esse número de pessoas, mas também é certo que numa anterior reunião da Assembleia da República foi combinado um determinado número de deputados e depois na prática aconteceu outra coisa, acabaram por aparecer muito mais deputados do que estava previsto, por isso já não me admira nada.-----

-----Eu sugiro que não corramos riscos de realizar uma sessão em termos físicos, mas devemos assinalar esta data de uma forma simbólica utilizando a rede digital, pois ultimamente têm-se realizado várias conferências através deste sistema e onde as pessoas são convidadas a



participar.”

----- **O Senhor Vereador Ângelo Pereira** disse o seguinte:

----- “Devemos assinalar o Vinte e Cinco de Abril, mas presencialmente, não, porque temos tecnologia disponível para que possamos assinalar de forma digital.”

----- **O Senhor Vereador Joaquim Raposo** referiu o seguinte:

----- “No início da reunião falei sobre o assunto, pois entendi que se devia saber o que pretendiam fazer.

----- Eu não estou de acordo com a solução encontrada pela Assembleia da República porque as recomendações que se estão a fazer, é que não haja ajuntamentos, e, depois, o façam eles.

----- O Vinte e Cinco de Abril deve ser comemorado com dignidade e não é por ter menos assistência que vai ter menos dignidade.

----- Além do hastear da bandeira, há duas hipóteses, ou ser feita uma cerimónia, no órgão Assembleia Municipal, com o Presidente da Câmara, a Presidente da Assembleia Municipal, (os Vereadores não são fundamentais) os líderes de bancada, que terão oportunidade de intervir, convidar alguém da Associação Vinte e Cinco de Abril, ou pode ser feita uma gravação prévia e com os meios digitais que há colocá-las nos canais próprios.

----- Não terá a dignidade que se pretende, mas assim não se vai contra ao Estado de Emergência.”

----- **O Senhor Presidente** finalizou dizendo:

----- “Gostei de vos ouvir, porque há um consenso nesta matéria, porque de uma maneira ou de outra, se deve comemorar o Vinte e Cinco de Abril.

----- Se não tinha uma opinião formada antes desta audição, neste momento tenho, porque da discussão nasce a luz e o Vinte e Cinco de Abril tem uma simbologia extraordinária do ponto de vista dos direitos dos cidadãos.

-----Este modelo democrático, neste contexto de pandemia, declarou o Estado de Emergência.-----

-----Imaginem a declaração do Estado de Emergência num Estado totalitário ou num Estado de ditadura.-----

-----Quando estavam a falar ocorreu-me o que aconteceu nas cheias de mil novecentos e sessenta e sete, porque agora reclamamos por não se saber a georreferenciação dos infetados com a COVID-Dezanove.-----

-----Para mim basta a Polícia saber desde que tenha condições para acompanhar, porque o objetivo é que o infetado não ande na rua a contaminar outras pessoas.-----

-----Mas em mil novecentos e sessenta e sete puseram uma rolha feroz, que ainda hoje não se sabe quantos mortos houve, provocados pelas cheias.-----

-----O que se sabia é que apareciam cinco cadáveres na Ribeira da Cruz Quebrada, outros tantos na Ribeira de Algés, ou na Ribeira da Lage, mas na verdade o Governo bloqueou essa informação.-----

-----Estamos em Estado de Emergência, mas não perdemos todos os direitos, em determinadas circunstâncias há o confinamento, mas o direito à informação é vital nestas circunstâncias e sabemos o que se passa no País e a nível de cada Concelho.-----

-----As autoridades, com mais ou menos informação, vão-se articulando e ajudando mutuamente nas situações mais emergentes.-----

-----O Vinte e Cinco de Abril pela sua simbologia, não o comemorar de alguma forma, seria esquecer o que o Vinte e Cinco de Abril representa, muito particularmente ao nível do Poder Local.-----

-----O Poder Local é um dos afloramentos mais notáveis do Vinte e Cinco de Abril.-----

-----Essa ideia de se dizer que se recomenda às pessoas que fiquem em casa e fazer uma Assembleia que comemora o Vinte e Cinco de Abril, com mais ou menos pessoas, que se está a



dar um mau exemplo, não me parece, porque os profissionais de saúde não dão um mau exemplo, porque têm que estar a trabalhar, os cantoneiros de limpeza também não dão mau exemplo, porque têm que estar a trabalhar, e, nós, autarcas, também temos que estar a trabalhar. -

----- A comemoração com os cuidados devidos, faz todo o sentido, de modo que irei transmitir à Assembleia Municipal que se irá realizar as comemorações do Vinte e Cinco de Abril. -----

----- Sintetizando o que disseram, deverá haver o hastear da bandeira, com o distanciamento adequado e a Assembleia ou se faz com um representante de cada força política, ou uma representação proporcional, mas irei falar com a Presidente da Assembleia Municipal e ela falará com os líderes, de modo a que esteja até quinze pessoas. -----

----- Gravar discursos e pôr na Internet sem fazer a cerimónia formal, não me parece bem, deve ser feita com o número mínimo de pessoas e depois difundir o mais possível pelas redes sociais. -----

----- Neste caso irei falar com a Presidente da Assembleia Municipal e amanhã até ao final da tarde informarei os Senhores Vereadores de qual vai ser o modelo da cerimónia.” -----

16 - ATRIBUIÇÃO DE VOTO DE LOUVOR AOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE, POLÍCIAS, BOMBEIROS, PROTEÇÃO CIVIL, OPERACIONAIS DO AMBIENTE E INSTITUIÇÕES SOCIAIS: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta verbal do **Senhor Vereador Carlos Morgado**, exarar em ata um voto de louvor aos profissionais de saúde, polícias, bombeiros, proteção civil, operacionais do ambiente e instituições sociais, porque todas as homenagens que se possam fazer a todas estas pessoas e instituições serão sempre poucas. -----

17 - ATRIBUIÇÃO DE VOTO DE PESAR PELAS VÍTIMAS DESTA PANDEMIA: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta verbal do **Senhor Vereador Carlos Morgado** exarar em ata um voto de pesar às centenas de pessoas que já foram vítimas desta pandemia, pese embora não se tenha verificado nenhum óbito resultante do coronavírus no nosso Concelho.-----

18 - PROPOSTA Nº. 246/20 - DGEV - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS VERDES DA ZONA OEIRAS ORIENTAL SUL - AJUSTAMENTO À MINUTA DO CONTRATO A CELEBRAR - RATIFICAÇÃO: -----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Ângelo Pereira e voto contra dos Senhores Vereadores Joaquim Raposo e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, ratificar o ato praticado pelo signatário, no sentido de ser proposto ajustamento ao conteúdo do contrato a celebrar relativo ao ajuste direto para Aquisição de Serviços de Manutenção dos Espaços Verdes da Zona Oeiras Oriental Sul.-----

-----Nos termos do número três, do artigo trigésimo quinto, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. “Em circunstâncias excepcionais e, no caso de, por motivos de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação, na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”. -----

19 - PROPOSTA Nº. 248/20 - GCAJ - PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO PARA A CEDÊNCIA DE QUATRO VEÍCULOS AUTOMÓVEIS ASSENTES NAS REGRAS DO CONTRATO DE COMODATO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE OEIRAS E A POLÍCIA DE



SEGURANÇA PÚBLICA: -----

----- **I - A Senhora Vereadora Heloísa Apolónia** referiu o seguinte: -----

----- “A CDU vai votar favoravelmente esta proposta, mas gostava de saber, tendo em conta as competências do Poder Central de dotar estas instituições dos meios necessários para a sua atuação, que tipo de alerta/pressão faz a Câmara Municipal sobre o Poder Central, no sentido de dar conta das necessidades que a Polícia de Segurança Pública, em Oeiras tem para atuar devidamente, no que diz respeito aos índices de criminalidade e violência no Concelho.”-----

----- **O Senhor Presidente** esclareceu o seguinte: -----

----- “Fazemos uma pressão extraordinária, ainda há três ou quatro dias, falei com o Diretor Nacional da Polícia. -----

----- A PSP em Oeiras tem trinta e dois carros avariados e ao que parece não tem dinheiro para os reparar, porque o Ministério da Administração Interna não desbloqueia a situação e eu disponibilizei-me perante o Diretor Nacional da Polícia e até já tenho uma chamada pedida para o Ministro da Administração Interna, com o qual também vou falar, dizendo-lhe que era inconcebível a Câmara ter acabado de oferecer quatro carros à Polícia, porque estavam sem carros para fazer patrulhas.-----

----- Os Senhores Vereadores devem lembrar-se, porque antes da pandemia e antes das reuniões de Câmara passarem para este sistema de realização, foi referido que os quatro carros que a Câmara ofereceu ou doou à Polícia, foram retirados de um pacote de aquisições que se tinha feito para a Polícia Municipal.-----

----- A Câmara tinha adquirido oito carros para a Polícia Municipal, chegaram quatro os outros quatro estão a ser caracterizados, isto é, prescindimos de reforçar a Polícia Municipal e entregámos estes carros à PSP, porque eles não tinham condições de fazer qualquer patrulhamento no Concelho.-----

----- A informação que temos da PSP é que os carros não eram reparados, porque havia

um contencioso entre o Ministério da Administração Interna e o fornecedor dos carros, não os podiam reparar se não na oficina que tinha contrato com o fornecedor.-----

-----O certo é que o Diretor Nacional de Polícia e acho que ele ficou um bocadinho envergonhado, porque eu disse-lhe que era uma vergonha a Polícia ter tantos carros parados e não os repararem, enquanto a Câmara Municipal de Oeiras está disponível para os reparar, isto porque já se tinha falado com o Comodante Distrital e todos eles disseram que iam falar com o Diretor Nacional e foi a razão por que fui falar com ele e ele disse-me que estavam a ver se desbloqueavam esta situação junto do Ministério, parece que está para breve.-----

-----O que acontece é que são trinta e dois carros em Oeiras, agora imagine-se quantos não estarão avariados ao longo do País, este é um dos exemplos que o Governo não consegue chegar a tudo.-----

-----Eles aceitaram os carros que foram doados, mas não aceitaram que a Câmara providencie a reparação dos trinta e dois carros e estávamos disponíveis para isso, demonstra bem como há aqui um certo comprometimento por parte da Polícia e do Ministério da Administração Interna.-----

-----Esperemos que esta não-aceitação de que a Câmara mandasse proceder à reparação se traduza numa certa rapidez na sua reparação, vamos aguardar uns dias porque as pessoas agora até nem notam muito a ausência da Polícia na rua e apercebem-se mais disso porque as ruas estão desertas e qualquer carro da Polícia que passa é mais visível, mas esperemos que esta situação seja resolvida rapidamente.” -----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a celebração do Protocolo de Cooperação para a cedência de quatro veículos



automóveis, assente nas regras do Comodato, com a PSP, destinados ao policiamento de proximidade no Concelho de Oeiras.-----

----- Nos termos do número um, do artigo vigésimo terceiro, conjugado com o artigo trigésimo terceiro, número um, alíneas r) e ee), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, na redação da Lei número cinquenta, de dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto, compete à Câmara Municipal, designadamente, colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central e gerir os equipamentos integrados no património do município. -----

----- Artigo vigésimo terceiro, da Lei número cinquenta, de dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto (Lei-Quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais). “É da competência dos órgãos municipais participar, em articulação com as forças de segurança, na definição a nível estratégico do modelo de policiamento de proximidade a implementar.” -----

----- Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, ambos do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro, que remete para os artigos quinto, número quatro, alínea c) e ducentésimo octogésimo, número três, do Código dos Contratos Públicos e para o artigo milésimo centésimo vigésimo nono e seguintes, do Código Civil. -----

20 - PROPOSTA N.º 249/20 - DVM - DECISÃO DE CONTRATAR NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, PARA AQUISIÇÃO DE 3 VARREDORAS: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**,

aprovar a adoção de um procedimento por concurso público, com publicidade internacional para aquisição de três varredoras. -----

-----A definição do preço base em quatrocentos e oitenta mil euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----

-----As peças do procedimento.-----

-----A composição do júri do procedimento e a respetiva delegação de competências:-----

----- - Membros efetivos: -----

----- Presidente: engenheiro Pedro Nunes (Chefe da Divisão e Viaturas e Máquinas); -----

----- Primeira vogal: doutora Catarina Cabrita (Técnica Superior do Departamento de Ambiente e Qualidade de Vida/Unidade de Planeamento e Apoio à Gestão);-----

----- Segundo vogal: doutor José Costa (Técnico Superior da Divisão e Viaturas e Máquinas). -----

----- - Membros suplentes: -----

----- Primeiro vogal: doutor João Catarino (Técnico Superior do Departamento de Ambiente e Qualidade de Vida/Unidade de Planeamento e Apoio à Gestão);-----

----- Segundo vogal: engenheiro Paulo Riscado (Técnico Superior do Departamento de Ambiente e Qualidade de Vida/Unidade de Planeamento e Apoio à Gestão).-----

-----A nomeação do engenheiro Pedro Nunes, Chefe da Divisão de Viaturas e Máquinas como gestor do contrato.-----

-----Nos termos dos nos artigos trigésimo sexto, número um, trigésimo oitavo, quadragésimo, número um, alínea c) e número dois, sexagésimo sétimo, número um e sexagésimo nono, número dois, todos do Código dos Contratos Públicos e artigo décimo oitavo, número um, alínea b), do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho, aplicável por força do artigo décimo quarto, número um, alínea f), “in fine” do preâmbulo do Código dos Contratos Públicos, conjugado com o artigo trigésimo terceiro,



número um, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Artigos quadragésimo quinto, número um e quadragésimo oitavo, ambos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei número noventa e oito, de noventa e sete, de vinte e seis de agosto, com as alterações introduzidas pelas Leis números quarenta e oito, de dois mil e seis, de vinte e nove de agosto, trinta e cinco, de dois mil e sete, de treze de agosto, três-B, de dois mil e dez, de vinte e oito de abril, sessenta e um, de dois mil e onze, de sete de dezembro, dois, de dois mil e doze, de seis de janeiro, vinte, de dois mil e quinze, de nove de março e quarenta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e oito de dezembro, conjugado com o artigo ducentésimo quinquagésimo quinto, da Lei do Orçamento do Estado para dois mil e dezanove, aprovado pela Lei número setenta e um, de dois mil e dezoito, de trinta e um de dezembro. -----

21 - PROPOSTA N°. 250/20 - DOM - Pº. 2019/78-DGEP - RETIFICAÇÃO DO VALOR DOS TRABALHOS COMPLEMENTARES N°S 1 E 2, DA EMPREITADA “REORDENAMENTO DO CRUZAMENTO DA RUA OEIRAS DO PIAUÍ COM A AV. DR. FRANCISCO SÁ CARNEIRO E AV. DO ULTRAMAR”, APROVADOS PELA PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO 61/2020 - RATIFICAÇÃO DO ATO PRATICADO PELO SR. PRESIDENTE: -----

----- I - O Senhor Vereador Joaquim Raposo disse o seguinte: -----

----- “Eu tive oportunidade de olhar para a proposta de deliberação número sessenta e um, de dois mil e vinte, que veio à Câmara e foi aprovada, por unanimidade, mas os trabalhos complementares um e dois não estavam certificados, isto a determinada altura dava um valor. ----

----- Acontece que em vez de colocarem o valor de onze mil setecentos e sessenta e oito euros e setenta e cinco céntimos puseram catorze mil novecentos e noventa e oito euros e setenta e cinco céntimos. -----

----- Eu procurei para ver qual era a fórmula, das duas uma, esqueceram-se e juntaram os

trabalhos a menos, que são três mil duzentos e vinte euros, mas também não chega, ou então há qualquer coisa que não se percebo.-----

-----Não se comprehende como se chegou ao valor, é um erro, mas eu não consigo encontrar a lógica de um erro com a diferença desses valores.” -----

-----A **Senhora Vereadora Joana Baptista** referiu o seguinte: -----

-----“Senhor Vereador Joaquim Raposo, não há assim grande lógica, é de facto um erro dos Serviços que tutelo e desde já lamento perante a proposta de deliberação que veio anteriormente ao Executivo e que foi aprovada, por unanimidade, mas os próprios Serviços, subsequentemente, alertaram-me que este valor estava errado e de imediato tivemos que elaborar uma nova proposta de deliberação para retificar, porque estavam aqui três mil euros em causa.” -

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, ratificação do ato praticado pelo Senhor Presidente, de aprovação retificação do valor total dos trabalhos complementares inscritos na proposta de deliberação número sessenta e um, de dois mil e vinte, de cinco de fevereiro, do processo de empreitada “Reordenamento do cruzamento da Rua Oeiras do Piauí com a Avenida Doutor Francisco Sá Carneiro e Avenida do Ultramar”, Processo dois mil e dezanove/setenta e oito-DGEP”, consequente retificação do contrato adicional número cento e um, de dois mil e vinte, e remessa ao Tribunal de Contas.-----

-----Nos termos do artigo trigésimo quinto, número três, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, “Em circunstâncias excepcionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação, na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade. -----



**22 - PROPOSTA N°. 251/20 - SIMAS - 2ª. ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DE 2020 - PPI,
ORÇAMENTO DAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL:**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, ratificar a deliberação do Conselho de Administração da reunião datada de seis de abril de dois mil e vinte, na qual aprovou a segunda alteração Orçamental de dois mil e vinte, PPI, Orçamento das Despesas Correntes e de Capital, no valor de um milhão oitenta mil trezentos e cinquenta euros. -----

----- Nos termos da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico. -----

----- Decreto-Lei número cento e noventa e dois, de dois mil e quinze, de onze de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas. -----

----- Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro, que aprovou o Código do Procedimento Administrativo. -----

**23 - PROPOSTA N°. 252/20 - SIMAS - AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E ENCARGOS POSTAIS DE EXPEDIÇÃO DE OBJETOS
POSTAIS ORIGINÁRIOS NO “PRINTING & FINISHING”, COM A EMPRESA CTT -
CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.:**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa

Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, ratificar a deliberação do Conselho de Administração da reunião datada de seis de abril de dois mil e vinte, na qual aprovou a contratação da prestação de serviço e encargos postais de expedição de objetos postais originários no “Printing & Finishing”, com a empresa CTT - Correios de Portugal, Sociedade Anónima, pelo valor de seiscentos e sessenta e cinco mil euros, isento de IVA, pelo prazo de nove meses, a ocorrer até ao final do ano de dois mil e vinte. -----

----- Nos termos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro, e alterações subsequentes. -----

----- Artigo décimo oitavo, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho, que estabelece o regime de realização de despesas públicas com locação e aquisição de bens e serviços, bem como da contratação pública relativa à locação e aquisição de bens móveis e serviços. -----

----- Novo Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----

----- Artigo trigésimo terceiro, número um, alínea f) do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

24 - PROPOSTA Nº. 253/20 - SIMAS - ABERTURA DO PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO PARA A EXECUÇÃO DA EMPREITADA DESTINADA À CONSTRUÇÃO DO NOVO RESERVATÓRIO DO ALTO DE SANTA CATARINA, NO CONCELHO DE OEIRAS: --

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, ratificar a deliberação do Conselho de Administração da reunião datada de seis de abril de dois mil e vinte, na qual



aprovoou a abertura de procedimento por concurso público para a empreitada destinada à construção do novo Reservatório do Alto de Santa Catarina, no Concelho de Oeiras, pelo preço base de dois milhões quinhentos e vinte mil duzentos e setenta e um euros e vinte e cinco cêntimos, acrescido de IVA, valor a suportar pelos SIMAS, enquanto entidade adjudicante, a executar no prazo máximo de quinhentos e quarenta dias, prevendo-se que a mesma decorra no ano de dois mil e vinte, dois mil e vinte e um e dois mil e vinte e dois, devendo, face ao carácter plurianual da obra em causa, ser afeto para efeitos cabimentais o valor de oitocentos e quarenta mil euros ao ano de dois mil e vinte, o valor de um milhão e quatrocentos mil euros ao ano de dois mil e vinte e um e o valor de duzentos e oitenta mil duzentos e setenta e um euros e vinte e cinco cêntimos ao ano de dois mil e vinte e dois, todos acrescidos de IVA e sujeitos ao referido regime de inversão do sujeito passivo, nomear o júri do concurso e delegar-lhe competências para a prática de todos os atos que lhe sejam delegáveis, no âmbito da abertura das propostas, elaboração de relatório preliminar e final a que haja lugar, sendo que o primeiro dos vogais efetivos substituirá o Presidente nas suas faltas ou impedimentos; aprovar as peças do procedimento; a celebração de contrato escrito; a nomeação da coordenadora de segurança em fase de projeto e da gestora do contrato, a delegação no Senhor Diretor-delegado do ato de liberação de cauções. -----

----- Nos termos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro, e alterações subsequentes. -----

----- Artigo décimo oitavo, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho, que estabelece o regime de realização de despesas públicas com locação e aquisição de bens e serviços, bem como da contratação pública relativa à locação e aquisição de bens móveis e serviços. -----

----- Novo Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----

-----Artigo trigésimo terceiro, número um, alínea f) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

25 - PROPOSTA Nº. 254/20 - SIMAS - CP 19150/2019 - SUSPENSÃO DO ATO DE CONSIGNAÇÃO RELATIVO À EMPREITADA DE “SUBSTITUIÇÃO DE CONDUTAS E RAMAIS EXISTENTES NA AVENIDA CAMILO CASTELO BRANCO, RUA ANDRADE CORVO, PRACETA CONDE ARNOSO E RUA TRINDADE COELHO, NA FREGUESIA DAS ÁGUAS LIVRES, NO CONCELHO DA AMADORA”: -----

-----I - O Senhor Vereador Joaquim Raposo disse o seguinte:-----

-----“Há um pedido de suspensão do próprio empreiteiro, Mafrágua, que no dia vinte e três de março invocou a razão do pedido, ou seja, devido à declaração do Estado de Emergência, o problema é que a escritura foi no dia dois de março e, nessa altura, deveriam ter posto essa questão.-----

-----Nas outras propostas a seguir também foi pedido a suspensão, porque não há autorização da Câmara Municipal da Amadora em relação ao licenciamento das duas obras, também essas deveriam ter sido diligenciadas e não vão começar, mas aqui assume-se que é por não haver autorização da Câmara Municipal.-----

-----Quando lançam os concursos e esse tipo de intervenções eu pensava que era concertado, pelo menos, com os Municípios, para depois não estarmos à espera de poder avançar com a obra, é uma questão de concertação e de planeamento de obra entre os Municípios e os SIMAS.-----

-----Não faz sentido aprovar a proposta, adjudicar e a seguir ficar suspenso, existem prazos, isto porque os SIMAS não conseguiram em tempo útil ter a autorização para a obra.-----

-----Acho que deveriam ser evitadas estas situações.” -----

-----A Senhora Vereadora Joana Baptista referiu o seguinte: -----

-----“As propostas de deliberação que o Senhor Vereador Joaquim Raposo refere, são as



Câmara Municipal
de Oeiras

propostas de deliberação duzentos e cinquenta e quatro, duzentos e cinquenta e cinco e duzentos e cinquenta e seis, de facto são três empreitadas que, neste momento, se suspende o ato de consignação. -----

----- Aquilo que alega relativamente à falta de licenciamento ou autorização por parte do Município da Amadora eu desconheço e vou averiguar, de qualquer das formas, no entretém, enquanto existe esta suspensão do auto de consignação certamente essa componente burocrática há de ser ultrapassada, mas agradeço o alerta e vou averiguar junto dos Serviços.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e abstenção da Senhora Vereadora Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo Senhor Presidente, ratificar a deliberação do Conselho de Administração da reunião datada de seis de abril de dois mil e vinte, na qual aprovou a suspensão do Ato de Consignação, no âmbito da “Empreitada de Substituição de condutas e ramais existentes na Avenida Camilo Castelo Branco, Rua Andrade Corvo, Praceta Conde Arnoso e Rua Trindade Coelho, na Freguesia das Águas Livres, no Concelho da Amadora, até estarem reunidas todas as condições para o início da mesma. -----

----- Nos termos do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos. -----

----- Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho, que estabelece o regime de realização de despesas públicas com locação e aquisição de bens e serviços, bem como da contratação pública relativa à locação e aquisição de bens móveis e serviços. -----

----- Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro, que aprova o novo Código do Procedimento Administrativo. -----

26 - PROPOSTA Nº. 255/20 - SIMAS - CP 19160/2019 - SUSPENSÃO DO ATO DE CONSIGNAÇÃO RELATIVO À “EMPREITADA DE SUBSTITUIÇÃO DE CONDUTAS E RAMAIS EXISTENTES NA AVENIDA EDUARDO JORGE E RUAS ADJACENTES, NA FREGUESIA DA FALAGUEIRA-VENDA NOVA, NO CONCELHO DA AMADORA”:

-----A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e abstenção da Senhora Vereadora Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo Senhor Presidente, ratificar a deliberação do Conselho de Administração da reunião datada de seis de abril de dois mil e vinte, na qual aprovou a suspensão do Ato de Consignação, no âmbito da Empreitada de Substituição de condutas e ramais existentes na Avenida Eduardo Jorge e ruas adjacentes, na Freguesia da Falagueira-Venda Nova, no Concelho da Amadora”, até estarem reunidas todas as condições para o início da mesma.

-----Nos termos do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos.

-----Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho, que estabelece o regime de realização de despesas públicas com locação e aquisição de bens e serviços, bem como da contratação pública relativa à locação e aquisição de bens móveis e serviços.

-----Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro, que aprova o novo Código do Procedimento Administrativo.

27 - PROPOSTA Nº. 256/20 - SIMAS - CP 19157/2019 - SUSPENSÃO DO ATO DE CONSIGNAÇÃO RELATIVO À EMPREITADA DE “SUBSTITUIÇÃO DE CONDUTAS E RAMAIS EXISTENTES NA ZMC DA FÁBRICA DAS GABARDINES - SUL, FREGUESIA DA VENTEIRA, NO CONCELHO DA AMADORA”:



----- A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e abstenção da Senhora Vereadora Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, ratificar a deliberação do Conselho de Administração da reunião datada de seis de abril de dois mil e vinte, na qual aprovou a suspensão do Ato de Consignação, no âmbito da empreitada de substituição de condutas e ramais existentes na ZMC da Fábrica das Gabardines - Sul, Freguesia da Venteira, no Concelho da Amadora, até estarem reunidas todas as condições para o início da mesma. -----

----- Nos termos do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos. -----

----- Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho, que estabelece o regime de realização de despesas públicas com locação e aquisição de bens e serviços, bem como da contratação pública relativa à locação e aquisição de bens móveis e serviços. -----

----- Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro, que aprova o novo Código do Procedimento Administrativo. -----

28 - PROPOSTA N°. 257/20 - SIMAS - ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS VERDES DAS INSTALAÇÕES DOS SIMAS, NOS CONCELHOS DE OEIRAS E AMADORA - ANOS DE 2020-2023:-----

----- I - O Senhor Vereador Joaquim Raposo colocou a seguinte questão:-----

----- “Em determinada altura houve processos de manutenção de espaços verdes junto aos reservatórios e estações elevatórias dos SIMAS, tanto em Oeiras, como na Amadora e ao mesmo tempo havia um outro tipo de procedimentos que era feito no âmbito da manutenção das plantas.

-----Na altura, havia uma grande aposta no apoio à criação de empresas de inserção, nomeadamente em algumas instituições, para a manutenção dos seus espaços.-----

-----Havia uma instituição que tinha uma empresa de inserção na área da jardinagem que tinha as plantas dentro do edifício, não sei se esta situação se mantém, mas gostaria de saber se continuamos a apoiar as empresas de inserção e dar a oportunidade aos jovens deficientes na realização desse trabalho, para se sentirem úteis, porque eles sabem trabalhar.-----

-----Estamos a falar em coisas diferentes e é preciso ter uma capacidade de empresas de manutenção que essas instituições não têm, deixo este alerta à Senhora Vereadora Joana Baptista.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, ratificar a deliberação do Conselho de Administração da reunião datada de seis de abril de dois mil e vinte, na qual aprovou a abertura de procedimento por concurso público com publicidade internacional, para a prestação de serviços destinados à manutenção dos espaços verdes das instalações dos SIMAS, nos Concelhos de Oeiras e Amadora, pelo preço base de pelo preço base de trezentos e vinte mil euros, acrescidos de IVA, para um prazo de execução de um ano, com início em novembro de dois mil e vinte, prevendo-se a possibilidade de renovação anual nos dois anos seguintes, nomear o júri do concurso e delegar-lhe competências para a prática de todos os atos que lhe sejam delegáveis, no âmbito da abertura das propostas, elaboração de relatório preliminar e final a que haja lugar, bem como de resposta e respetivas aprovações de eventuais reclamações, sendo que o primeiro dos vogais efetivos substituirá o Presidente nas suas faltas ou impedimentos; aprovar as peças do procedimento.-----

-----Nos termos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei número



dezooito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro, e alterações subsequentes. -----

----- Artigo décimo oitavo, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho, que estabelece o regime de realização de despesas públicas com locação e aquisição de bens e serviços, bem como da contratação pública relativa à locação e aquisição de bens móveis e serviços. -----

----- Novo Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----

----- Artigo trigésimo terceiro, número um, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Lei número setenta e um, de dois mil e dezooito, de trinta e um de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para dois mil e dezanove). -----

**29 - PROPOSTA N°. 258/20 - DPOC - RATIFICAÇÃO DA 9^a. ALTERAÇÃO PERMUTATIVA
DE 2020:**-----

----- A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e voto contra da Senhora Vereadora Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, ratificar a informação número INT-CMO/dois mil e vinte/seis mil quinhentos e noventa e quatro, relativa à nona Alteração Orçamental de dois mil e vinte, no valor de seiscentos e cinquenta e nove mil quinhentos e trinta e cinco euros e oitenta cêntimos. -----

----- Nos termos do ponto oito ponto três ponto um ponto cinco, das considerações técnicas anexas ao Decreto-Lei número cinquenta e quatro-A, de noventa e nove, de vinte e dois de fevereiro, com as alterações que lhe foram introduzidas e de acordo com as respetivas notas explicativas e conforme a alínea b), do número um, do artigo décimo sétimo, do Decreto-Lei número cento e noventa e dois, de dois mil e quinze, de onze de setembro (Sistema de

Normalização Contabilística para as Administrações Públicas), trata-se de uma alteração orçamental permutativa conforme previsto no número três, da Norma de Contabilidade Pública vinte e seis. -----

-----Alínea d), do número um, do artigo trigésimo terceiro, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, compete ao órgão executivo aprovar as alterações às Grandes Opções do Plano e Orçamento, podendo ainda as modificações orçamentais ser alvo de autorização pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal sujeitas a posterior ratificação pelo órgão colegial executivo. ---

30 - PROPOSTA Nº. 259/20 - DPS - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS EDUCACIONAIS ANO LETIVO 2019-2020 - 1ª. TRANCHE (JANEIRO A ABRIL DE 2020): -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de seis de abril de dois mil e vinte, aprovando a atribuição de um subsídio ao Centro de Cultura e Desporto, no valor de oitenta e nove mil sessenta e três euros e oitenta e quatro cêntimos, referente à primeira tranche dos subsídios educacionais. -----

-----Nos termos da alínea p), do número um, do artigo trigésimo terceiro, artigo trigésimo quinto, número três, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais, com Declarações de Retificação números cinquenta-A, de dois mil e treze, de onze de novembro e quarenta e seis-C, de dois mil e treze, de um de novembro, conjugada com os artigos quarto e quinto do Decreto-Lei número treze, de dois mil e onze, de vinte e cinco de janeiro. -----

-----Artigos quinto e nono, da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso,



aprovada pela Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho. -----

31 - PROPOSTA N.º 260/20 - DP - AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE CONCESSÃO DO DIREITO DE USO PRIVATIVO DE ESPAÇO PÚBLICO, PARA A INSTALAÇÃO DE 42 PONTOS DE CARREGAMENTO DE BATERIAS DE VEÍCULOS ELÉTRICOS, EM LOCAIS PÚBLICOS DE ACESSO PÚBLICO NO CONCELHO DE OEIRAS, ENTRE O MUNICÍPIO DE OEIRAS E AS ENTIDADES “GALP POWER, S.A.” E “MOBILELECTRIC, LDA”: -----

----- I - O Senhor Vereador Joaquim Raposo frisou o seguinte: -----

----- “Há aqui uma situação que me está a causar alguma estranheza, vieram a concurso com três entidades, uma delas em três lotes, a outra ganhou dois e a terceira concorreu em tudo, no âmbito de poder apresentar soluções alternativas. -----

----- A GALP só foi a duas áreas, ficamos sem atribuir um dos lotes, o seis, ou seja, este lote não tem em lado nenhum um posto de carregamento, devia ter sete locais, dos quais quatro de cento e sessenta “kWh”, que é um carregamento super rápido de vinte minutos e depois outro com carregamento de cinquenta “kWh” de carregamento rápido de quarenta e cinco minutos, todos os lotes rápidos e ultrarrápidos, e neste aqui não percebo o porquê, certamente porque quando se fez o concurso tinha que se saber a sua abrangência, mas ficou deserto. -----

----- Há aqui situações que me fazem espécie tendo em conta que o lote seis também tinha zonas importantes, gostaria de saber o que é que vamos fazer agora. -----

----- Um ajuste direto para resolver esta matéria? -----

----- Tem que se tomar uma atitude, caso contrário, quando se indicaram estes locais seria para ter uma cobertura em todo o território e assim deixamos de ter uma parte do território que

não tem essa cobertura.” -----

----- **O Senhor Vereador Nuno Neto** fez a seguinte explicação:-----

----- “Em primeiro lugar têm de ser analisadas as localizações e a discussão geográfica conjugando-as com os outros carregadores elétricos que são cobrados ao utente e que estão instalados no Concelho.-----

----- A disfunção geográfica com que foram constituídos os lotes, tiveram em atenção esses outros carregadores que em breve também estarão em condições de operar e que são os carregadores não cobrados.-----

----- O terceiro concorrente apresentava uma solução técnica que não se enquadrava nos requisitos do concurso, ou seja, a potência do tempo dos carregamentos não eram os que se pretendia que fossem a concurso. Isto não é a minha área de especialidade, peço que relevem qualquer decisão que eu diga, mas penso que está suficientemente explicado nos relatórios o motivo da não-aceitação da proposta para o lote que ficou deserto.-----

----- Naturalmente, que esse tipo de procedimento já se verificou que não é complicado, as peças do concurso estão desenhadas e é intenção lançar o lote que ficou não atribuído à concorrência.” -----

----- **O Senhor Vereador Joaquim Raposo** frisou o seguinte: -----

----- “Eu não estou a colocar a questão da exclusão do terceiro candidato.-----

----- O que estou a dizer é que a Câmara foi quem escolheu os locais a pôr a concurso, no sentido de ter uma cobertura de todo o território.-----

----- Neste lote seis também foi indicada a localização pela Câmara e não percebo por que é que nem a GALP nem a outra empresa não apresentaram, é um pouco estranho, terá sido porque há uma alteração em relação aos outros, qual é a única alteração que existe? -----

----- Todos os outros lotes têm três que carregam em vinte minutos e quatro que carregam em quarenta e cinco minutos e neste lote é o contrário, são quatro carregamentos ultrarrápidos e



três menos rápidos, não me parece que seja isso.-----

----- Tendo em conta que ficou deserto o que se devia fazer e não há nenhuma razão para isso, era uma consulta aos dois concorrentes para dizerem quais são as razões porque não concorreram, até pode haver um motivo, se tivesse percebido mal e eles talvez tenham dados que nós não temos.”-----

----- **O Senhor Vereador Nuno Neto** esclareceu o seguinte:-----

----- “O critério de distribuição dos lotes foi distribuir na medida do possível e de forma igual, quatro, cinco, cinco quatro. -----

----- Distribuir de forma a que se tenha carregadores elétricos equitativamente distribuídos por todo o território, naturalmente privilegiando as zonas mais povoadas, a não ser que pergunte aos concorrentes, porque é que não concorreram, não saberei responder a razão.-----

----- A verdade, é que houve um concorrente que concorreu, no entanto, não cumpria os requisitos técnicos. O que deve ser feito, na minha opinião, é analisar como diz o Senhor Vereador Joaquim Raposo com os concorrentes que não apresentaram proposta e são duas empresas que estão interessadas no negócio dos carregadores elétricos, poderá ser agora depois do concurso terminar, analisar com estas duas empresas o porquê de não concorrerem, qual era o acerto que faria com que permitisse que concorressem e decidir-se pela renovação do procedimento concursal.”-----

----- **O Senhor Vereador Joaquim Raposo** observou o seguinte: -----

----- “É um lote que faz falta.” -----

----- **O Senhor Vereador Nuno Neto** referiu: -----

----- “Tanto faz falta que foi lançado a concurso e é esse o entendimento da Câmara, no entanto, é um lote que ficou deserto, não devemos atrasar o processo e devemos adjudicar os lotes se tiver concorrentes, usar esses lotes que ficou deserto e relançar o procedimento para que finalmente todo o Concelho esteja coberto de carregadores ultrarrápidos, de carregadores rápidos

e o outro procedimento está a ser desenvolvido por uma outra unidade orgânica a DGEP por carregadores lentos e de utilização gratuita e desta forma garantir todo o tipo de carregadores dispersos em toda a localização geográfica do Concelho.” -----

-----O Senhor Vereador Joaquim Raposo disse o seguinte: -----

-----“Estou de acordo, não vamos atrasar, vamos votar a proposta”.-----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar as propostas e respetiva fundamentação contidas no relatório final. -----

-----A notificação dos concessionários para apresentarem os documentos de habilitação exigidos e prestarem as cauções devidas. As minutas dos contratos de concessão a celebrar. -----

-----A nomeação da Chefe de Divisão do Património, doutora Maria João Bessa, como gestora dos contratos.-----

-----A celebração dos contratos de concessão do direito de uso privativo de espaço público, para a instalação de pontos de carregamento de baterias de veículos elétricos, em locais públicos de acesso público no Concelho de Oeiras, com as sociedades “Galp Power, Sociedade Anónima” e “Mobilelectric, Limitada”. -----

-----Nos termos da alínea b), do número dois, do artigo sexto, da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro, que estabeleceu o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais. -----

-----Alínea g), do número um, do artigo trigésimo terceiro, do anexo primeiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, que estabeleceu o Regime Jurídico das Autarquias Locais.-----

-----Decreto-Lei número duzentos e oitenta, de dois mil e sete, de sete de agosto, que



aprovoou o Regime Jurídico do Património Imobiliário do Estado. -----

----- Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro, que aprovou o Código dos Contratos Públicos. -----

32 - PROPOSTA N°. 261/20 - DRU - Pº. 07/DRU/2020 - “REQUALIFICAÇÃO DA PRACETA DIONISIO MATIAS” - APROVAÇÃO DE ALTERAÇÃO DE COMPOSIÇÃO DE JÚRI: -----

----- I - **O Senhor Vereador Joaquim Raposo** disse o seguinte: -----

----- “Esta substituição do júri é porque, entretanto, um dos membros do júri não tem o cartão de cidadão em dia. -----

----- Oeiras tem um balcão de atendimento ao cidadão, e o Senhor Presidente ajudou a criá-lo, eu penso que resolia a questão do cartão de cidadão e não tinha de se nomear um novo júri, uma imagem não muito abonatória de um dos membros do júri não ter o cartão de cidadão em dia. -----

----- Eu acho que houve tempo suficiente quando isso foi detetado. -----

----- Que raio de competência é essa, uma funcionária que tem uma parte importante não ter o cartão de cidadão em dia e o território de Oeiras não tem capacidade de resolver em quatro ou cinco dias a situação?”-----

----- **O Senhor Presidente** referiu o seguinte: -----

----- “O Senhor Vereador Joaquim Raposo tem toda a razão, a Câmara já disponibilizou a todos os técnicos pagar o cartão de cidadão, acontece que tem alguma interpretação, eu tive uma reunião há uns dias com a Diretora do Gabinete Jurídico e fiquei surpreendido, porque há funcionários a dizer que o cartão de cidadão é propriedade deles, o que não é verdade, o cartão de cidadão é propriedade do Estado, realmente o cidadão paga-o mas é propriedade do Estado.” -----

----- **O Senhor Vereador Joaquim Raposo** disse o seguinte: -----

----- “Não acredito que seja o caso da funcionária.”-----

----- **O Senhor Presidente** disse o seguinte: -----

-----“Qualquer das maneiras fica a orientação que a Câmara paga o cartão de cidadão aos funcionários, portanto, esta proposta agora fica assim.” -----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidades, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a alteração da constituição do júri do procedimento, que passará a ser a seguinte: -----

-----Arquiteto António Abreu - Presidente; -----

-----Arquiteto Nuno Couto - Primeiro vogal; -----

-----Arquiteta Isabel Mata Torres - Segunda vogal; -----

-----Arquiteta Ana Rocha - Primeira vogal suplente; -----

-----Arquiteta Ana Cerqueira - Segunda vogal suplente.-----

-----Nos termos do artigo sexagésimo sétimo, número um, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro.-----

-----Artigo centésimo septuagésimo terceiro, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro.-----

33 - PROPOSTA Nº. 262/20 - GAF - RATIFICAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - PAGAMENTO DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, ratificar a decisão tomada, possibilitando desta forma, o pagamento de trabalho suplementar aos trabalhadores que no âmbito dos contratos de delegação de competências celebrados com as Freguesias do



Concelho, se encontrem a colaborar no contexto das intervenções extraordinárias de combate à pandemia COVID-dezanove.-----

----- Nos termos do número três, do artigo trigésimo quinto, aplicável por força das alíneas d) e l), do artigo trigésimo terceiro, todos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro e por remissão o artigo centésimo sexagésimo quarto, do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro.-----

34 - PROPOSTA Nº. 263/20 - DGRU - ADJUDICAÇÃO E APROVAÇÃO DA MINUTA CONTRATUAL RELATIVA AO PROCEDIMENTO POR AJUSTE DIRETO, NO ÂMBITO DO ACORDO-QUADRO/18/2019, PROMOVIDO PELA CENTRAL NACIONAL DE COMPRAS MUNICIPAIS, PARA AQUISIÇÃO DE 1590 ECOPONTOS DO TIPO “CYCLEA”:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar o projeto de decisão de adjudicação e consequentemente a adjudicação da aquisição de mil quinhentos e noventa ecopontos do tipo “Cyclea”, no âmbito do Acordo-Quadro/dezoito/dois mil e dezanove, promovido pela Central Nacional de Compras Municipais, ao concorrente “Ovo Solutions - Soluções Ambientais, Sociedade Anónima”, pelo valor de seiscentos e trinta e um mil novecentos e cinquenta euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----

----- A notificação da adjudicatária para a prestação de caução no valor de cinco por cento do preço contratual.-----

----- A minuta de contrato escrito, para posterior notificação à adjudicatária para aprovação.-----

----- Nos termos dos artigos septuagésimo sexto e nonagésimo oitavo, ambos do Código

dos Contratos Públicos, em conjugação com o disposto no artigo trigésimo terceiro, número um, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro e no artigo décimo quarto, número um, alínea f), “in fine” do preâmbulo do Código dos Contratos Públicos, que remete para o artigo décimo oitavo, número um, alínea b), do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho.-----

-----Artigos quadragésimo quinto, número um e quadragésimo oitavo, ambos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei número noventa e oito, de noventa e sete, de vinte e seis de agosto, com as alterações introduzidas pelas Leis números quarenta e oito, de dois mil e seis, de vinte e nove de agosto, trinta e cinco, de dois mil e sete, de treze de agosto, três-B, de dois mil e dez, de vinte e oito de abril, sessenta e um, de dois mil e onze, de sete de dezembro, dois, de dois mil e doze, de seis de janeiro, vinte, de dois mil e quinze, de nove de março e quarenta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e oito de dezembro, conjugada com o artigo tricentésimo décimo oitavo, da Lei do Orçamento do Estado para dois mil e vinte, aprovado pela Lei número dois, de dois mil e vinte, de trinta e um de março.-----

35 - PROPOSTA N.º 264/20 - DD - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS PARA DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS/INICIATIVAS PONTUAIS NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO DE OEIRAS (RAAD) - 2020:-----

-----Nesta votação não participou o **Senhor Vereador Joaquim Raposo**, devido a ausência momentânea.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a



atribuição de comparticipações financeiras, às coletividades do Concelho, que irão desenvolver os projetos pontuais descritos, num montante global de cento e vinte e nove mil e oitocentos euros:-----

- Entidade - Projeto/Iniciativa - Proposta:-----
- Academia Equestre João Cardiga - “Special Olympics” Equitação - quinhentos euros;
- Associação António Ramalho - “Boxing Spirit”, IPSS - Segunda “Boxing Spirit powered by WBC (International Boxing Tournament” Oeiras Portugal dois mil e vinte) - três mil duzentos e cinquenta euros;-----
- Associação António Ramalho - “Boxing Spirit”, IPSS - Formação de treinadores nível dois “Star AIBA International Boxing Association” - mil euros; -----
- Associação Desportiva de Carnaxide e Miraflores - Vigésima Taça Nacional JSKA-P - dois mil e quinhentos euros; -----
- Associação Desportiva de Oeiras - Décimo Torneio “Oeiras Capital Portuguesa do Hóquei em Patins” - mil e quinhentos euros; -----
- Associação Desportiva de Oeiras - Vigésima quinta Taça Vila de Oeiras - setecentos e cinquenta euros; -----
- Centro de Educação Física e Desportos de Combate - Décimo Campeonato do Mundo de Artes Marciais - “World All-Styles Championship” - quinhentos euros; -----
- Clube Carnaxide Cultura e Desporto - Espetáculo de final de época do Clube Carnaxide Cultura e Desporto - mil euros; -----
- Clube Carnaxide Cultura e Desporto - Festa de Natal do Clube Carnaxide Cultura e Desporto - mil euros; -----
- Paço de Arcos Clube - Formação contínua de técnicos - Nível um - novecentos euros;
- Paço de Arcos Clube - “Oeiras Valley Basketball International Tournament” - quatro mil euros; -----

-----Clube Desportivo de Paço de Arcos - Participação na “Eurockey U Dezassete” - dois mil e vinte - dois mil e quinhentos euros; -----

-----Clube Desportivo de Paço de Arcos - Quinquagésima terceira Regata Patrão Lopes - mil duzentos e cinquenta euros; -----

-----Clube Desportivo de Paço de Arcos - Participação na “Evricup dois mil e vinte” - mil e duzentos euros; -----

-----Clube do Mar Costa do Sol - Quinto Troféu de Canoagem de Mar de Oeiras - dois mil e duzentos euros; -----

-----Clube do Mar Costa do Sol - Formação para condução de atrelados - quatrocentos euros; -----

-----Clube Escola de Ténis de Oeiras - Open de Oeiras dois mil e vinte - cinco mil euros;

-----Clube Kayak-Polo da Barra - Taça Portugal “Kayak-Polo” - trezentos euros; -----

-----Clube Kayak-Polo da Barra - Participação Campeonato da Europa de Clubes de “Kayak-Polo” - mil cento e cinquenta euros; -----

-----Clube Recreativo Leões de Porto Salvo - Formação de treinadores Futsal nível um e dois - dois mil oitocentos e cinquenta euros; -----

-----Clube Recreativo Leões de Porto Salvo - Quinquagésimo Aniversário do Clube Recreativo Leões Porto Salvo - dezassete mil euros; -----

-----Clube Recreativo Leões de Porto Salvo - Nono Torneio de Futsal Infantil dois mil e vinte - trezentos e cinquenta euros; -----

-----Clube Recreativo Leões de Porto Salvo - Torneio de Futsal Feminino Jovem dois mil e vinte - trezentos e cinquenta euros; -----

-----Maratona Clube de Portugal - Maratona de Lisboa - trinta mil euros; -----

-----Maratona Clube de Portugal - Meia Maratona Internacional de Lisboa - vinte e cinco mil euros; -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Minigolfe Clube de Portugal - Trigésimo segundo Torneio de Oeiras em Minigolfe - trezentos euros; -----

----- Minigolfe Clube de Portugal - Quadragésimo quarto Torneio de Aniversário do Minigolfe Clube de Portugal - trezentos e cinquenta euros; -----

----- Núcleo de Karaté de Oeiras - Clube de Praticantes - "Karaté Camping dois mil e vinte" - mil euros; -----

----- Sociedade de Educação e Recreio "Os Unidos de Leceia" - Quarto Trail SERUL "Castro de Leceia" - setecentos e cinquenta euros; -----

----- Sociedade de Instrução Musical de Porto Salvo - Quarto Torneio Sociedade de Instrução Musical de Porto Salvo dois mil e vinte - cinco mil euros; -----

----- Sociedade de Instrução Musical de Porto Salvo - Vigésimo quinto "Open de Badminton" - Oeiras dois mil e vinte - três mil e quinhentos euros; -----

----- Sport Algés e Dafundo - Grande Prémio Nuno Delgado - Judo - mil euros; -----

----- Sport Algés e Dafundo - Torneios do centésimo quinto Aniversário do Sport Algés e Dafundo - dois mil euros; -----

----- Sport Algés e Dafundo - Final "Four Sub Catorze Basquetebol" - setecentos e cinquenta euros; -----

----- Sport Ponto Come - Três Horas de Resistência BTT dois mil e vinte - dois mil euros;

----- Sport Ponto Come - Oeiras Trail dois mil e vinte - três mil e quinhentos euros; -----

----- Sport Ponto Come - Inter-Regional de Escolas BTT Zona B - mil e duzentos euros; -----

----- União Recreativa do Dafundo - Ação de Formação para treinadores Nacionais de Ginástica Aeróbica - dois mil euros. -----

----- A minuta de contrato programa, a celebrar posteriormente com cada uma das coletividades, como instrumento de concretização dos apoios financeiros. -----

----- Nos termos da alínea f), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e alíneas o) e u),

do número um, do artigo trigésimo terceiro, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, na redação da Lei número sessenta e nove, de dois mil e quinze, de dezasseis de julho. -----

-----Artigos quinto e nono, da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março, conjugados com o artigo sétimo, do Regulamento à Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, aprovado pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho. -----

-----Artigo segundo e alínea d), do número um, do artigo terceiro, do Decreto-Lei número duzentos e setenta e três, de dois mil e nove, de um de outubro, que define o Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo, conjugados com os artigos quadragésimo sexto e quadragésimo sétimo, ambos da Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, aprovada pela Lei número cinco, de dois mil e sete, de dezasseis de janeiro e artigo nono, do Regime Jurídico dos Clubes de Praticantes Desportivos, aprovado pelo Decreto-Lei número duzentos e setenta e dois, de noventa e sete, de oito de outubro. -----

-----Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Código dos Contratos Públicos, na redação do Decreto-Lei número trinta e três, de dois mil e dezoito, de quinze de maio. -----

-----Alínea c), do número dois, do artigo terceiro e artigo nono, ambos do Regulamento de Apoio ao Associativo Desportivo do Município de Oeiras, publicado no Diário da República, segunda série, número duzentos e cinquenta e quatro, de trinta de dezembro de dois mil e quinze.

-----À luz do artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código de Procedimento e de Processo Tributário, apenas as entidades que tenham a sua situação tributária e contributiva regularizada junto da Autoridade Tributária e Aduaneira e da Segurança Social podem beneficiar de apoios públicos. -----



36 - PROPOSTA Nº. 265/20 - DDPE - PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OEIRAS E A ESCOLA SECUNDÁRIA QUINTA DO MARQUÊS E OS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DE PAÇO DE ARCOS, SÃO BRUNO E S. JULIÃO DA BARRA, NO ÂMBITO DOS CLUBES CIÊNCIA VIVA: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar as minutas dos protocolos de cooperação, a celebrar com o Agrupamento de Escolas de Paço de Arcos, com o Agrupamento de Escolas de São Bruno, com o Agrupamento de Escolas São Julião da Barra e com a Escola Secundária Quinta do Marquês, cujo objetivo será definir os termos e condições da colaboração entre as partes no âmbito dos Clubes de Ciência Viva, para cada ano letivo, a ter o seu início no ano letivo de dois mil e dezanove/dois mil e vinte. -----

----- Nos termos da alínea d), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e alíneas r) e u), do número um, do artigo trigésimo terceiro, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Após a votação saiu da sala a **Senhora Vereadora Heloísa Apolónia**. -----

37 - PROPOSTA Nº. 266/20 - DP - AUTORIZAÇÃO PARA ISENÇÃO DE PAGAMENTO DOS VALORES MENSAIS PAGOS PELAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DEDICADAS ÀS ATIVIDADES DE RESTAURAÇÃO E BEBIDAS OU HOTELARIA, EM ESPAÇOS PARA FINS NÃO HABITACIONAIS MUNICIPAIS: -----

----- I - O **Senhor Presidente** disse o seguinte: -----

----- “Aqui está uma medida em contexto da pandemia de apoio às pequenas e médias empresas que a Câmara Municipal pode fazer.” -----

----- O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** referiu o seguinte: -----

-----“Eu acho que é uma boa medida, mas quero dizer que tenho aqui algumas dúvidas, o título da proposta diz: -----

-----“...Autorizamos a isenção do pagamento dos valores mensais pagos pelas micro e pequenas empresas dedicadas às atividades de restauração e bebidas ou hotelaria, em espaços para fins não habitacionais municipais...” -----

-----Sobre esta matéria eu não tenho dúvidas nenhuma, a única questão que se coloca é a de igualdade, ou seja, eu não vou falar do equipamento do Vila Galé, porque de certeza que não está autorizado para outra coisa a não ser material promocional, só vou falar em dois equipamentos, um é o espaço que nós temos no jardim de Oeiras, que é o “McDonald’s”, e o outro no jardim de Algés, que é o “Burger King”. -----

-----Estes dois equipamentos têm “drive in” e o “drive in” funciona, podem não vender o que vendiam anteriormente, mas estão a vender alguma coisa, porque as pessoas continuam a ir ao “drive in”, alguns até mais do que antes. -----

-----Estes dois equipamentos, tendo em conta que continuam em funcionamento, devia de haver a possibilidade de baixar a renda de acordo com a quebra que tiveram em relação aos meses do ano passado, ou seja, se tivessem vinte por cento, tinham vinte por cento do pagamento, se tivessem cem por cento, estavam fechados, mas não estão, nesse aspeto seria perfeitamente aceitável, ainda por cima, são rendas grandes, uma são vinte mil quarenta e dois euros e vinte e sete cêntimos e a outra oito mil duzentos e oitenta e um euros e nove cêntimos, por isso, se estivesse fechado era óbvio, mas estando a funcionar e tendo a função de “drive in” acho que não deveria ser a cem por cento. -----

-----De certeza que eles conseguem ter a faturação dos valores do ano passado, porque já fecharam as contas e ver o que perderam em relação ao ano passado.”-----

-----O Senhor Presidente disse o seguinte: -----

-----“Eu sou sensível à proposta do Senhor Vereador Joaquim Raposo, a ideia era isentar



os estabelecimentos que estão em espaços municipais, que estão encerrados, embora abranja as bancas dos mercados que, nesta altura, estão com uma quebra brutal, que julgo estão inseridas.” -

----- **O Senhor Vereador Nuno Neto** disse o seguinte: -----

----- “As bancas do mercado municipal foram isentas de pagamento, foi uma das primeiras medidas. -----

----- Esta medida é para a restauração e bebidas com redução substancial de negócio.” -----

----- **O Senhor Presidente** disse o seguinte: -----

----- “Agora o problema que o Senhor Vereador Joaquim Raposo põe é em relação ao “Burger King” e “McDonald’s”. -----

----- Eu não vejo nenhum problema que nesta proposta os que estejam a funcionar se tome isso em consideração, ou seja, a perda de receita durante este período. -----

----- Nós temos-nos pautado por determinadas medidas genéricas, porque muita gente pressiona e há um ou outro Município que até já tomou essas medidas, como por exemplo nas rendas de casa e na água. -----

----- Nós temos um fundo de emergência municipal que é para ajudar as famílias que não têm dinheiro para pagar a renda, a água ou a eletricidade, a Câmara Municipal arranja esse dinheiro para pagar, agora ter uma isenção generalizada a toda a gente, obviamente que não faz sentido, portanto, neste caso também se aplica. -----

----- Senhor Vereador Nuno Neto fica o compromisso, faz essa alteração da proposta e votamos nessa condição.” -----

----- **O Senhor Vereador Nuno Neto** perguntou o seguinte: -----

----- “Senhor Presidente em relação a estes dois concessionários é referir a redução de negócio?” -----

----- **O Senhor Presidente** respondeu o seguinte: -----

----- “Exatamente, será reduzido no caso de eles mostrarem essa redução.” -----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo e Ângelo Pereira, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar a remessa à Assembleia Municipal, da isenção do pagamento dos valores mensais a pagar pelas empresas dedicadas às atividades de restauração e bebidas ou hotelaria em espaços para fins não habitacionais municipais, referentes às rendas de abril e maio de dois mil e vinte, no valor mensal de cinquenta e dois mil quatrocentos e dez euros e sessenta e oito céntimos, o que perfaz para os dois meses o total de cento e quatro mil oitocentos e vinte e um euros e trinta e seis céntimos. -- -----

-----Após a votação entrou na sala a **Senhora Vereadora Heloísa Apolónia**. -----
38 - PROPOSTA N.º 267/20 - PCM - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA ÀS ASSOCIAÇÕES HUMANITÁRIAS DE BOMBEIROS DO CONCELHO DE OEIRAS NO ÂMBITO DE AÇÕES DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIOS:-----

-----I - O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** disse o seguinte:-----
-----“Gostaria de fazer um alerta, porque fiz esse alerta no passado, mas o Senhor Presidente não estava, espero que nesta fase se tenham esquecido de andar em cima daquilo que são as comparticipações que os Municípios dão aos bombeiros voluntários.-----
-----Oeiras é um Município que apoia muito os bombeiros voluntários, nesta altura não houve nenhuma inspeção pelo Tribunal de Contas ou pelas Finanças, aos subsídios dos bombeiros, foi feita essa inspeção a muitos Municípios entre dois mil e catorze e dois mil e dezoito e estão a ser notificados os membros dos executivos camarários desse período para justificarem porque deram aos bombeiros voluntários mais valor de transferência do que deu a entidade que tem obrigação de o fazer, que é o Ministério da Administração Interna, que dá o financiamento aos bombeiros a nível nacional e não compreendem porque é que uma Câmara



Câmara Municipal
de Oeiras

Municipal transfere para os bombeiros, para diversas áreas, verbas consideradas três e quatro vezes superiores ao que os bombeiros recebem do Estado. -----

----- Eu acho que é fácil de perceber, porque quando há fogos quem paga são as Câmaras, se não fosse assim não teriam dinheiro para apagar os fogos. -----

----- Por acaso, acho que isto será coberto pelo novo despacho, mas é certo que existe, em menos de um mês, um conjunto de autarcas de diferentes Municípios que foram chamados. -----

----- Espero que nesta altura não haja nenhum “louco” que ponha em causa estas questões, tal e qual como em relação ao passado, que o Governo fez uma nova proposta a dizer que os Municípios poderiam fazer várias coisas no sentido do combate aos fogos. -----

----- Eu gostava de me sentir mais confortável tendo em conta o novo projeto social, mas não deixa de ser uma situação complicada.” -----

----- **O Senhor Presidente** referiu o seguinte: -----

----- “Eu estou de acordo com o Senhor Vereador Joaquim Raposo e dentro em breve iremos trazer aqui uma outra proposta, na verdade é uma compensação aos bombeiros que o Tribunal de Contas muito provavelmente nunca entenderá, uma coisa são os bombeiros na província que são pequenas corporações de bombeiros e quando há incêndios têm de ir os bombeiros das áreas metropolitanas acudir aos incêndios do interior. -----

----- Nós temos sete corporações de bombeiros e no verão estão envolvidas na Serra da Estrela, Algarve e Trás-os-Montes, porque nós aqui praticamente não temos incêndios, e no dia que os Municípios falhem com o financiamento aos bombeiros, obviamente, não podem funcionar.” -----

----- **O Senhor Vereador Joaquim Raposo** disse o seguinte: -----

----- “Contestaram porque um funcionário da Câmara era comandante dos bombeiros e era esse Município que pagava o vencimento ao funcionário.” -----

----- **O Senhor Presidente** referiu o seguinte: -----

-----“Eu estou a espera que as associações de bombeiros me mandem essas contas, porque como sabem, uma das atividades muito importantes para a população é o socorro e o transporte de doentes, mas ao mesmo tempo também é uma fonte de receita para os bombeiros e neste momento as ambulâncias de transporte de doentes estão paradas nos quartéis. -----

-----Há uns dias fui aos bombeiros do Dafundo e realmente estranhei, o quartel estava cheio de ambulâncias paradas, numa situação normal não se verifica, acontece que eles têm alguns profissionais remunerados, se não forem compensados durante os dois meses, pelo menos os meses de abril e maio da diminuição destes recursos eles só têm uma hipótese, é despedir as pessoas e uma das orientações que nós demos foi que a Administração Pública não despede ninguém, também não vamos agora dizer aos bombeiros que façam despedimentos e depois daqui a quatro ou cinco meses não sei o que vai acontecer com a economia, não vamos criar ilusões, hoje os hospitais estão bloqueados a outros doentes por causa do COVID-Dezanove e há muita gente que evita ir ao hospital nesta altura, mas não temos dúvidas de quando isto passar os hospitais vai ser encharcados de pessoas que aguardaram estes meses e, nessa altura, as cooperações de bombeiros têm de ter capacidade de resposta, portanto, não vão despedir pelo que se está a passar e por dois meses, na próxima reunião virá uma proposta nesse sentido. -----

-----Eu sei muito bem onde o Senhor Vereador Joaquim Raposo quis chegar, estamos de acordo, mas temos de atuar desta maneira.” -----

-----II - O **Senhor Vereador Ângelo Pereira** não participou nesta votação devido a ausência momentânea. -----

-----III - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a atribuição da comparticipação financeira no valor total de setenta e dois mil



quatrocentos e cinquenta euros, às sete associações humanitárias de bombeiros do Concelho de Oeiras, nas seguintes condições:

----- Prazo - de quinze de abril de dois mil e vinte a trinta e um de março de dois mil e vinte e um;

----- Valor diário - cento e cinquenta euros por seis horas de trabalho;

----- Valor global - setenta e dois mil quatrocentos e cinquenta euros;

----- Periodicidade da transferência do valor - mensal;

----- Unidade Orgânica responsável pela gestão e planeamento da rega - A Divisão de Gestão da Estrutura Verde.

----- Nos termos da alínea j), do número dois, do artigo vigésimo terceiro, bem como na alínea u), do número um, do artigo trigésimo terceiro, todas da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro e nos artigos segundo, número um e trigésimo primeiro, número três, ambos da Lei número trinta e dois, de dois mil e sete, que definiu o Regime Jurídico das Associações Humanitárias de Bombeiros.

----- Artigos quinto e nono, ambos da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março e artigo sétimo, do Regulamento à Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, aprovado pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

----- À luz do artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e do Processo Tributário, as referidas Associações só poderão receber os apoios a aprovar no âmbito da presente proposta, caso tenham a sua situação contributiva e fiscal regularizada, junto da Segurança Social e da Autoridade Tributária e Aduaneira.

**ADOÇÃO DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO E APROVAÇÃO DAS PEÇAS
DO PROCEDIMENTO “PARQUE DE ESTACIONAMENTO DA QUINTA DA NORA, EM
CARNAXIDE”:**-----

-----I - **O Senhor Vereador Joaquim Raposo** salientou o seguinte:-----

-----“Na altura em que a Senhora Vereadora Joana Baptista apresentou este procedimento, colocou um conjunto de questões, nomeadamente, o facto de não aparecerem candidatos, porque o valor era muito baixo.-----

-----Agora neste concurso houve um aumento de dezasseis vírgula cinco por cento em relação ao valor base inicial, pergunto se a Senhora Vereadora acha que este é o valor suficiente para as empresas irem a concurso.”-----

-----**A Senhora Vereadora Joana Baptista** retorcou o seguinte:-----

-----“Não sei se o procedimento vai ficar novamente deserto, há procedimentos que já foram lançados duas e três vezes e ficaram desertos, como por exemplo a portaria e o posto de abastecimento das oficinas de Vila Fria, já foram lançados duas vezes e duas vezes ficaram desertos.-----

-----Começou-se pelo valor de quatrocentos e setenta e cinco, depois passou para o valor de seiscentos e mesmo assim ficou deserto, vamos ter que o relançar por outro valor, não sei se seremos bem-sucedidos pelo valor de trezentos e oitenta mil euros.-----

-----A subida que se verificou neste procedimento orça os cinquenta mil euros, espero que sejamos bem-sucedidos, porque este estacionamento é muito necessário em Carnaxide, à semelhança de outros, cujo procedimento vamos lançar em breve e que são o Quintal Desportivo e o parque de estacionamento da Rua Tenente-General Zeferino Sequeira, é um equipamento que falta em Carnaxide.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho,



Câmara Municipal
de Oeiras

Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a decisão de contratar e a abertura do procedimento pré-contratual necessário para a adjudicação da empreitada de obras públicas “Parque de estacionamento da Quinta da Nora, em Carnaxide” - processo dois mil e vinte/cinquenta e dois-DGEP, mediante a adoção de um procedimento por concurso público, sem publicidade no Jornal Oficial da União Europeia. ---

----- O preço base do concurso em trezentos e oitenta e dois mil quatrocentos e trinta e três euros e seis cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal de seis por cento, com prazo de execução da empreitada de cento e vinte dias. -----

----- As peças do procedimento, incluindo o projeto de execução. -----

----- A composição do júri do procedimento e a respetiva delegação de competências: -----

----- Membros efetivos: -----

----- Presidente - engenheira Ana Rita Sousa - Chefe da Divisão de Gestão do Espaço Público; -----

----- Primeira vogal - engenheira Marina Graça - Técnica da Divisão de Gestão do Espaço Público; -----

----- Segunda vogal - engenheira Licínia Cordeiro - Técnica da Divisão de Gestão do Espaço Público. -----

----- Membros suplentes: -----

----- Primeiro vogal - engenheiro Alexandre Marques - Técnico da Divisão de Gestão do Espaço Público; -----

----- Segunda vogal - engenheira Carla Campos - Técnica da Divisão de Gestão do Espaço Público; -----

----- Terceira vogal - engenheira Ana Paula Ribeiro - Técnica da Divisão de Gestão do Espaço Público; -----

-----Quarta vogal - engenheira Délia Gomes - Técnica da Divisão de Gestão do Espaço Público.-----

-----As nomeações da doutora Andreia Pereira, do Departamento de Obras Municipais/Unidade de Planeamento e Gestão de Obras, para Coordenadora de Segurança e da engenheira Marina Graça, da Divisão de Gestão do Espaço Público, para Diretora de Fiscalização e Gestora do Contrato.-----

-----Nos termos do artigo trigésimo sexto, número um, do Código dos Contratos Públicos, conjugado com a alínea f), do número um, do artigo trigésimo terceiro, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, bem como, atento o disposto nos artigos trigésimo oitavo, quadragésimo, número um, alínea c) e número dois, sexagésimo sétimo, número um e sexagésimo nono, número dois, todos do Código dos Contratos Públicos e artigo décimo oitavo, número um, alínea b), do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho, aplicável por força do artigo décimo quarto, número um, alínea f), “in fine” do preâmbulo do Código dos Contratos Públicos.-----

-----Artigos quadragésimo sexto, número um, alínea b) e quadragésimo oitavo, ambos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei número noventa e oito, de noventa e sete, de vinte e seis de agosto e alterações subsequentes, conjugados com o artigo tricentésimo décimo oitavo, da Lei número dois de dois mil e vinte, de trinta e um de março, que aprovou a Lei do Orçamento do Estado para dois mil e vinte.-----

40 - PROPOSTA Nº. 269/20 - DPCHM - EMPREITADA “61/DH/2018 - REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DO PARQUE URBANO DA QUINTA DA POLITEIRA - BARCARENA” - RETIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE PROCEDIMENTO E ANÚNCIO APROVADO PELA PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº. 186/2020, DE 18 DE MARÇO:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente,



Câmara Municipal
de Oeiras

do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar a retificação do anúncio e do programa de procedimento aprovado pela proposta de deliberação número cento e oitenta e seis, de dois mil e vinte, de dezembro de março, no seu ponto seis ponto um, com a redação inicial de: -----

----- “a) Os titulares de certificado classificação de empreiteiro de obras públicas, emitido pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, Instituto Português, detentores da décima subcategoria da segunda categoria em classe que cubra o valor global da obra, sem prejuízo da detenção de todas as subcategorias para os trabalhos de especialidade de acordo com o caderno de encargos posto a concurso.” -----

----- Para a seguinte redação: -----

----- “a) Os titulares de certificado classificação de empreiteiro de obras públicas, emitido pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, Instituto Português, detentores da décima subcategoria da segunda categoria - Infraestruturas de Desporto e Lazer em classe que cubra o valor global da proposta; primeira subcategoria da quarta categoria - Instalações elétricas de utilização de baixa tensão com potência até cinquenta quilovolt amperes em classe que cubra o valor dos trabalhos a que dizem respeito; nona subcategoria da segunda categoria - Ajardinamentos da classe que cubra o valor dos trabalhos a que dizem respeito.” -----

----- Nos termos do artigo quinquagésimo, número sete, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei número dezembro, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

----- Artigo centésimo septuagésimo terceiro, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----

41 - PROPOSTA Nº. 270/20 - DACTPH - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO

FINANCEIRA ÀS ASSOCIAÇÕES CULTURAIS, PARA APOIO À ATIVIDADE CULTURAL

REGULAR DE 2020 - 1^a. FASE: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a atribuição de comparticipação financeira aos agentes culturais, primeira fase, para o desenvolvimento da sua atividade regular, sendo o valor global da proposta de cento e sessenta e sete mil seiscentos e cinquenta e nove euros: -----

-----Associações Culturais - Proposta dois mil e vinte: -----
-----Associação Coral de Linda-a-Velha - dois mil e cinquenta euros; -----
-----Academia Recreativa de Linda-a-Velha - mil euros; -----
-----Biblioteca Operária Oeirense - nove mil e cem euros; -----
-----ANCORAS - Associação Náutica Clássicos de Oeiras - mil e oitocentos euros; -----
-----Paço de Artes - Associação dos Artistas Plásticos de Paço de Arcos - três mil e setenta e oito euros; -----
-----Associação Cultural “A Voz de Paço de Arcos” - mil euros; -----
-----Associação Cultural “O Patriarca do Fado” Alfredo Marceneiro - mil euros; -----
-----Associação Cultural São Bruno - mil euros; -----
-----Associação Humanitária Bombeiros Voluntários Progresso Barcarense - mil euros; -----
-----Associação Cultural de Tercena - cinco mil e duzentos euros; -----
-----Associação Cultural e Recreativa da Ribeira da Lage - seis mil e duzentos euros; -----
-----MAPA, Associação Cultural - mil quinhentos e cinquenta euros; -----
-----Associação de Moradores “Dezoito de Maio” - mil e novecentos euros; -----
-----Associação de Moradores de Nova Oeiras - mil euros; -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Associação Portuguesa Amigos dos Castelos - mil e cem euros;-----
----- Centro Cultural de Oeiras - CENCO - quatro mil e trezentos euros;-----
----- Centro de Cultura e Desporto - Organização Social dos Trabalhadores da
CMO/SIMAS - vinte mil euros;-----
----- Centro Comunitário de Linda-a-Velha - mil euros;-----
----- Centro de Dança de Oeiras - seis mil quinhentos e dezasseis euros;-----
----- CHANCE mais Associação - mil euros;-----
----- Clube Carnaxide Cultura e Desporto - quatro mil quinhentos e cinquenta euros;-----
----- Compasso Supremo - Associação - mil euros; -----
----- Cooperativa de Habitação Económica “Nova Morada” - mil euros;-----
----- Coro de Santo Amaro de Oeiras - dez mil cento e quarenta e três euros;-----
----- Ermida, Associação Cultural - dois mil euros; -----
----- Folkzitas - Associação de Dança Popular - três euros; -----
----- Grupo Recreativo e Cultural “Os Amigos do Alto do Mocho” - mil e oitocentos
euros;-----
----- Grupo Coral e Instrumental Norte-Sul - dois mil e oitocentos euros;-----
----- Grupo Cultural de Vila Fria - quatro mil novecentos e oitenta e seis euros;-----
----- Grupo de Amigos do Museu da Pólvora Negra - mil e quinhentos euros;-----
----- Grupo de Folclore das Terras da Nóbrega - três mil setecentos e cinquenta euros;-----
----- Grupo de Solidariedade Musical e Desportiva de Talaíde - sete mil oitocentos e vinte
e um euros;-----
----- Grupo Recreativo Cultural e Desportivo de Leião - mil euros; -----
----- Grupo Recreativo de Tercena - três mil e quatrocentos euros; -----
----- Ideias do Século, Associação - cinco mil duzentos e cinquenta euros; -----
----- Liga dos Amigos de Castelo Novo - três mil quinhentos e um euros; -----

-----Associação Artística e Cultural Luchapa - três mil e duzentos euros; -----
-----Matraca Associação Cultural e Artística - mil euros; -----
-----Nova Atena - Associação para a inclusão e bem-estar da pessoa sénior para a cultura e arte - dois mil trezentos e cinquenta euros; -----
-----Organização Internacional Nova Acrópole Portugal/Oeiras, Cascais - mil euros; -----
-----Palkobservador - Associação Cultural e Recreativa - mil e trezentos euros; -----
-----Quarto Crescente - Associação para Formação e Animação Teatral - mil e quinhentos euros; -----
-----Associação do Rancho Folclórico “Flores da Beira” - cinco mil oitocentos sessenta e oito euros; - -----
-----Rancho Folclórico Infantil e Juvenil “Os Minhotos” da Ribeira da Lage - mil euros; - -----
-----Rancho Folclórico Infantil e Juvenil da Pedreira Italiana - mil euros; -----
-----Sociedade de Educação e Recreio “Os Unidos de Leceia” - mil e quinhentos euros; --
-----Sociedade de Instrução Musical de Porto Salvo - oito mil quatrocentos e sessenta e nove euros; -----
-----Sociedade de Instrução Musical e Escolar Cruz Quebradense - seis mil e trezentos euros; -----
-----Sociedade Filarmónica Fraternidade de Carnaxide - sete mil quatrocentos e quarenta e três euros; -----
-----Associação Sócio - Cultural e Artística Sem Tábuas - dois mil e oitocentos euros; -----
-----Universidade Sénior de Oeiras - Associação Cultural sem Fins lucrativos - dois mil quatrocentos e oitenta e quatro euros; -----
-----Valejas Atlético Clube - mil duzentos e cinquenta euros. -----
-----A minuta do termo de aceitação que será assinado pelas entidades beneficiárias do apoio financeiro. -----



----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea e) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, na redação da Lei número sessenta e nove, de dois mil e quinze, de dezasseis de julho.-----

----- Artigos quinto e nono, ambos da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março e artigo sétimo, do Regulamento à Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, aprovado pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.-----

----- À luz do artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e do Processo Tributário, apenas as entidades que tenham a sua situação contributiva e fiscal regularizada, junto da Segurança Social e da Autoridade Tributária e Aduaneira, poderão receber os apoios concedidos por entidades públicas.-----

----- Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, todos da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto, que aprovou o Regime Jurídico que regula a obrigatoriedade de publicitação dos benefícios concedidos pela Administração Pública a particulares.-----

----- Após a votação saiu da sala a **Senhora Vereadora Heloísa Apolónia**.-----

**42 - PROPOSTA Nº. 271/20 - DRU - Pº. 30 DRU/19 - INFRAESTRUTURAS FASE 5, LECEIA -
APROVAÇÃO DE RELATÓRIO FINAL E ADJUDICAÇÃO RELATIVA AO CONCURSO
PÚBLICO PARA A EMPREITADA:**-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo e Ângelo

Pereira, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o relatório final do júri relativo ao concurso público para a empreitada “Infraestruturas - Fase cinco, Leceia - Processo trinta-DRU/dois mil e dezanove”. -----

-----A adjudicação ao concorrente “Plandese, Sociedade Anónima”, pelo valor de seiscentos e oitenta e nove mil cento e cinquenta e nove euros e setenta e três cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, totalizando o valor de setecentos e trinta mil quinhentos e nove euros e trinta e um cêntimos. -----

-----A notificação de todos os candidatos da decisão de adjudicação. -----

-----A notificação do adjudicatário para apresentação dos documentos exigidos, bem como apresentar a caução. -----

-----O envio da deliberação à Assembleia Municipal para aprovação da adequação dos montantes em sede de cabimentação, de acordo com o cronograma financeiro da obra e substituindo-se a programação financeira anteriormente aprovada através da proposta de deliberação de Câmara número oitocentos e oitenta e cinco, de dois mil e dezanove, de seis de novembro, e patente nas Grandes Opções do Plano - GOP dois mil e vinte, na Assembleia Municipal a doze de novembro de dois mil e dezanove (Deliberação Assembleia Municipal número cento e trinta e sete, de dois mil e dezanove, revista em três de março de dois mil e vinte, Deliberação vinte, de dois mil e vinte), pela seguinte: -----

-----Para dois mil e vinte, cento e quarenta e cinco mil trezentos e setenta e sete euros (cerca de vinte por cento) com IVA incluído; -----

-----Para dois mil e vinte e um, o montante restante do valor de adjudicação quinhentos e oitenta e cinco mil cento e trinta e dois euros e trinta e um cêntimos (cerca de oitenta por cento) com IVA incluído. -----

-----Nos termos dos artigos septuagésimo sexto, número um, septuagésimo sétimo e centésimo quadragésimo oitavo, números três e quatro, todos do Código dos Contratos Públicos



e ainda competência prevista no artigo vigésimo terceiro, número dois, alíneas c) e n), bem como no artigo trigésimo terceiro, número um, alínea f) e alínea bb), ambos da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, quanto à adjudicação da empreitada. -----

----- Artigo quadragésimo oitavo, número um, da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei número noventa e oito, de noventa e sete, de vinte e seis de agosto. -----

----- Alíneas d) e ccc), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, no que se refere à alteração da previsão de despesa. -----

----- Artigo centésimo septuagésimo terceiro, número um, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro, quanto à alteração do ato administrativo. -----

----- Após a votação entrou na sala a **Senhora Vereadora Heloísa Apolónia**. -----

**43 - PROPOSTA N°. 272/20 - DDS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA
PARA APOIO AOS ORGANISMOS JUVENIS 2020 - :** -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição da comparticipação financeira às Associações e Organismos Juvenis, no valor de trinta e sete mil e cinquenta euros, destinados a apoiar as atividades inseridas nos seus planos anuais em dois mil e vinte: -----

----- Entidade - Proposta apoio anual em dois mil e vinte: -----

----- Agrupamento Duzentos e Noventa e Sete de Algés - mil quinhentos e cinquenta euros; -----

-----Agrupamento Setenta e Sete de Cruz Quebrada - dois mil e seiscentos euros;-----

-----Agrupamento Setecentos e Noventa e Sete de Nova Oeiras - três mil e duzentos euros;-----

-----Agrupamento Quatrocentos e Sete de Oeiras - dois mil e seiscentos euros;-----

-----Agrupamento Mil Duzentos e Setenta e Oito de Barcarena - mil oitocentos e cinquenta euros;-----

-----Agrupamento Mil Centos e Vinte e Seis de Porto Salvo - mil oitocentos e cinquenta euros;-----

-----Agrupamento Quarenta e Cinco de Caxias - dois mil e duzentos euros;-----

-----Agrupamento Mil Trezentos e Setenta e Três de Outeira - mil quinhentos e cinquenta euros;-----

-----Agrupamento Duzentos e Quarenta e Dois de Paço de Arcos - mil oitocentos e cinquenta euros;-----

-----Agrupamento Mil Trezentos e Cinquenta e Quatro de São Julião da Barra - mil e trezentos euros;-----

-----Agrupamento Seiscentos e Vinte e Seis de Linda-a-Velha - dois mil e duzentos euros;

-----Segunda Companhia de Guias - Oeiras - três mil e duzentos euros;-----

-----Centro Social Paroquial de Barcarena - novecentos euros;-----

-----Associação Juvenil ProAtlântico - quatro mil euros;-----

-----Associação TACE - novecentos euros;-----

-----Associação Juvenil AJUDE - quatro mil euros;-----

-----Associação dos Alunos da Escola Náutica Infante Dom Henrique - mil e trezentos euros.-----

-----A comunicação às Associações e Organismos Juvenis.-----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alíneas e), f), g) e h) e



trigésimo terceiro, número um, alínea u), ambos da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais, conjugados com os artigos quarto, número um, aliena b), sexto e décimo sexto, todos do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo Jovem, publicado pelo Edital número trezentos e setenta e oito, de dois mil e sete, de vinte e seis de julho.-----

----- Artigos quinto e nono, da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Regulamento à Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, aprovado pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho.-----

----- À luz do artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e do Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, que estabelece que apenas as entidades que tenham a sua situação contributiva e fiscal regularizada junto da Segurança Social e da Autoridade Tributária e Aduaneira, poderão receber apoio a aprovar pela presente proposta.-

44 - PROPOSTA Nº. 273/20 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À CRESCER-ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O DIREITO DOS MENORES E DA FAMÍLIA “CASA DO PARQUE”, PARA MANUTENÇÃO DE DESPESAS FACE AO ATUAL CONTEXTO DE PANDEMIA COVID-19:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de um apoio extraordinário à atividade de natureza social desenvolvida pela Associação Portuguesa para o Direito dos Menores e da Família - CrescerSer “Casa do Parque”, face ao atual contexto socioeconómico imposto pelas medidas de contingência no valor de dez

mil euros.-----

-----A minuta do termo de aceitação.-----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea h) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, na redação da Lei número sessenta e nove, de dois mil e quinze, de dezasseis de julho.-----

-----Artigos quinto e nono, ambos da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.-----

-----À luz do artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e Processo Tributário, apenas as entidades que tenham a sua situação contributiva e fiscal regularizada, junto da Segurança Social e Finanças, poderão receber os apoios a aprovar, no âmbito da presente proposta.-----

-----Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Código dos Contratos Públicos, na redação do Decreto-Lei número trinta e três, de dois mil e dezoito, de quinze de maio.-----

-----Após a votação saiu da sala a **Senhora Vereadora Heloísa Apolónia**.-----

45 - PROPOSTA Nº. 274/20 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE APOIO EXTRAORDINÁRIO À JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE CARNAXIDE E QUEIJAS PARA REFORÇO DE RESPOSTA ALIMENTAR NO CONTEXTO DA PANDEMIA COVID-19:-----

-----I - O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** colocou a seguinte questão:-----

-----“Só esta Freguesia é que tem necessidade de reforço?”-----

-----O **Senhor Presidente** respondeu o seguinte:-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- “Julgo que a Freguesia de Barcarena já teve um apoio, porque tem uma cantina social.” -----

----- **A Senhora Vereadora Teresa Bacelar** esclareceu o seguinte: -----

----- “Em relação à Freguesia de Carnaxide eles têm uma cantina social e são eles que fazem a gestão e a dinamiza. -----

----- A Freguesia de Oeiras é no Centro Paroquial São Julião.-----

----- A União de Freguesias de Linda-a-Velha, Cruz Quebrada/Dafundo e Algés, vai ser contemplada numa proposta de deliberação que vai aparecer posteriormente. -----

----- A Junta de Freguesia de Barcarena ainda não apresentou a necessidade que tem, mas assim que o fizer será também contemplada.” -----

----- **O Senhor Presidente** acrescentou o seguinte: -----

----- “É igual para todas, todas elas têm os seus esquemas, mas todas são apoiadas à medida que apresentem os pedidos. -----

----- A União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha, Cruz Quebrada/Dafundo, tem o banco alimentar em Linda-a-Velha, que é Oeiras Solidária, e já apoia algumas famílias.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo e Ângelo Pereira, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar e submeter para apreciação à Assembleia Municipal, a atribuição de uma participação financeira extraordinária no valor de dez mil euros, à Junta de Freguesia da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas, para aquisição de bens alimentares e produtos de higiene de primeira necessidade para a população.-----

----- Nos termos dos artigos sétimo, número um, alíneas e) e f) e décimo sexto, número um, alíneas t) e v).-----

-----Artigos vigésimo terceiro, número dois, alíneas g), h), e) e vigésimo quinto, número um, alínea j), todos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, pela Lei número cinquenta, de dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto. -----

-----Artigos quinto e nono, ambos da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho. -----

-----À luz do artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e do Processo Tributário, apenas as entidades que tenham a sua situação contributiva e fiscal regularizada junto da Segurança Social e da Autoridade Tributária e Aduaneira poderão receber apoios a aprovar no âmbito da presente proposta. -----

-----Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, ambos do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro, que remetem para os artigos quinto, número quatro, alínea c) e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e dezoito, de vinte e nove de janeiro, na redação do Decreto-Lei número cento e setenta, de dois mil e dezanove, de quatro de dezembro. -----

-----Após a votação entrou na sala a **Senhora Vereadora Heloísa Apolónia**. -----

46 - PROPOSTA Nº. 275/20 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO PREVENIR PARA DESENVOLVIMENTO DOS PROGRAMAS “CRESER A BRINCAR” E “NINO E NINA - PROGRAMA DE COMPETÊNCIAS” NO ANO LETIVO DE 2019/2020:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente,



do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira à Associação Prevenir, no valor total de catorze mil quatrocentos e setenta e cinco euros, destinado ao acompanhamento ao Programa “Nino e Nina: Programa de Competências” e “Programa Crescer a Brincar” (aquisição dos manuais, acompanhamento técnico e realização da avaliação), no ano letivo dois mil e dezanove/dois mil e vinte. -----

----- A minuta de termo de aceitação.-----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea g) e h) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, dada pela Lei número cinquenta, de dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto. -----

----- Artigos quinto e nono, ambos da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março, regulamentado pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.-----

----- À luz do artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e do Processo Tributário, apenas as entidades que tenham a sua situação contributiva e fiscal regularizada junto da Segurança Social e da Autoridade Tributária e Aduaneira poderão receber apoios a aprovar no âmbito da presente proposta.-----

----- Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, ambos do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro, que remetem para os artigos quinto, número quatro, alínea c) e ducentésimo

septuagésimo oitavo e seguintes, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e dezoito, de vinte e nove de janeiro, dada pelo Decreto-Lei número cento e setenta, de dois mil e dezanove, de quatro de dezembro.-----

47 - PROPOSTA Nº. 276/20 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA ANTÓNIO NAVARRO, Nº. 6, 4N, UNIDADE RESIDENCIAL MADRE MARIA CLARA:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição do fogo T Um, sito na Rua António Navarro, número seis, quatro N, Unidade Residencial Madre Maria Clara, em Carnaxide.-----

-----A fixação da renda mensal no valor de oito euros e setenta e oito cêntimos, acrescida de taxa de condomínio de dez euros, com entrada em vigor a um de maio de dois mil e vinte e calculada de acordo com os rendimentos declarados pelo requerente.-----

-----A elaboração do contrato de arrendamento apoiado.-----

-----Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugada com o Decreto-Lei número cento e sessenta e sete, de dois mil e dezanove, de vinte e um de novembro.-----

-----Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto.-----

-----Regulamento da Habitação em Regime de Arrendamento Apoiado do Município de Oeiras.-----

48 - PROPOSTA Nº. 277/20 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA DR. OLIVEIRA MARTINS, Nº. 38, PISO 0B, BAIRRO MOINHO DAS ROLAS:-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição do fogo sito na Rua Doutor Oliveira Martins, número trinta e oito, piso zero B, no Bairro Moinho das Rolas, condicionada à sua transferência imediata para um fogo de tipologia adequada à dimensão do agregado familiar (T Zero) logo que exista essa disponibilidade, preferencialmente em empreendimento municipal da Freguesia de Carnaxide. ---

----- A elaboração de contrato de arrendamento apoiado e fixação da renda mensal no valor de vinte euros e sessenta cêntimos, a partir de um de junho de dois mil e vinte. -----

----- Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugada com o Decreto-Lei número cento e sessenta e sete, de dois mil e dezanove, de vinte e um de novembro. -----

----- Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto. -----

----- Código Civil, em especial o artigo milésimo centésimo sexto, número um, alínea c). -

49 - PROPOSTA Nº. 278/20 - DGHS - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA AV^a. DOS CAVALEIROS, Nº. 24, 3º. B, BAIRRO OUTURELA/PORTELA: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição do fogo T Um, sito na Avenida dos Cavaleiros, número vinte e quatro, terceiro B, no Bairro Outurela/Portela. -----

-----A fixação da renda mensal no valor de dezasseis euros e noventa e um cêntimos, com entrada em vigor a um de junho de dois mil e vinte e calculada de acordo com os rendimentos declarados pelo requerente.-----

-----A elaboração do contrato de arrendamento apoiado.-----

-----Nos termos do Regulamento da Habitação em Regime de Arrendamento Apoiado do Município de Oeiras.-----

-----Artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugada com o Decreto-Lei número cento e sessenta e sete, de dois mil e dezanove, de vinte e um de novembro.-----

-----Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto. -----

50 - PROPOSTA Nº. 279/20 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA AV^a. DOS CAVALEIROS, Nº. 26, R/C C, BAIRRO OUTURELA/PORTELA, EM CARNAXIDE: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição da habitação T Dois, sita na Avenida dos Cavaleiros, número vinte e seis, rés-do-chão C, no Bairro Outurela/Portela, em Carnaxide, com a fixação da renda mensal no valor de quinze euros e vinte e quatro cêntimos.-----

-----A elaboração de contrato administrativo de arrendamento apoiado.-----

-----Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugada com o Decreto-Lei número cento e sessenta e sete, de dois mil e dezanove,



de vinte e um de novembro. -----

----- Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto, em especial o artigo décimo sexto-A, número cinco, alínea c). -----

----- Regulamento da Habitação em Regime de Arrendamento Apoiado do Município de Oeiras. -----

51 - PROPOSTA Nº. 280/20 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA TOMÁS LEAL DA CÂMARA, Nº. 16, R/C ESQº., BAIRRO QUINTA DA POLITEIRA: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição da habitação T Zero, sita na Rua Tomás Leal da Câmara, número dezasseis, rés-do-chão esquerdo, no Bairro Quinta da Politeira. -----

----- A aplicação da renda mensal apoiada no valor de trinta euros e vinte e nove céntimos.

----- A elaboração de contrato de arrendamento apoiado. -----

----- Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número cento e sessenta e sete, de dois mil e dezanove, de vinte e um de novembro. -----

----- Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto. -----

----- Regulamento da Habitação em Regime de Arrendamento Apoiado do Município de Oeiras. -----

52 - PROPOSTA Nº. 281/20 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NO LARGO MESTRE DE

SANTA AUTA, Nº. 7, 1º. ESQº., BAIRRO QUINTA DA POLITEIRA: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição do fogo T Três, sito no Largo Mestre Santa Auta, número sete, primeiro esquerdo, no Bairro Quinta da Politeira. -----

-----A fixação da renda mensal no valor de cinquenta e um euros e vinte e oito cêntimos, com entrada em vigor a um de junho de dois mil e vinte e calculada de acordo com os rendimentos declarados pelo requerente. -----

-----A elaboração do contrato de arrendamento apoiado. -----

-----Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugada com o Decreto-Lei número cento e sessenta e sete, de dois mil e dezanove, de vinte e um de novembro. -----

-----Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto. -----

-----Regulamento da Habitação em Regime de Arrendamento Apoiado do Município de Oeiras. -----

53 - PROPOSTA Nº. 282/20 - DGA - APROVAÇÃO DE MINUTA DE PROTOCOLO DE GESTÃO EM 2020 DAS ÁGUAS BALNEARES A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE OEIRAS E A ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE LISBOA: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e



Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a minuta de protocolo de gestão, a celebrar entre o Município de Oeiras e a Administração do Porto de Lisboa, de forma a ser assegurada a gestão transitória da época balnear de dois mil e vinte. -----

----- Nos termos do Decreto-Lei número noventa e sete, de dois mil e dezoito, de vinte e sete de novembro, que entrou em vigor a um de janeiro de dois mil e dezanove e que concretizou a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão das praias marítimas, fluviais e lacustres integradas no domínio público do Estado, ao abrigo do artigo décimo nono, da referida Lei número cinquenta, de dois mil e dezoito. -----

----- Decreto-Lei número cento e trinta e cinco, de dois mil e nove, de três de junho, relativo ao estabelecimento do regime de identificação, gestão, monitorização e classificação da qualidade das águas balneares, nomeadamente as praias da Torre, Santo Amaro de Oeiras, Paço de Arcos e Caxias. -----

54 - PROPOSTA Nº 283/20 - DEM - Pº. 2019/94-DEM - APROVAÇÃO DE REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA RELATIVA À CONSTRUÇÃO DO FÓRUM MUNICIPAL, EM OEIRAS":-----

----- I - O **Senhor Presidente** disse o seguinte: -----

----- "Tenho aqui propostas para acrescentar, vamos ver as que são importantes, essas serão votadas, as outras ficam adiadas para próxima reunião:-----

----- - Duzentos e oitenta e três - Construção do Fórum Municipal, em Oeiras" - Processo dois mil e dezanove/noventa e quatro-DEM - Aprovação de reprogramação financeira; -----

----- - Duzentos e oitenta e quatro - Comparticipação financeira à Associação Cultural Sete Sóis Sete Luas; -----

----- - Duzentos e oitenta e cinco - COVID-Dezanove - Comparticipação financeira ao iBET para o desenvolvimento de testes serológicos; -----

----- - Duzentos e oitenta e seis - Terceiro Festival Internacional de Piano de Oeiras -----

----- - Duzentos e oitenta e sete - Atribuição de comparticipação financeira à EMDIIP - Equipa Móvel de Desenvolvimento Infantil e Intervenção Precoce, para criação de Bolsa de Terapias para crianças com Necessidades Educativas Especiais;-----

----- - Duzentos e oitenta e oito - Plano Municipal de Apoio à População em Situação de Vulnerabilidade (COVID-Dezanove) - Apoio extraordinário a entidades com resposta de apoio alimentar;-----

----- - Duzentos e oitenta e nove - Fundo de Emergência Social: proposta de comparticipação financeira a entidades parceiras para reforço de verbas;-----

----- - Duzentos e noventa - Plano Municipal de Apoio à População em Situação de Vulnerabilidade (COVID-Dezanove) - Apoio extraordinário a entidades com resposta de apoio alimentar (refeições confecionadas);-----

----- - Duzentos e noventa e um - Plano Municipal de Apoio à População em Situação de Vulnerabilidade (COVID-Dezanove) - Apoio ao apetrechamento da cozinha da Fundação Obra Social das Religiosas Dominicanas Irlandesas - Centro Sagrada Família. -----

----- Sobre a construção do Fórum sabem que o processo está em Tribunal, está a ser contestado por um dos concorrentes, de modo que se propõe uma reprogramação.” -----

----- **O Senhor Vereador Joaquim Raposo** questionou o seguinte: -----

----- “Há algum motivo especial para esta proposta ser agendada hoje?” -----

----- **O Senhor Presidente** esclareceu o seguinte: -----

----- “Na revisão orçamental que se vai realizar em maio, teremos que remeter à Assembleia Municipal, a previsão das verbas para os anos seguintes, de modo que estas verbas podem ser utilizadas noutras obras. -----

----- Neste momento estão a fazer um estudo de que obras poderão ou não ser realizadas e conforme os projetos vão ficando concluídos, porque nas obras que os projetos não estejam concluídos têm que ser retirados, nos que os projetos estejam prontos avançamos com a obra. ---



----- Esta reprogramação é fundamental.”-----

----- **A Senhora Vereadora Joana Baptista** esclareceu o seguinte: -----

----- “Mais do que a reprogramação e a reorganização financeira das verbas inerentes à empreitada do Fórum, que incidem sobre os anos dois mil e vinte, dois mil e vinte e um e dois mil e vinte e dois, porque não sabemos quando o Tribunal decide sobre o processo, como não quero remeter o assunto para a revisão que acontecerá no mês de maio, porque preciso da libertação de verbas, ou seja, destes dez milhões para obras da DOM, porque temos várias obras cujo projeto e revisão estão concluídos e quero avançar já com a empreitada. -----

----- A orientação do Senhor Presidente no âmbito das GOP dois mil e vinte e o exercício feito com todos os Vereadores, era não inflacionar em vão o nosso Orçamento, só os projetos com revisão concluída, prontos para ser lançada a empreitada é que podia ter verba injetada, e, neste momento, tenho um pacote de projetos concluídos, que tenho que lançar, daí necessitar desta verba e da proposta aprovada. -----

----- **A Senhora Vereadora Heloísa Apolónia** disse o seguinte: -----

----- “Tendo em conta a forma como o assunto foi apresentado, começa a ser usual termos um ponto onde são acrescentadas várias propostas, para as quais não estamos preparados, porque não as conhecemos. -----

----- A posição de princípio da CDU é não aceitar propostas que não estejam na ordem de trabalhos, porque não as lemos, não nos preparamos para elas. -----

----- Essa proposta não pode esperar mais quinze dias?” -----

----- **O Senhor Presidente** respondeu: -----

----- “Toda a proposta por muito urgente que seja, basta que um Vereador não esteja de acordo e ela já não é votada.” -----

----- **A Senhora Vereadora Heloísa Apolónia** disse o seguinte: -----

----- “Não quero que recaia o ónus sobre nós pelo facto de as propostas não serem

aprovadas. -----

-----Por que razão não foram agendadas atempadamente? -----

-----O **Senhor Presidente** disse o seguinte: -----

-----“Há várias propostas que estão no meu gabinete que eu não mandei agendar, porque não as considerei urgentes e estão a aguardar a próxima reunião. -----

-----As que trago hoje em mão foi as que eu considerei urgentes e que chegaram fora do prazo de agendamento. -----

-----A **Senhora Vereadora** não quer ter o ónus de as propostas não serem aprovadas, mas da parte dos **Vereadores** e **Dirigentes** estão a pressionar os **Serviços** que estão em teletrabalho a que façam as coisas, depois chegam em cima da hora, e é verdade, mas têm que esperar mais quinze dias para serem aprovadas. -----

-----Se for uma proposta complexa, nem eu a agendo.” -----

-----A **Senhora Vereadora Heloísa Apolónia** disse o seguinte:-----

-----“Nem tivemos oportunidade de as ler” -----

-----O **Senhor Presidente** respondeu:-----

-----“As restantes propostas não têm complexidade nenhuma. São atribuições de subsídios no âmbito da COVID-Dezanove. -----

-----Sugiro, face à urgência, despachar as propostas todas e virem a ratificar à próxima reunião de Câmara, que poderá ser uma reunião extraordinária no próximo dia vinte e dois, pelas quinze horas.” -----

-----A **Senhora Vereadora Heloísa Apolónia** disse o seguinte:-----

-----“A CDU também não é favorável a essa metodologia, ou seja, o **Senhor Presidente** traz propostas em mão, não é autorizado o seu agendamento, e o **Senhor Presidente** autoriza e vem à próxima reunião a ratificação. -----

-----Se aparecesse uma ou outra proposta, podia aceitar, mas mesmo assim era



Câmara Municipal
de Oeiras

complicado, mas a verdade é que aparecem muitas propostas e eu não acho isso correto.-----

----- O Senhor Presidente diz que se aprova o que não tem complexidade, então está-se a adotar outra metodologia nas reuniões de Câmara, ou seja, o que tem complexidade chega a tempo, o que não tem, é agendado na hora e assim não vale a pena, porque “é tudo mata cavalos”, no final da reunião e esse não deve ser o critério, há regras para cumprir. -----

----- Mais uma vez a CDU faz um apelo ao Senhor Presidente para que as propostas cheguem atempadamente, independentemente da complexidade para que nos possamos preparar e definir o nosso sentido de voto.-----

----- Excepcionalmente, aceitamos esta metodologia e marcamos uma reunião extraordinária para a próxima semana.-----

----- Quando houver coisas urgentes por causa da situação que se está a viver e da COVID-Dezanove podem marcar uma reunião para dali a dois dias, não posso ficar com a responsabilidade das propostas não serem aprovadas, quando o Senhor Presidente apresenta a proposta tarde. -----

----- **O Senhor Vereador Joaquim Raposo** referiu o seguinte: -----

----- “Estou de acordo com o que disse a Vereadora Heloísa Apolónia.-----

----- Excepcionalmente o Senhor Presidente autoriza e para a semana marcamos uma reunião extraordinária para ratificar e de futuro, sempre que sejam propostas relacionadas com a COVID-Dezanove marcamos uma reunião extraordinária.”-----

----- **O Senhor Presidente** respondeu: -----

----- “Também não quero ficar com o ónus que a desorganização impende sobre o Presidente da Câmara, porque de oito propostas que aqui tenho, seis são do COVID-Dezanove, e os Serviços recebem uma orientação, e já é um assunto repetido, a Câmara Municipal pretende satisfazer todas as necessidades, com critério, saber se existem essas necessidades, de modo que os Serviços têm que se deslocar à instituição, esta tem que recolher preços, os Serviços têm que

analisar e elaborar a proposta.-----

-----Chegaram ao meu gabinete seis propostas no âmbito do COVID-Dezanove, hoje, de modo que isso traduz o esforço que os funcionários fizeram junto das instituições. -----

-----Também não quero ter o ónus junto dessas instituições que não chega lá o dinheiro em tempo útil, e digam que a Câmara de Oeiras prometeu, mas afinal estão a ter despesas.”-----

-----**O Senhor Vice-Presidente** argumentou o seguinte:-----

-----“Neste momento que estamos a viver, não podemos invocar a emergência nacional para uns assuntos, e para outros esquivar-nos a ela, essas propostas que o Senhor Presidente tem em mão, são da área social e, normalmente chegam-nos em cima do colo, como foi o caso do assunto que o Senhor Presidente referiu da Sagrada Família, assunto que nos chegou no final da semana passada, foi trabalhado no início desta semana e uma das propostas é referente a esse assunto.-----

-----Todas estas propostas são simples, a Câmara vai atribuir subsídios para aliviar o sofrimento e as necessidades de elementos da população.”-----

-----**A Senhora Vereadora Heloísa Apolónia** indagou o seguinte:-----

-----“Chegará lá o dinheiro antes de quarta-feira?”-----

-----**O Senhor Vice-Presidente** argumentou o seguinte:-----

-----“Se for aprovado hoje, chegará, eu comprometo-me a fazer chegar, porque eu despacho as ordens de pagamento ao dia, a Câmara de Oeiras está a pagar ao dia.”-----

-----**O Senhor Presidente** argumentou o seguinte:-----

-----“A área financeira da Câmara trabalha com uma agilidade extraordinária, se for aprovada hoje e se for dada uma ordem para se pagar amanhã, é pago amanhã.”-----

-----**A Senhora Vereadora Heloísa Apolónia** disse o seguinte:-----

-----“Não é nada leal o que vocês estão a fazer.-----

-----Disponibilizo-me a aprovar as propostas do COVID-Dezanove, mas deixo registado



que não considero nada leal o que estão a fazer, e a CDU tem primado pela lealdade na Câmara Municipal.”-----

----- **O Senhor Vereador Joaquim Raposo** questionou o seguinte: -----

----- É preciso alguma alteração orçamental para incluir esta despesa, visto não contarmos com ela?”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente** esclareceu: -----

----- “Se fosse preciso eu apresentava, mas não se esqueçam que já aprovamos, nesta reunião, uma alteração orçamental.” -----

----- **O Senhor Presidente** finalizou o seguinte: -----

----- “O assunto está fechado.”-----

----- Temos reunião na próxima quarta-feira, pelas quinze horas, com estes assuntos e os que surgirem até amanhã.”-----

----- II - Esta proposta, por decisão do **Senhor Presidente** que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser analisada e votada em próxima reunião. -----

55 - PROPOSTA N° 284/20 - DC - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO CULTURAL SETE SÓIS SETE LUAS: -----

----- Esta proposta, por decisão do **Senhor Presidente** que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser analisada e votada em próxima reunião. -----

56 - PROPOSTA N° 285/20 - DDPE - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO IBET PARA O DESENVOLVIMENTO DE TESTES SEROLÓGICOS - COVID-19: -----

----- Esta proposta, por decisão do **Senhor Presidente** que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser analisada e votada em próxima reunião. -----

57 - PROPOSTA N° 286/20 - DCA - ATRIBUIÇÃO DA COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ACADEMIA DE MÚSICA FLOR DA MURTA PARA CELEBRAÇÃO DO FIPO - III FESTIVAL INTERNACIONAL DE PIANO DE OEIRAS: -----

-----Esta proposta, por decisão do **Senhor Presidente** que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser analisada e votada em próxima reunião.-----

58 - PROPOSTA Nº 287/20 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À EMDIIP PARA CRIAÇÃO DE BOLSA DE TERAPIAS PARA CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS:-----

-----Esta proposta, por decisão do **Senhor Presidente** que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser analisada e votada em próxima reunião.-----

59 - PROPOSTA Nº 288/20 - DCS - APOIO EXTRAORDINÁRIO A ENTIDADES COM RESPOSTA DE APOIO ALIMENTAR NO ÂMBITO DO PLANO MUNICIPAL DE APOIO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE (COVID-19):-----

-----Esta proposta, por decisão do **Senhor Presidente** que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser analisada e votada em próxima reunião.-----

60 - PROPOSTA Nº 289/20 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA A ENTIDADES PARCEIRAS PARA REFORÇO DE VERBAS NO ÂMBITO DO FUNDO DE EMERGÊNCIA SOCIAL:-----

-----Esta proposta, por decisão do **Senhor Presidente** que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser analisada e votada em próxima reunião.-----

61 - PROPOSTA Nº. 290/20 - DCS - APOIO EXTRAORDINÁRIO A ENTIDADES COM RESPOSTA DE APOIO ALIMENTAR (REFEIÇÕES CONFECIONADAS) NO ÂMBITO DO PLANO MUNICIPAL DE APOIO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE - COVID-19:-----

-----Esta proposta, por decisão do **Senhor Presidente** que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser analisada e votada em próxima reunião.-----

62 - PROPOSTA Nº. 291/20 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE APOIO AO APETRECHAMENTO DA COZINHA DA FUNDAÇÃO OBRA SOCIAL DAS RELIGIOSAS DOMINICANAS



**IRLANDESAS - CENTRO SAGRADA FAMÍLIA, NO ÂMBITO DO PLANO MUNICIPAL DE
APOIO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE (COVID-19): -----**

----- Esta proposta, por decisão do **Senhor Presidente** que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser analisada e votada em próxima reunião. -----

63 - MARCAÇÃO DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA: -----

----- Sob proposta verbal do **Senhor Presidente**, a Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, marcar uma reunião extraordinária para o próximo dia vinte e dois de abril pelas quinze horas, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- Proposta de deliberação duzentos e oitenta e três - Construção do Fórum Municipal, em Oeiras" - Processo dois mil e dezanove/noventa e quatro-Divisão de Equipamentos Municipais - Aprovação de reprogramação financeira;-----

----- Proposta de deliberação duzentos e oitenta e quatro - Comparticipação financeira à Associação Cultural Sete Sóis Sete Luas; -----

----- Proposta de deliberação duzentos e oitenta e cinco - Comparticipação financeira ao iBET para o desenvolvimento de testes serológicos; -----

----- Proposta de deliberação duzentos e oitenta e seis - FIPO - Terceiro Festival Internacional de Piano de Oeiras; -----

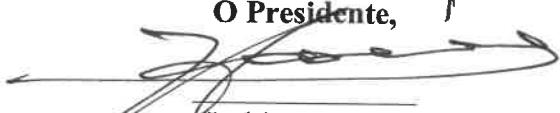
----- Proposta de deliberação duzentos e oitenta e sete - Atribuição de comparticipação financeira à EMDIIP para criação de Bolsa de Terapias para crianças com Necessidades Educativas Especiais; -----

----- Proposta de deliberação duzentos e oitenta e oito - Plano Municipal de Apoio à População em Situação de Vulnerabilidade (COVID-Dezanove) - Apoio extraordinário a

entidades com resposta de apoio alimentar; -----
-----Proposta de deliberação duzentos e oitenta e nove - Fundo de Emergência Social: proposta de comparticipação financeira a entidades parceiras para reforço de verbas; -----
-----Proposta de deliberação duzentos e noventa - Plano Municipal de Apoio à População em Situação de Vulnerabilidade (COVID-Dezanove) - Apoio extraordinário a entidades com resposta de apoio alimentar (refeições confeccionadas). -----
-----Proposta de deliberação duzentos e noventa e um - Plano Municipal de Apoio à População em Situação de Vulnerabilidade (COVID-Dezanove) - Apoio ao apetrechamento da cozinha da Fundação Obra Social das Religiosas Dominicanas Irlandesas - Centro Sagrada Família. -----
-----Assim como outros assuntos que de tal careçam. -----
-----Considerar desde já convocados os Senhores Vereadores, bem como proceder à elaboração do respetivo Edital. -----

64 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: -----

-----Às vinte horas, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que vai ser por si assinada e* pela Chefe da Divisão de Gestão Organizacional.-----

O Presidente,

(Isaltino Morais)

A Chefe de Divisão,

(Vera Carvalho)